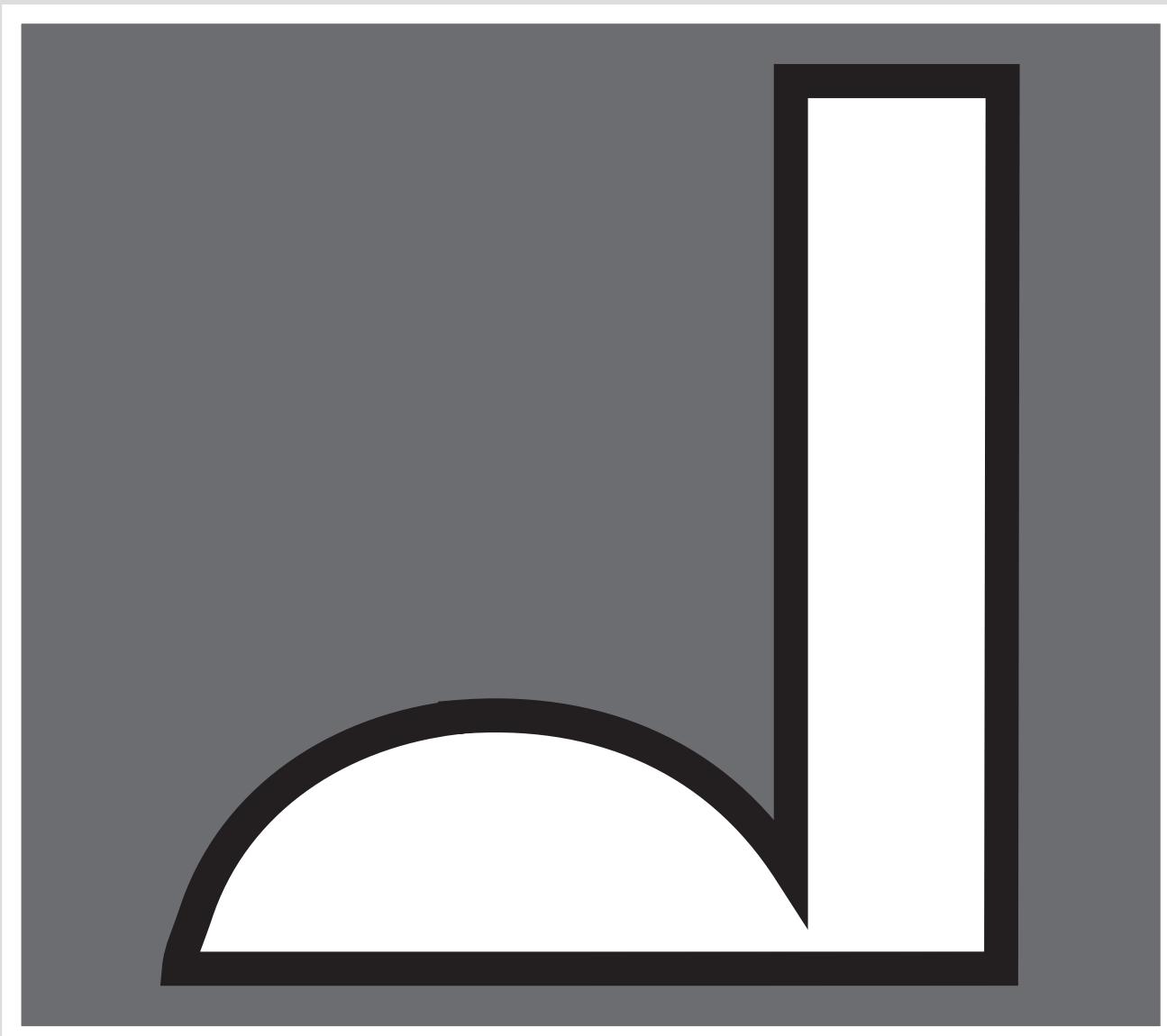




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

---

**ANO LXII - Nº 081 - SÁBADO, 2 DE JUNHO DE 2007 - BRASÍLIA-DF**

---



# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

### 1 – ATA DA 84ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 1º DE JUNHO DE 2007

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Repúdio às declarações do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, atacando o Congresso brasileiro.....

17845

SENADOR GILVAM BORGES – Indignação com habeas corpus concedido, pelo Supremo Tribunal Federal, ao médico Farah Jorge Farah, que abusou sexualmente e esquartejou a paciente que teria sido sua namorada. Defesa de proposições de autoria de S. Ex<sup>a</sup> “prevendo a duração máxima de três anos para os processos penais” e, “extinguindo os Recursos Especial e Extraordinário em matéria penal”, objetivando a celeridade na tramitação processual. Repúdio às declarações do Presidente Hugo Chávez.....

17846

SENADOR JOSÉ NERY – Comemoração dos 65 anos de criação da Vale do Rio Doce. Defesa de plebiscito nacional pela anulação da privatização da Companhia Vale do Rio Doce. ....

17848

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Aprovação na Conferência da União Nacional dos Legislativos Estaduais, ocorrida em Porto Alegre nos últimos dias 24 e 25, da proposição no sentido de que a Área de Livre Comércio de Bonfim e de Pacaraima, bem como a extensão das vantagens da Zona Franca de Manaus, sejam encaminhadas ao Estado de Roraima. Lamenta as palavras do Presidente Hugo Chávez sobre o Senado brasileiro...

17855

SENADOR VALTER PEREIRA – Repúdio às declarações do presidente Hugo Chávez contrárias à manifestação do Senado brasileiro a respeito do fechamento da RCTV, a Rádio Caracas Televisão.

17857

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexões a respeito da recuperação da credibilidade do Congresso Nacional. Necessidade de o Congresso Nacional estabelecer um trabalho direcionado no sentido de assegurar que todos os brasileiros tenham direito às mesmas oportunidades. Repúdio a decisão do Presidente da Venezuela Hugo Chávez, de fechar a RCTV, a emissora de TV mais popular naquele País.....

17863

SENADOR MÃO SANTA – Apelo pela votação dos vetos presidenciais que aguardam deliberação do Congresso Nacional. Contestação aos discursos das lideranças do PT no Senado, declarando crescimento da economia, aumento de empregos e crescimento das empresas brasileiras. ....

17867

##### 1.2.2 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 441 e 447, de 2006, e 36, 44, 46, 51, 54, 59, 64, 68, 69 e 75, de 2007, que tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, vão à promulgação.....

17872

##### 1.2.3 – Ofício do Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Nº 77/2007, de 31 de maio último, comunicando a aprovação, em turno único, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005, em reunião realizada nesta data. *Abertura de prazo para oferecimento de emendas ao Substitutivo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.* .....

17872

##### 1.2.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro da segunda edição da Pesquisa Ferroviária CNT, realizada em 2006, publicada pela Confederação Nacional dos Transportes – CNT. ....

17873

SENADOR CÍCERO LUCENA – Felicitações ao jornal **Correio da Paraíba**, pelo recebimento do Prêmio “Mérito Logista Nacional 2006”, conferido ao jornal pela Confederação Nacional de Dirigentes Logistas. ....

17874

##### 1.3 – ENCERRAMENTO

##### 2 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal e Congresso Nacional, e correspondências expedidas no período de 2 a 31 de maio de 2007.....

17875

##### 3 – EMENDAS

Nºs 1 a 11, apresentada a Medida Provisória nº 373, de 2007. ....

18005

**4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 3.847 e 3.848, de 2007. .... 18020

**SENADO FEDERAL****5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 53ª LEGISLATURA****6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****14 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

---

# Ata da 84<sup>a</sup> Sessão Não Deliberativa, em 1º de junho de 2007

## 1<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 53<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência dos Srs. Mão Santa, Heráclito Fortes e Valter Pereira*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Vai usar da palavra o Senador do Piauí Heráclito Fortes, democrata e municipalista.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna não somente na qualidade de Senador da República e de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ocupo-a acima de tudo na qualidade de brasileiro para protestar de maneira veemente contra fatos que vou narrar agora.

Na comissão que presido, da qual V. Ex<sup>a</sup> faz parte, discutiu-se na semana passada, e foi aprovado, um Voto de Recomendação dirigido ao Presidente da Venezuela, Sr. Hugo Chávez, sendo seu autor o Senador Eduardo Azeredo, no sentido de se ponderar ao Presidente venezuelano sobre a sua decisão de retirar a concessão da RCTV daquele país.

Esse assunto foi debatido, discutido na comissão e, por fim, aprovado. Aprovado conforme o Regimento do Senado e, acima de tudo, conforme os princípios de soberania do país.

O documento, longe de ser agressivo ou ofensivo, é um apelo ao presidente de um país vizinho com o objetivo de mostrar a importância da manutenção da liberdade de imprensa em nosso continente.

Fomos surpreendidos, já na noite de ontem, com declarações completamente desorientadas do Presidente Chávez, que atacou o Congresso brasileiro, chamou o Senado da República de “papagaio dos americanos” e seus membros, de “representantes da direita brasileira”.

Neste momento, Sr. Presidente, tenho pena do povo venezuelano. Se toda essa pirotecnia do Sr. Hugo Chávez fosse em benefício das melhorias sociais daquele povo, da diminuição dos desequilíbrios sociais daquela gente até que se justificaria, mas é uma pirotecnia que beira o rumo da paranóia.

O Congresso brasileiro é soberano e independente. Temos os três Poderes aqui definidos e aqui divididos, cada um com suas funções, suas obrigações e seus deveres.

O Sr. Hugo Chávez, depois de interferir no Judiciário venezuelano, de garrotear o Parlamento venezuelano e de alterar a Constituição, possibilitando reeleições infinitamente, quer agora atingir e agredir os países vizinhos. Invoca e elogia a posição do Presidente Lula. Não vai jogar o Congresso brasileiro contra o Presidente da República.

Temos a exata noção do que é ser Oposição, mas temos, também, a exata noção do que é ser brasileiro. Portanto, que o Sr. Chávez não venha de lá para tentar criar uma crise no Brasil. Como disse no início, os Poderes são independentes. O Presidente Lula pode agir nessa questão como bem quiser, como Presidente da República, mas o Congresso também pode criticá-lo – e já o fizemos – pela sua omissão com relação às barbaridades cometidas pelo Sr. Chávez na Venezuela.

Faço este registro lamentando o desrespeito desse aprendiz de ditador, que já foi inclusive recebido – e bem recebido – nesta Casa e, agora, quer cercear, como fez na Venezuela, a voz e a liberdade de um Poder independente.

Aliás, Sr. Presidente, as opiniões na Venezuela sobre as atitudes do Sr. Chávez são contraditórias, são desencontradas. No próprio jornal **Folha de S.Paulo**, há uma entrevista com o Sr. Manuel Rosales, Governador de Zulia, onde ele declara que a Venezuela vive o início de uma rebelião civil.

Aí digo eu: Sr. Chávez, não vou entrar no seu jogo e não quero, tampouco, não devo e nem posso entrar nas questões internas na Venezuela. Mas é um fato bem diferente, há uma diferença bem grande da posição deste Congresso, até porque V. Ex<sup>a</sup> tem feito

forças para fazer parte do Mercosul, e um dos pressupostos do Mercosul é a plenitude democrática, a liberdade de imprensa, o que não está sendo respeitado no seu governo. O fechamento de uma televisão com a história da RCTV pelo simples fato de ter-se posicionado, em um episódio, contra os caprichos ou os desejos de S. Ex<sup>a</sup>, não justificam essa atitude em hipótese nenhuma.

Quando cobrei, aqui, o silêncio da Base do Governo foi porque a maioria dos que estão nessa Base do Governo viveram neste País a história das trevas e o custo para a abertura democrática. E é um dever de todo cidadão preservar a democracia não somente no seu País, mas também no seu continente. E quando o país que ameaça é o mesmo com o qual temos uma relação histórica excelente, essa preocupação é redobrada.

Finalizo dizendo, Sr. Presidente, que o povo venezuelano, neste momento, merece de todos nós o respeito, o carinho e, acima de tudo, as orações para que saia o mais breve possível dessa turbulência e dessa incerteza em que vive.

Se os esforços feitos na Venezuela fossem para melhorar a qualidade de vida de seu povo, poderia até se justificar. Mas não. As notícias que nos chegam é do início da falta de abastecimento dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, de filas e dos primeiros sinais de que a pirotecnia não cobre as falhas gritantes do Sr. Chávez.

E um pedido final: respeite o Congresso brasileiro e a nossa ligação histórica com Portugal. Essa, sim, foi desrespeitada de maneira inoportuna e inconsequente por esse aprendiz de ditador.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Na Presidência, associo-me ao repúdio do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deste Senado, Senador Heráclito Fortes. Com muito orgulho, faço parte daquela Comissão sob a liderança de S. Ex<sup>a</sup>.

Acrescentando às declarações do Senador Heráclito Fortes – e bastaria uma para enterrar as palavras do ditador Chávez –, lembro que este Congresso se levantou contra a decisão do Presidente Bush de declarar guerra contra o Iraque. Senador Gilvam Borges, a maioria dos senadores deste Senado, em seus discursos, manifestou-se contra o poderoso Presidente Bush quando este decidiu invadir o Iraque. Isso traduz a independência do nosso País, simbolizada pela independência do Parlamento nacional.

Consultando a lista de oradores, consta a inscrição do Senador Gilvam Borges, do PMDB do Amapá.

Convido o Senador Gilvam Borges a usar a tribuna pelo tempo que S. Ex<sup>a</sup> achar conveniente.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, o Supremo Tribunal Federal concedeu, anteontem, *habeas corpus* para libertar o médico que matou, abusou sexualmente e esquartejou a paciente que teria sido sua namorada.

O médico Farah Jorge Farah, cirurgião plástico, foi preso preventivamente no dia 28 de janeiro de 2003, ou seja, quatro dias após o bárbaro e terrível crime, e permaneceu nessa condição provisória por mais de quatro anos, sem julgamento.

O impressionante é que o criminoso é réu confessado. Apresentou as armas utilizadas no crime, revelou a forma como o praticou e onde escondeu o corpo. Como se vê, o caso não exige alta indagação.

A discussão no Supremo Tribunal Federal era saber se devia manter ou não a prisão preventiva que já ultrapassara quatro anos, sob o argumento de garantir a ordem pública, haja vista a gravidade do crime e a necessidade de se proteger o meio social.

Um absurdo!

O Estado brasileiro é uma mistura de quelônio com paquiderme: lento e pesado!

É inadmissível, Sr. Presidente, que um processo criminal se perenize e a sociedade fique sem respostas, sem que as vítimas, seus familiares e mesmo o réu recebam em tempo razoável a prestação jurisdicional.

O cidadão não pode ficar sob suspeição por tanto tempo nem a sociedade nessa desordem. Vivemos um caos. E, se o réu for honesto, será lamentável, mas, se culpado, será uma tremenda injustiça, porque deveria estar por trás das grades desde o início, quando praticou o crime, e não quinze anos depois. Se é que, quinze anos depois, irá mesmo para a cadeia... Porque inúmeros crimes prescrevem sem que o culpado seja punido.

O que dizer, então, da situação constrangedora em que o Supremo Tribunal Federal foi submetido ao ter de liberar um réu confessado de um crime hediondo, porque o processo tramita há mais de quatro anos sem julgamento?

Pois bem, contra a morosidade do Estado, apresentei a esta Casa o PLS nº 183, de 2007, que regulamenta, no âmbito do processo penal, o inciso LXXIII do art. 5º da Constituição Federal, acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, determinando que um processo não pode durar mais do que três anos para ser concluído. Ou o Estado possui provas para condenar, ou diz que não as tem e arquiva o processo!

A Emenda Constitucional nº 45, de 2004, introduziu no ordenamento constitucional brasileiro o princí-

pio da celeridade processual nos seguintes termos: "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação".

Para que a referida garantia constitucional se cumpra, porém, é necessário fixar um prazo máximo de duração do processo, sobretudo na área processual penal, pois o prolongamento da ação pode ser, ao final, mais doloroso do que a própria pena.

Assim, a previsão constitucional deve ganhar concretude, ou seja, prazo e data, sob pena de ficar como belo texto literário, mas sem nenhuma aplicação prática.

Assim, Sr. Presidente, não podemos fugir à tarefa de fixar um prazo máximo para a duração do processo penal. Sem isso, sempre faltará um parâmetro objetivo para medir se o processo tem ou não uma "duração razoável".

Ao observador externo, três anos pode parecer pouco, mas quem vive as agruras do processo penal sabe que o período é mais do que suficiente para examinar o teor da acusação, seja para acolhê-la, seja para rejeitá-la.

E que não se diga ser impossível cumprir o prazo de três anos nos dias de hoje, onde o computador, a Internet, os sistemas de informática são amplamente utilizados no meio forense.

A Justiça Eleitoral, com sua eficiência e celeridade, já desmistificou todo o sofisma, revelando que o grande problema é mesmo a inoperância do Estado.

Ora, o Estado não pode ficar de fora, só olhando. Precisa agir, aparelhar-se, tornar-se ágil e eficiente, caso contrário se tornará ainda mais pesado, lento e preguiçoso, enquanto o cidadão ficará inseguro, temeroso e desassistido.

Buscando ainda a celeridade e a eficácia da prestação jurisdicional, apresentei também a PEC nº 34, de 2007, extinguindo o recurso especial e o recurso extraordinário no processo penal, sem, contudo, cercear nenhum direito à defesa, o que não seria admissível em nossa sociedade.

A extinção dos recursos extraordinário e especial não trará nenhum prejuízo ao acusado, que sempre poderá fazer uso da garantia do *habeas corpus*, prevista no art. 5º da Constituição Federal.

O objetivo da PEC é simplificar os recursos em matéria penal, reconhecendo a plena validade do ***habeas corpus*** para atacar decisões cuja constitucionalidade ou ilegalidade tenha a ver com a matéria penal.

Sr. Presidente, com isso reduzimos a possibilidade de uso repetido de recursos. E com que finalidade? Simples! Com a finalidade de acelerar o processo ju-

dicial, impedir que as penas prescrevam e colaborar para que a "impunidade zero" seja uma verdade em nosso País.

Acredito no Brasil, Sr. Presidente, e nos brasileiros. Sei que chegaremos lá!

Lamentavelmente, o Supremo Tribunal Federal foi constrangido a liberar um assassino confesso, porque o Estado brasileiro não foi ágil nem capaz de julgá-lo no chamado "prazo razoável".

Esquartejou, matou, escondeu os pedaços, confessou o crime, mostrou a arma e agora será contemplado com a liberdade. Isso é justo?

Os meus projetos, Sr. Presidente, não apenas deságuam nessas reflexões; eles nos possibilitam preencher a lacuna constitucional para que não venhamos a lamentar a "justiça atrasada, que não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta", como já dizia o patrono desta Casa, o inesquecível Rui Barbosa.

Sr. Presidente, no trabalho legislativo nos é permitido, por dever e obrigação constitucional, a elaboração de projetos de lei e a preparação das leis, para ajustá-las às grandes demandas da sociedade. É o que temos feito.

Agora, quero anunciar à Prefeitura Municipal de Laranjal do Jarí, Sr. Presidente, no meu querido Estado do Amapá, recursos trabalhados no Orçamento, trabalhados pelo acompanhamento nos porões dos Ministérios: Ordem Bancária nº 2007OB900929, emitida pelo Ministério das Cidades, na Caixa Econômica Federal, agência nº 0658, conta nº 60000830, remetida no dia 30/5/2007, para implantação ou melhoria de obras de infra-estrutura urbana em municípios com até cem mil habitantes, adequação de vias na área do rio Jarí, autorizado pelo Ofício MCIDADES nº 8.686/2005, no valor de R\$141.375,00.

Esses recursos estão nos cofres da prefeitura municipal. Apelo aos Srs. Vereadores e à sociedade organizada que contribuam com a Prefeita Euricélia na fiscalização e na execução das obras de acordo com os projetos.

Prefeitura Municipal de Calçoene, Sr. Presidente, no meu querido Estado do Amapá: Ordem Bancária nº 2007OB906203, Banco do Brasil. Recursos enviados: R\$120.000,00, para melhorias sanitárias domiciliares. Os recursos já se encontram no tesouro da prefeitura. Srs. Vereadores do Município de Calçoene, sociedade organizada, vamos contribuir com o Prefeito e fiscalizar para que os recursos federais possam ser bem aplicados.

Sr. Presidente, novamente para Laranjal do Jarí, recursos no valor de R\$13.845,00 para apoio à implementação de instrumentos previstos no Estatuto das

Cidades e elaboração dos planos diretores. Banco: Caixa Economia Federal, Agência nº 0658, conta nº 66470871.

Sr. Presidente, fazem parte das discussões desta Casa as grandes teses, a defesa da Federação e das instituições. Faz parte dos deveres desta Casa a nomeação de embaixadores, do Presidente do Banco Central e outras matérias específicas do Senado Federal. Mas fazem parte, também, desta Casa o dever não só da defesa de projetos e idéias, mas o trabalho efetivo junto à Comissão de Orçamento e o trabalho árduo junto aos Ministérios para liberação de recursos para socorrer as cidades brasileiras – eu, particularmente, luto, com muito garbo e muita disposição, pelos mais altos interesses do Estado do Amapá e do Brasil.

Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, para encerrar, eu gostaria de me congratular com V. Ex<sup>a</sup>, que agora assume a Presidência desta sessão, e dizer que lamentamos e repudiamos esse ato violento, brutal, autoritário e irresponsável do Sr. Hugo Chávez: uma terrível ameaça no continente sul-americano.

Nós, como referencial de desenvolvimento na América Latina, acompanhamos com apreensão esse descalabro, esse atentado contra a democracia.

Fechar órgãos de imprensa, congressos ou parlamentos é o primeiro sinal do ataque brutal contra a democracia.

Esse Sr. Hugo Chávez, que sempre coloca um chapeuzinho vermelho e posa de esquerdista, está na contramão da História, Sr. Presidente; está fazendo o caminho inverso e implementando uma política altamente populista, de manipulação, autoritária e sem resultados para o povo da Venezuela, tão amigo.

V. Ex<sup>a</sup>, na sua fala, disse que nós, do Congresso Nacional, porta-vozes do povo brasileiro, colocamos o tapete vermelho para esse Sr. Hugo Chávez. Contudo, quero deixar registrado que, da próxima vez – e espero não ocorra –, esse sicofanta que vá a outros órgãos. Mas se vier a este Congresso, eu não apenas estarei nesta tribuna, como estarei lá na frente das duas Casas para registrar o meu protesto.

Além de sicofanta, ele segue os passos da cana-lhice. Fanfarrão, sem conteúdo e sem discernimento, faz os discursos tentando iludir a população, tão amiga, da Venezuela.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> sempre foi um homem de muita coragem e, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, manifestou-se nesta Casa, hoje, pela manhã, como deveria mesmo fazê-lo, até pelo cargo que ocupa.

Então, encerro o meu pronunciamento nesta manhã, fazendo o que sempre faço. Os meus discursos

sempre vêm acompanhados de medidas, de ações efetivas, de ações legislativas e de ações em apoio e socorro ao Poder Executivo.

Ontem, em audiência com o Ministro de Minas e Energia, nós, da Bancada federal do Amapá, e o Governador Waldez Góes, tratamos de projetos do mais alto interesse do nosso Estado. Acredito que o nosso País, a cada dia, prosperará. Acredito que o nosso País ultrapassará todas as dificuldades que hoje vivemos, e sempre damos glória a Deus pelo povo que somos. O povo brasileiro é um povo **sui generis**; é um povo cuja miscigenação o identifica como um povo especial, não só pela inteligência, pelo humor, pela capacidade de discernimento, pela tolerância, mas, principalmente, pelo que representa neste continente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

E vamos marchar pelo grande desenvolvimento da nossa Pátria!

*Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.*

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Nery.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho a honra de ocupar esta tribuna numa data muito especial, pois, há 65 anos (1º de junho de 1942), era criada, pelo Governo brasileiro a Companhia Vale do Rio Doce, que, ao longo de décadas, foi expressão da extraordinária capacidade criadora do povo brasileiro e um dos mais importantes símbolos da riqueza nacional.

Estou convencido, porém, de que, passada uma década do controvertido processo de entrega do controle estatal dessa empresa gigante para poderosos grupos privados, é ainda mais atual, necessário e indispensável recolocar, na pauta de debate da sociedade brasileira, a urgente mobilização civil, para reparar, pelas vias da legalidade democrática, este verdadeiro crime de lesa-pátria, cometido sob o falacioso discurso da supremacia absoluta da liberdade e do capital e da defesa do Estado mínimo, que sempre esconde a tentativa de apropriação, muitas vezes por caminhos tortuosos, da riqueza, que pertence ao bravo, sofrido e espoliado povo brasileiro.

Assim, junto à minha voz, em nome do Partido Socialismo e Liberdade-PSOL, aos movimentos sociais do nosso País, que lutam nos mais diversos pontos do nosso País e que estiveram reunidos em seminários em Belém do Pará, nos dias 30 e 31 de março último, para, por meio de uma grande ação coletiva, preparar o plebiscito nacional pela anulação

da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, cuja realização está prevista para setembro deste ano.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, é crescente a tomada de consciência entre vários setores da sociedade brasileira de que é preciso passar a limpo todo o processo que resultou da “venda” da Companhia Vale do Rio Doce. A este propósito, como é de conhecimento público, existem, em tramitação, na Justiça Federal, mais de 100 ações populares contra o leilão, que, em 1997, sob a batuta do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, retirou das mãos do Estado o controle acionário da Vale do Rio Doce, utilizando-se, para tanto, de financiamento subsidiado, disponibilizado aos compradores pelo BNDES.

O andamento e o desfecho dessas ações populares e uma possível anulação do leilão significam mexer com a poderosa Companhia Vale do Rio Doce, maior empresa de mineração diversificada das Américas e a segunda maior do mundo, hoje, privada, de capital aberto e de ações negociadas nas principais bolsas de valores do mundo. Após 65 anos, opera em 14 estados brasileiros e nos cinco continentes e possui mais de 9 mil quilômetros de malha viária e dez terminais portuários próprios. É a maior empresa no mercado de minério e pelotas (posição que atingiu em 1974 e que ainda mantém) e a segunda maior produtora integrada de manganês e ferroliga, além de operar serviço de logística, atividade em que é a maior no Brasil.

Os minérios são explorados por três sistemas totalmente integrados, que são compostos por mina, ferrovia, usinas de pelotização e terminal marítimo.

Em 2006, a Vale do Rio Doce adquiriu o controle acionário da Inco, no Canadá, a segunda maior mineradora daquele país, que explora, sobretudo, níquel, tendo sido a maior aquisição já realizada por empresa brasileira. Posteriormente, a Inco foi incorporada pela Vale, passando a ser uma subsidiária integral. Em fevereiro de 2007, a Vale também comprou a mineradora de carvão australiana AMCI Holdings.

A Vale foi privatizada no dia 6 de maio de 1997, e o preço total, US\$3,38 bilhões, que o Tesouro Nacional recebeu pela venda do controle acionário da empresa, o que equivale, hoje, ao lucro trimestral da companhia. É esse escândalo que não pode, de forma alguma, permanecer soterrado por um manto de silêncio cúmplice.

As mais de 100 ações populares propostas na época do leilão, em 1997, foram todas remetidas pela Justiça Federal de Belém do Pará. Em 2002, foram julgadas improcedentes sete ações e extintas, sem julgamento do mérito, as outras 69. Em outubro de 2005, a Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da

1ª Região, decidiu dar provimento à ação, que pede anulação da privatização da Vale. A decisão da juíza obriga a Justiça Federal de Belém a dar prosseguimento à ação e a analisar todos os seus fundamentos. A corajosa Drª Selene Almeida é Relatora de outras 68 ações. Portanto, afirmamos: há, com toda certeza, uma luz no fim do túnel.

Entre os vários argumentos que fundamentam as ações, podemos destacar o do jurista Eloá Cruz, que é autor da ação popular que pede a declaração de nulidade do leilão. O jurista exemplifica que o leilão da CVRD não foi lícito, porque a Lei de Licitações determina que, para o leilão de bens móveis na Bolsa de Valores, é obrigatória uma avaliação prévia desses bens. Do ponto de vista de Cruz, se o Tribunal Regional Federal de Brasília considerar procedente que houve irregularidade na avaliação prévia da companhia, isso implica dizer que a própria venda foi inválida. Outro ponto que Cruz levanta é que não procede a licitação, pois não pode haver nenhum vínculo entre avaliador e comprador, apontando a participação do Bradesco no consórcio de avaliação de venda, para, mais tarde, tornar-se acionista da companhia. Questiona-se também a consultora estadunidense Merrill Lynch, que tinha, na época, relação de negócios com a Anglo American, grupo que participou da venda da Vale.

O outro argumento é da ex-Deputada Drª Clair, autora de ação, questionando as ilicitudes do leilão, visando à anulação da venda e a consequente indenização aos cofres públicos. A ex-Parlamentar argumenta que a privatização foi conduzida à margem da lei, pois os editais estão eivados de vícios, como o fato de o banco de investimentos Merrill Lynch ter feito a avaliação do edital.

A Justiça Federal respaldou muito dos argumentos das ações populares, tendo por base os estudos técnicos produzidos pelo Grupo de Assessoramento Técnico da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, formada por especialistas reunidos pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que apurou significativa diferença entre os valores registrados pela Vale na Comissão de Seguros de Nova Iorque, que foram conferidos e admitidos pelas autoridades americanas e que foram, posteriormente, reduzidos pela empresa Merrill Lynch, quando da avaliação do patrimônio da empresa entre os anos de 1995 e 1996.

As ações também questionam os critérios de avaliação, ou seja, a forma como o preço foi calculado. Para a ex-Deputada Drª Clair, “simplesmente verificaram o preço da ação da Companhia Vale do Rio Doce no mercado e multiplicaram pelo número total de ações com direito a voto. Não se observou todo o patrimônio

da companhia". Como exemplo do que foi deixado de fora, cita as 54 empresas onde a Vale operava diretamente (controladas e coligadas), a reserva mineral, duas das três ferrovias mais rentáveis do mundo, capital tecnológico e intelectual da Docegeo, os terminais marítimos e o complexo de Carajás.

Corroborando essas afirmativas, o Dr. Aloísio Leal, economista da Universidade Federal do Pará, analisa que a empresa foi repassada ao capital privado por US\$ 3,38 bilhões ou R\$ 6,6 bilhões e que somente a reserva mineral de Carajás, com cada tonelada negociada a R\$0,50, dá duas vezes o preço de venda.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, para mim, trazer esse tema à consideração do Senado brasileiro significa participar de uma vigília cívica necessária para que prevaleça o superior interesse público. Não podem prevalecer apenas as opiniões das minorias abastadas e de seus porta-vozes.

É necessário dizer-se que o Estado deve atuar em setores estratégicos da economia e jamais pode abrir mão da soberania sobre suas reservas.

De acordo com o Sr. Roger Agnelli, atual Presidente da Vale, mantidos os níveis de extração de 2005, estima-se que as reservas de minério de ferro totais da companhia perdurem por 200 anos. Há especialistas, entretanto, que alertam para um prazo ainda menor, de cerca de apenas mais um século de exploração dessas fabulosas jazidas.

Como pode ser possível que apenas poderosos grupos econômicos, que realizam sua acumulação de capital da forma como bem entendem, sem quaisquer preocupações com a coletividade, definam, impunemente, o tempo em que a riqueza mineral do povo brasileiro vai ser exaurida, esgotando-a em algumas décadas, quando poderiam perdurar por séculos e terem uma destinação focalizada na superação objetiva da miséria social que envergonha nosso País?

O mínimo que se poderia desejar de um processo que de tão polêmico ensejou até um neologismo do jornalista Elio Gaspari, apelidando a operação de "privataria", é que fosse democraticamente discutido com a população, legítima proprietária da riqueza mineral brasileira.

Os defensores do Consenso de Washington, Sr. Presidente, criado pelo FMI, estabelecendo um conjunto de normas, entre elas a privatização de estatais, indiscriminadamente, como maneira de acelerar o desenvolvimento econômico, citam freqüentes casos de corrupção, de empreguismo e de ineficiência como dificuldades do setor público de operar na economia.

No caso da atual Companhia Vale do Rio Doce, que após a privatização e em consequência do substancial aumento de preços do minério de ferro, fez subir o

lucro anual de US\$500 milhões, em 1996, para aproximadamente US\$12,5 bilhões, em 2006, à primeira vista, parece que tem que se dar a mão à palmatória.

Em verdade, a altíssima lucratividade da Vale foi impulsionada pelo grande aumento no preço do minério de ferro, que subiu 123% entre 2005 e 2006 (o que não estava dado em 1996), graças ao aumento da procura mundial, sobretudo pela China. A privatização permitiu à companhia ser a maior detentora de reservas de minério de ferro do mundo. Com esses preços e com a demanda existente, tornou-se inexorável fazer investimentos para se tornar competitiva e atender às expectativas dos novos mercados, principalmente o chinês.

O que não se pode esquecer, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, é que desde a década de 60, com a criação da Docenave e a inauguração do porto de Tubarão, a Vale passou por uma fase de crescimento vertiginoso. No final de 1970, após duras e complexas negociações, a Vale conseguiu-se tornar sócia majoritária do complexo Carajás, que havia sido descoberto pela U.S. Steel. Tudo isso aconteceu, é bom ressaltar, no período em que a Vale era uma empresa estatal, derrubando, cabalmente, os falaciosos argumentos privatistas.

De fato, o que se tem é que a Vale, à época da privatização, era uma empresa lucrativa, eficiente e detinha grande infra-estrutura, reunindo navios, portos e ferrovias.

Com essa trajetória, quem pode afirmar que a Vale estatal não poderia estar batendo os atuais recordes, assim como a Petrobras, utilizando-se de critérios rigorosos para preenchimento dos cargos de diretoria e utilização de modernos métodos de governança corporativa para assegurar o cumprimento de suas finalidades?

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, orgulhoso de fazer parte de uma parcela da sociedade que dedica todos os dias de sua vida à luta pelo protagonismo popular. Acredito que a saída para os grandes dilemas que a Humanidade vive hoje está na ação coletiva das maiorias. Só haverá racionalização dos recursos naturais e da produção da riqueza que possa ser compartilhada num mundo de justiça social com controle soberano desses recursos.

Transformar esse tema numa questão nacional é minha obrigação como Senador da República, cargo que exerço sempre sob o ponto de vista das camadas exploradas e oprimidas da sociedade brasileira, implicando uma abordagem de esquerda, portanto atrelada ao sonho de um mundo pleno de justiça e liberdade.

Finalmente, o debate de um tema tão candente como esse serve de reafirmação do ideário dos luta-

dores do povo, cuja força motriz é a terna esperança. Valho-me, para reforçar o conceito e a convicção de ser de esquerda, dos versos que os poetas João Ricardo e João Apolinário, intitulados “Primavera nos Dentes”, em plena ditadura militar, escreveram:

Quem tem consciência para ter coragem

Quem tem a força de saber que existe  
E no centro da própria engrenagem  
Inventa a contramola que resiste.  
Quem não vacila mesmo derrotado  
Quem já perdido nunca desespera  
E envolto em tempestade decepado  
Entre os dentes segura a primavera.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, trago esse tema à consideração do Plenário do Senado, nesta manhã, depois de passados dez anos da privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

A companhia, hoje, completa 65 anos de sua fundação e os movimentos sociais e setores engajados de nosso País lutam para manter a nossa soberania, o controle do Estado brasileiro.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA)** – Pois não.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Senador José Nery, ouvi com muita atenção o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Louvo a sua coerência .V. Ex<sup>a</sup> é de uma geração que defende o Estado máximo. Eu sou de uma geração que não defende nem o máximo, nem o mínimo, mas, sim, o necessário. Quando V. Ex<sup>a</sup> fala sobre os números da Vale, é preciso que levemos em conta o prejuízo que dava ao País, o monstrengos que era a sua estrutura e a mudança que essa companhia sofreu a partir do momento em que foi privatizada. V. Ex<sup>a</sup> fala muito bem nos lucros trimestrais, que correspondem ao preço pago no passado, mas é bom que se lembrem, também, os impostos que o Governo Federal recebe mês a mês, produto das operações da Vale. Os Estados do Pará e do Espírito Santo são exemplos dos benefícios que essa privatização provocou. Aliás, acredito que o tema privatização merecia um debate, Senador Cristovam Buarque, mais amplo da parte de todos nós. Tomemos como exemplo a telefonia. Num passado não tão distante, fazíamos fila para ter direito a um telefone. Hoje, telefone se compra na esquina. O Brasil vive o momento atual graças ao processo de privatização, que acompanhou uma tendência mundial

Isso vale para todos. A China é o maior exemplo de tudo isso. Pela resistência em manter um mercado

fechado, potência que era, sentiu na pele os prejuízos por conta do modelo antiquado. Então, se V. Ex<sup>a</sup> tiver o cuidado de fazer uma pesquisa junto ao povo do Pará sobre a Vale do Rio Doce, V. Ex<sup>a</sup> verá que a privatização foi altamente benéfica. Na realidade, o Estado de V. Ex<sup>a</sup> é um dos que mais têm se beneficiado, e o Brasil, nem se comenta. Daí por que, respeito a opinião de V. Ex<sup>a</sup> por ser uma opinião de coerência, porque V. Ex<sup>a</sup> não mudou de opinião, V. Ex<sup>a</sup> continua tendo a mesma opinião, mas faço essa ponderação, porque se o País ainda administrasse aqueles monstrengos do passado, hoje não estaríamos vivendo alguns sinais positivos de crescimento que estamos vivendo. Muito obrigado.

**O SR. JOSE NERY (PSOL – PA)** – Agradeço o aparte do Senador Heráclito Fortes, e aproveito para manifestar minha opinião sobre essas valiosas considerações que V. Ex<sup>a</sup> nos traz, as quais respeito – repito –, embora discorde, evidentemente.

Mas, infelizmente – até gostaria que o povo do Pará pensasse da mesma maneira como pensa V. Ex<sup>a</sup> –, o que verificamos é que nas áreas em que estão implantados os grandes projetos, os grandes enclaves da Companhia Vale do Rio Doce, no Estado do Pará, são regiões marcadas pela exclusão, pela miséria, que cresce cada vez mais. Então, o chamado crescimento econômico, os lucros fabulosos da Vale não têm significado benefícios reais para a maioria da população. Há vários exemplos, mas vou citar, particularmente, o do Complexo Albrás/Alunorte e outras coligadas, situadas no Município de Barcarena, no Estado do Pará, na região do Baixo Tocantins, cuja população, nos últimos 15 anos, praticamente duplicou. Portanto, há 15 anos não se conhecia uma única ocupação urbana. Hoje são mais de 40, as quais os ricos, os poderosos chamam de “invasão” – eu costumo dizer que o povo ocupa; quem invade é o rico.

Com relação aos fabulosos lucros obtidos pela Companhia Vale do Rio Doce nesse período, como eu disse há pouco, foram em decorrência da valorização de minerais, especialmente a do ferro, cujo preço aumentou em mais de 100% no mercado, o que influenciou na obtenção dos lucros.

Com relação ao processo de privatização na área das telecomunicações, de modo geral, como disse V. Ex<sup>a</sup>, infelizmente, não é essa maravilha que tem sido largamente divulgada ao nosso povo, ao nosso País.

Citando ainda como exemplo o Estado do Pará, dentre os seus 143 Municípios, mais de 30, Senador Cristovam, não conhecem, não têm acesso à telefonia celular, a não ser uma ou outra pessoa com melhores posses que consegue comprar uma antena de razoável capacidade para captar o sinal de telefonia celular.

Claro que se olharmos as camadas populares nos grandes centros, nas cidades em geral, verificaremos que a telefonia tornou-se algo com que a população pode contar mais facilmente hoje. Mas, não é verdade que houve a universalização e a garantia desse bem para todo o povo, para todas as cidades, para todos os Municípios. Cito apenas um exemplo do Estado do Pará. Mas, ouve-se relatos e reivindicações, Senador Mão Santa – tenho a certeza de que lá no seu Piauí também não é diferente, deve haver, com certeza, Senador Heráclito, cidades, no interior do Piauí onde ainda não chegou a telefonia celular –, não somente no campo da telefonia celular, mas também no do sistema convencional de que havia um compromisso, no processo de privatização, em que as empresas deveriam instalar telefones nas comunidades rurais, nas vilas. Para tanto há um conjunto de critérios justos, os quais não vêm sendo respeitados pelas operadoras de telefonia convencional. Por isso, milhares e milhares de comunidades neste País não têm direito à comunicação sequer por intermédio de um orelhão.

No que diz respeito ao processo de privatização como um todo, concordo plenamente com V. Ex<sup>a</sup> no sentido de que deveria merecer por parte do Senado Federal, do Congresso Nacional, do Governo e da sociedade uma avaliação mais completa, mais detida, mais exigente, para que possamos identificar o que pode, eventualmente, ter avançado, e o que pode ser apenas a reprodução da exclusão, da violência, que conhecemos há tanto tempo. O processo de privatização, além de cumprir os ditames do Consenso de Washington, dos grandes bancos, dos interesses financeiros, dos monopólios internacionais não tem, significativamente, resultado em melhorias para as condições de vida do nosso povo.

Como disse o Senador Heráclito Fortes, essa questão precisa ser melhor avaliada.

Agradeço, sobremaneira, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo, com muita satisfação, o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador José Nery, fico contente que o Senador Heráclito tenha provocado um debate, porque, assim, podemos sair do caso específico do Pará e da empresa de que trata V. Ex<sup>a</sup> para um assunto mais profundo: estatização e privatização. Concordo que deve ser analisada, sim, todo o processo de privatização. Acho também que devemos avaliar o processo de estatização, que ocorreu a partir da metade do século XX. Em ambos, vamos encontrar acertos e erros. Eu ainda tenho um certo viés ao analisar as classes que se beneficiam. Senador Nery, um Estado dominado por uma elite, certamente as estatais brasileiras serviram a essa elite.

Assusta-me o fato de as forças populares, os partidos de esquerda defenderem com tanto vigor tudo o que era estatal, numa sociedade em que a classe dominante não abria mão das estatais para o povo. Se fizermos uma avaliação do papel das estatais para reduzir a pobreza no Brasil, veremos que foi muito pouco o que fizeram. Elas tiveram, sim, não nego, um papel na defesa dos interesses nacionais, como é o caso da Petrobras. Mas, ao redor de instalações da Petrobras existe a mesma miséria que existe ao redor de instalações, por exemplo, das mineradoras privadas. Não é um problema da propriedade do capital. É um problema da relação do capital com a sociedade. No Brasil, o capital está isolado da sociedade, seja nas mãos do Estado, seja nas mãos do setor privado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Cristovam, desculpe-me interrompê-lo. Mas tenho que comunicar ao Senador Nery, que S. Ex<sup>a</sup> usou os 20 minutos regimentais e mais 10, em homenagem à Heloisa Helena, líder maior do seu Partido. Dez é a sua nota. Portanto, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> encerrasse a sua fala, porque há outros oradores inscritos.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Há quem diga, Senador Mão Santa, que V. Ex<sup>a</sup> não é só “mão santa” como cirurgião, mas que V. Ex<sup>a</sup> é “dedo santo”, aperta a campanha para nos dar mais tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– A minha preocupação é porque V. Ex<sup>a</sup> é o próximo orador inscrito, Senador Cristovam. É como sair do campo o Pelé e entrar o Amarildo que fez os dois gols que o Brasil esperava.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Mas fico feliz de ter esse tempo adicional para o Senador José Nery. Não estou preocupado, sinceramente, com o meu tempo depois, porque se trata de um tema importante que o Senador Heráclito Fortes e V. Ex<sup>a</sup> estão nos propiciando discutir. Vale a pena discutir sim a privatização e a estatização. Não importa se é do Estado ou do setor privado, mas o quanto o povo ganha com isso. O Estado é meio. O Estado não é fim. Às vezes, para beneficiar um país e um povo, tem que estar nas mãos do Estado, como a Nasa é estatal, nos Estados Unidos, e a Petrobras, no Brasil, tem que continuar sendo estatal. Porém, às vezes, tem sim que privatizar, porque estava beneficiando a uma casta nas mãos do Estado e não ao povo inteiro do País.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Agradeço o aparte do Senador Cristovam Buarque. Mas gostaria de considerar um elemento fundamental: as empresas estatais terão papel relevante na economia e também do ponto de vista social para gerar benefícios à sociedade? Depende, exatamente, de quem dirige o Estado e de que projeto de sociedade, de país, de soberania

prevalece no interesse popular, enfrentando os interesses corporativos de grandes grupos econômicos, por exemplo.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Permite V. Ex<sup>a</sup> outro aparte?

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Se o Presidente me autorizar, pois meu tempo já foi significativamente ultrapassado, e há outros oradores inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu não poderia deixar de ouvir o Senador Heráclito Fortes, uma vez que o Piauí está em alta, lembrando que o Presidente do nosso Conselho de Ética, Senador Sibá Machado, nasceu no Piauí, e tem suas virtudes.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Já concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes, para que S. Ex<sup>a</sup> possa, mais uma vez, se pronunciar.

A meu ver, é fundamental o projeto de quem governa o País, os ideários que orientam esse projeto e o compromisso que tem, para que as estatais, que podem obter lucros fabulosos, utilizem esses lucros a favor de políticas sociais para o tão almejado desenvolvimento social.

Mas não é o que ocorre. É verdade que há estatais – a exemplo da Petrobras, além de outras – com lucros fabulosos. As estatais precisam ter eficiência, uma gestão corporativa adequada e compromisso, pois o fato de gerar grandes lucros não significa, necessariamente, melhoria social, melhoria na qualidade de vida da população brasileira.

Nesse aspecto, concordo, em parte, com o que disse o Senador Cristovam Buarque, mas alerto que é fundamental conhecer a direção, o rumo que o Governo vai imprimir à sua diretriz e à sua ação, a fim de que toda ação – e não apenas a das estatais – esteja vinculada aos interesses maiores da sociedade.

Ouço o Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador José Nery, tenho em mãos um artigo da Dr<sup>a</sup> Maria Sílvia Bastos Marques. O Senador Cristovam Buarque a conhece muito bem. S. S<sup>a</sup> foi Secretária de Fazenda do Rio, foi Diretora Financeira do BNDES e Diretora da Companhia Siderúrgica Nacional. Ela mostra um dado interessante: em 1992, o prejuízo da Vale foi de U\$262 milhões, enquanto que o lucro consolidado de 2005 foi de US\$4 bilhões. Mais adiante, diz que a Companhia Vale do Rio Doce tinha 11 mil funcionários em 1997; em 2006, passa para 44 mil funcionários diretos e 93 mil funcionários indiretos. Fala nos investimentos feitos, principalmente na preservação ambiental, coisa que não havia em grande monta até então. Vou passar o artigo para V. Ex<sup>a</sup>, apenas para que observe o grande benefício que foi para o País a privatização. Mas es-

queça tudo. Já pensou a Companhia Vale do Rio Doce nas mãos dos aloprados? Feche os olhos um minuto e pense. Quem iria para lá? O Delúbio? Quem o PT ia colocar? O Silvinho Pereira? Já imaginou a Companhia Vale do Rio Doce nas mãos dos aloprados? As telefônicas?

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Mas isso não justifica ter dado a Vale de presente, como foi dada. O maior patrimônio nacional que hoje vale...

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Senador Pedro Simon, logo, se V. Ex<sup>a</sup> me der a honra, eu gostaria de ouvi-lo, com a permissão do Presidente.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Acredito que tenha havido falhas no processo de privatização, mas ele foi altamente benéfico para o País. E o Estado de V. Ex<sup>a</sup> é um dos mais beneficiados. Tenho certeza, Senador, que problemas o progresso cria. Barcarena tem seus problemas, trazidos pelo porto. Não só pela Vale, mas pelo porto, consequência da necessidade da Vale. Mas imagine o que é necessidade da iniciativa privada. Se as eclusas de Tucuruí tivessem passado para as mãos da iniciativa privada, não estariam concluídas? E o preço que seu Estado paga pela não conclusão? Estive lá, no ano passado, e fiquei entriseccido ao ver que, por negligência de governos, não se tenha concluído um canal de transporte aquático fundamental para a economia brasileira. Repito: louvo a coerência de V. Ex<sup>a</sup>, mas não podemos querer que o Brasil permaneça em estado jurássico, temos que torcer para que concorra de igual para igual com as nações do mundo.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Mais uma vez, agradeço ao Senador Heráclito Fortes. Mas pondero que, mesmo na questão ambiental – e vou citar só um exemplo, teria vários –, em Barcarena, no Estado do Pará, a população em torno de empresas coligadas à Companhia Vale do Rio Doce sofre com um grau de poluição ambiental muito grave. E as empresas são incapazes sequer de instalar filtros adequados a fim de evitar que a população seja submetida a graves casos de doenças respiratórias, e de toda ordem.

Portanto, mesmo na questão ambiental, posso assegurar que, para o povo que vive em torno desses grandes projetos, não tem significado melhoria na qualidade de vida. Às vezes, fico estarrecido com o fato de que nós, parte do Poder Público, parte do interesse público da sociedade brasileira, já que somos Parlamentares eleitos pelo povo para aqui defender seus interesses, não acreditamos tanto como deveríamos na necessidade de afirmar o papel do Estado, inclusive na condução de assuntos e de setores estratégicos da economia, como é o caso do tema ligado à mineração.

Concedo um aparte ao nobre Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** – Eu concordo que são muito importantes as manifestações feitas pelo Senador Heráclito Fortes. Eu concordo que tem toda razão quando se pergunta o que seria da Vale do Rio Doce se tivesse ficado na mão do Estado. Mas isso não justifica a fórmula como foi privatizada. Eu digo que esta Casa ainda vai fazer um levantamento daquele que foi o maior escândalo, o maior absurdo na história deste País em toda a sua existência. A Vale do Rio Doce é uma das maiores empresas, a primeira ou a segunda empresa mineradora do mundo. E o único setor com o qual o Brasil se sentava na cadeira principal para discutir os problemas do mundo era, exatamente, o do minério, com a Vale do Rio Doce, porque ela tinha uma credibilidade e tinha uma força muito grande. De repente, não mais do que de repente, a título de iniciar um processo de privatizações, a Vale do Rio Doce foi vendida por 3,5 bilhões. Nós temos no Rio Grande do Sul uma empresa, a Companhia Estadual de Energia Elétrica, conhecida como CEEE. Ela produz energia a partir do carvão. Embora, no mundo inteiro, o carvão apareça com cerca de 8%, 9%, 10% do percentual do total da produção de energia – porque não pode ficar só na hidrelétrica – é preciso ter opções, até porque na natureza, lá pelas tantas, as águas diminuem, e o carvão é garantido. O carvão, no Brasil, está no Rio Grande do Sul. Sempre tenho dito que se o carvão estivesse em São Paulo, há muito que nós teríamos uma série de indústrias carboníferas; mas, como está no Rio Grande do Sul: zero. Então, dentro desse contexto, a Vale do Rio Doce tinha todas as condições de avançar e ser a grande alavanca do desenvolvimento brasileiro. Não ia adiante, não progredia – até acho que era verdade. Mas, daí a privatizar, eu não sei. Mas não é privatizar, é dar de graça. Essa CEEE a que me referi – a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul –, o Governador Antônio Britto privatizou 40% por R\$4 bilhões; 40% da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, a CEEE, que é considerada o maior abacaxi energético do Brasil, foi vendida por R\$4 bilhões e a Vale do Rio Doce toda ela foi vendida por R\$3,5 bilhões, dinheiro fornecido pelo Banco....

**O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA)** – Pelo BNDES.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** – Pelo BNDES, que deu o dinheiro. Aliás, foi um célebre escândalo em que o Ministro inclusive renunciou, depois de um debate desta tribuna, quando ele veio e não tinha resposta. Numa reunião realizada no gabinete do Ministro com a direção da Vale do Rio Doce, com o Presiden-

te do BNDES, eles ali decidiram inclusive para quem vender, que seria entregue a fulano de tal. E foi o que aconteceu. Hoje essa empresa está valendo R\$100 bilhões, é a que mais tem crescido, a que mais tem se desenvolvido no mundo. Será que é um milagre fantástico? Será que os oito anos do Governo Fernando Henrique tinham fracassado tanto, reduzido? Quando não tinha nenhum aloplado, ele tinha desmoralizado. Como estaria a Vale do Rio Doce hoje nas mãos dos aloplados? Mas nos oito anos em que ela esteve na mão de Fernando Henrique ela não estava nas mãos de aloplados, estava nas mãos de gente competente da social democracia. E o Presidente Fernando Henrique doou a Vale do Rio Doce para os atuais proprietários. E de repente, não mais do que de repente, ela aparece como a empresa que mais cresceu; passou a Petrobras! É maior do que a Petrobras. É a empresa no mundo que mais está investindo. O que se tem que salientar é o pronunciamento feito ontem dessa tribuna pelo Senador do Pará, que afirmou que a Vale do Rio Doce hoje está investindo mais no exterior do que no Brasil; que a Vale do Rio Doce está tendo mais lucro no exterior do que no Brasil. E, lá no Pará, os setores com os quais ela deveria trazer desenvolvimento, em termos de energia, para o Pará e para o Brasil, estão parados, porque a Vale está investindo no exterior, está preferindo investir no exterior a investir no Brasil. Então, não sei, mas acho que se a Vale do Rio Doce estivesse nas mãos nacionais no momento atual, em que o Brasil se apresenta como o grande líder dos países em desenvolvimento, ela seria uma grande aliada nossa. Agora, o que é mais doloroso...

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – A Vale do Rio Doce está em mãos nacionais; não está nas mãos do Estado, mas está nas mãos de empresas nacionais.

**O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA)** – Nem tanto, porque o consórcio...

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** – Mas tem um ótimo relacionamento com as empresas internacionais. A Vale do Rio Doce é hoje uma empresa transnacional que age em termos mundiais; não é uma empresa brasileira como a Petrobras, que trabalha para o Brasil. Ela é uma empresa transnacional que busca lucro em tudo quanto é lugar. São R\$100 bilhões que os proprietários têm, e o Brasil vendeu por R\$3,5 bilhões. Hoje ela vale R\$100 bilhões. Devemos eleger Presidente da República esse presidente? Será que ele é tão genial que fez um crescimento tão grande em três anos?

**O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA)** – Agradeço o aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Nery, queria lembrar que o tempo de V. Ex<sup>a</sup> está em 46 minutos, já virou um tempo de

futebol, mais do que um jogo de futebol de salão, de basquetebol. Nesse tempo, se eu estivesse no Piauí, na Santa Casa, eu teria feito uma vesícula, um apêndice e uma hérnia. E, me permita, já que estamos no debate e, diante do professor Cristovam Colombo... E eu me inspiro muito na Bíblia...

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Cristovam Buarque. Ele chegou aqui há menos tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Ele é maior do que o Brasil, ele é do tamanho da América. Inspiro-me muito em Cristo, Senador Pedro Simon: Cristo fez o Pai Nosso em um minuto e o Sermão da Montanha em um minuto e meio; Santo Estevão falou muito e jogaram pedra nele. Então, o povo do Brasil e do Pará ainda joga flores em V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Nery. Pode continuar, Senador.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Obrigado, Senador Mão Santa, mas considero o tema tão relevante que, por mais que tenha ultrapassado em muito o tempo, quero reafirmar que é inaceitável a doação que foi feita do patrimônio público no processo e – já que o senhor falou em cirurgia – numa operação...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI. Fazendo soar a campainha) – Um minuto para V. Ex<sup>a</sup> concluir.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – ... em que, fundamentalmente, quem perdeu foi a soberania nacional, foi o povo brasileiro, e talvez seja fácil identificar o porquê desses lucros.

Já falei, o vertiginoso aumento dos valores do ferro no mercado internacional em mais de 100% ajuda a explicar esses lucros. Quanto à avaliação do patrimônio da Vale do Rio Doce, é bom ter clareza que empresas que a adquiriram participaram do processo de avaliação; logo, o consórcio de empresas que adquiriu a Vale tem capital internacional, tem capital da Anglo American...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Faltou o som. Agora foi como no cinema, aquele *The End*.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – É fácil entender por que ela foi subavaliada, foi devido aos interesses econômicos que se associaram para adquiri-la, com parte financiada pelo dinheiro público do País. Foi subavaliada realmente e foi doada.

Para enfrentar essa doação que aconteceu há mais de dez anos, o povo brasileiro está convocado para participar de um plebiscito organizado pela sociedade civil brasileira dos que resistem e entendem que as estatais – e aí quero dizer, Senador Heráclito, que era necessário...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Quem vai financiar o plebiscito? É alguma ONG?

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Quem vai financiar o plebiscito é a vontade coletiva dos que querem que esse... É a organização do povo...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – É ONG?

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – ...das suas entidades, dos seus sindicatos, das suas associações.

*(Interrupção o som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> está condenando doação, vou-lhe doar mais um minuto, mas espero a conclusão.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Este plebiscito será organizado pelas entidades da sociedade civil, sindicatos, movimentos sociais, igrejas...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Plebiscito é caro, eu quero saber quem vai pagar.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – ... para que o povo brasileiro, uma parcela do povo brasileiro possa oferecer a sua opinião e inclusive ajudar a definir, do ponto de vista da legalidade no Judiciário, a luta pela anulação do leilão de privatização da Vale do Rio Doce.

Todos que têm consciência, o desejo e a vontade de contribuir e fazer o País avançar no ponto de vista dos interesses da sua soberania e dos interesses do seu povo estão convocados para participar do plebiscito em prol da anulação do leilão de privatização da Vale do Rio Doce.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Há uma data para esse plebiscito, nobre Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – S. Ex<sup>a</sup> já concluiu o discurso, Senador Heráclito. V. Ex<sup>a</sup>, querendo, inscreva-se ou peça a palavra pela ordem.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo para fazer um registro sobre uma questão importante para o meu Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá. Regimentalmente, como Líder do Governo, V. Ex<sup>a</sup> tem prioridade.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, faço dois registros nesta manhã. O primeiro deles, que a Conferência da União Nacional dos Legislativos Estaduais, ou seja, a reunião de todas as Assem-

bléias Legislativas, ocorrida em Porto Alegre nos últimos dias 24 e 25, aprovou, por unanimidade, a proposição dos 16 parlamentares estaduais de Roraima presentes ao encontro no sentido de que a Área de Livre Comércio de Bonfim e de Pacaraima, bem como a extensão das vantagens da Zona Franca de Manaus, sejam encaminhadas ao Estado de Roraima e a Boa Vista.

Esse é um pleito antigo, Sr. Presidente. Já apresentei projetos nesse sentido, assim como outros parlamentares de Roraima já o fizeram. Hoje, a situação de Boa Vista no que diz respeito ao comércio é extremamente delicada. Estamos entre três zonas francas: a Zona Franca de Manaus, a Zona Franca de Lethem, na Guiana, e a Zona Franca de Santa Helena, na Venezuela. Portanto, a situação é de extrema preocupação. Os produtos da Zona Franca de Manaus chegam a Boa Vista com um diferencial de preço com que os comércios de Boa Vista não podem competir, e isso gera desemprego e desestruturação das empresas de Roraima.

Temos batalhado nessa proposição; é um dos 27 pontos que entreguei ao Presidente Lula como prioridades a serem atendidas no processo de reconstrução e desenvolvimento de Roraima.

Agora, esse pleito é reforçado pelos Deputados Estaduais e pela União Nacional dos Legislativos Estaduais.

Cumprimento o Presidente da Assembléia Legislativa de Roraima, Deputado Messias de Jesus, e todos os Deputados que fizeram a colocação e conseguiram sua aprovação.

Minha segunda observação – e faço-a mais como Senador do que como Líder do Governo – é para lamentar as palavras do Presidente Hugo Chávez sobre o Senado brasileiro.

O Presidente Hugo Chávez precisa entender que todos os países são independentes, assim como seus legislativos. Longe de querermos nos imiscuir nas questões operacionais da Venezuela, o Congresso brasileiro, como o congresso de qualquer país, tem o direito e o dever de zelar pela democracia na América do Sul e, portanto, de apontar as preocupações e definir suas posições quando entender que determinadas questões não estão sendo encaminhadas corretamente. Não se trata de, como disse, abordar as questões internas da Venezuela, mas de se discutir o clima de democracia na América do Sul.

O Congresso brasileiro representa a autonomia e a vontade do povo brasileiro; não representa país algum e muito menos os Estados Unidos. Ao contrário, o Brasil tem adotado posição independente, inclusive, no apoio aos países da América Latina e da África,

muitas vezes opondo-se à posição externa americana. Essa é realidade verificada nos fatos e nas ações do Governo brasileiro.

Portanto, entendo que o Presidente Chávez foi infeliz ao fazer essa declaração ontem na Venezuela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Neste momento, aqui da Presidência, entendo que está dada a resposta ao Presidente Chávez pelo Presidente deste País, Luiz Inácio Lula da Silva, uma vez que o nosso Líder, Senador Romero Jucá, é o portavoz do Presidente de República nesta Casa.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, falei como Senador. Não estou falando pelo Presidente da República, até porque não conversei com Sua Excelência a respeito.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> falou como Líder.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Falo como Líder e como Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex<sup>a</sup> é o Líder do Governo e representa o Presidente. E não teria o Presidente representante melhor neste Congresso do que V. Ex<sup>a</sup>. Tanto é verdade que, entre 11 Partidos que o apóiam, ele buscou o seu nome, pessoa com experiência, com competência e com coragem para representá-lo nesta Casa. E nós, do PMDB, estamos engrandecidos com a representação de V. Ex<sup>a</sup>. Na democracia é assim. Não há integrante melhor dos 11 Partidos neste Congresso do que V. Ex<sup>a</sup>. Ele não teria outro. Se escolheu bem sua encantadora esposa, escolheu bem também o grande Líder que é Romero. Essas são as nossas afirmações.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero ser justo com o Senador Romero Jucá pelo extraordinário esforço que faz para ser Líder dessa colcha de retalhos de tendências e ideologias. S. Ex<sup>a</sup> fez muito bem em não misturar alhos com bugalhos e demonstrou, de maneira bem incisiva, algo que é importante para esta Casa: que o Presidente Lula continua omissos.

O Presidente continua omissos em relação aos rumos que a América Latina toma e quanto às posturas que o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, adota, principalmente quando agride o Parlamento brasileiro. Ao fazer essa separação, o Líder mostra que não está autorizado a falar em nome do Governo e que o Governo continua omissos, como a imprensa internacional já começo a explorar. É lamentável! Entretanto, como,

no Brasil, nós temos poderes independentes, embora tentamos que haja harmonia entre eles – o que temos conseguido ao longo da História –, o Senado da República continuará protestando.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Não tão independentes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – E não são? Onde falta independência, Senador Pedro Simon? V. Ex<sup>a</sup> com essa experiência e vivência...

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Falta independência quando o Presidente da República interfere a todo instante no Congresso Nacional, evita que se instale uma comissão parlamentar de inquérito. Nós estamos governando com medidas provisórias.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Há submissão. O Congresso aceita. Não adianta V. Ex<sup>a</sup> reagir, o Senador Heráclito Fortes reagir. O Poder é independente, mas há submissão e coalizões.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS. Fora do microfone.) – É um poder independente, com submissão.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Está bom. Então, concordo com V. Ex<sup>a</sup>.

Então, eu queria apenas fazer esse registro, Senador, para socorrer o meu querido amigo, esse afilito, permanentemente afilito, Líder do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa – PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, acho que foi uma das melhores inspirações do Presidente Lula escolher a inteligência e a coragem deste Líder do PMDB, hoje Líder do Governo. Entre onze partidos, a escolha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi inspirada em Deus.

Segundo a lista de oradores inscritos, vem a seguir o Senador Valter Pereira; depois, o Senador Cristovam Buarque. Infelizmente, professor Cristovam Buarque, S. Ex<sup>a</sup> estava inscrito antes, está na lista primeiro, embora V. Ex<sup>a</sup> seja o primeiro deste Congresso no saber. Mas, na hierarquia da lista, está Valter Pereira, do meu Partido, PMDB, que tem substituído com grandeza o nosso saudoso Ramez Tebet.

V. Ex<sup>a</sup> poderá usar o tempo que achar conveniente. Não iria cortar sua palavra, já que o Senador do PSOL, que não é o meu Partido, levou 50 minutos.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, mas vou fazer um breve pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, não podria calar-me nesta manhã, quando, lendo a **Folha de S. Paulo**, deparei-me com a notícia que o jornal traz não só para o Congresso brasileiro, mas para toda a Nação, de uma verdadeira agressão do Presidente da

Venezuela contra o nosso País. Digo contra o nosso País porque a agressão perpetrada pelo coronel venezuelano é contra o Congresso Nacional.

Vejam o que diz o Presidente Chávez. A notícia é a seguinte:

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, disse ontem, à noite, que o Senado Brasileiro age como um papagaio do congresso americano e que é mais fácil o Brasil voltar a ser colônia portuguesa do que o seu governo devolver a concessão ao canal oposicionista RCTV.

O que o Presidente da Venezuela mostra, Sr. Presidente, é aquele traço típico de todos os ditadores: todos eles são intolerantes com qualquer manifestação contrária. Esse é o traço das ditaduras. Que autoridade tem o Sr. Hugo Chávez para criticar qualquer legislativo do planeta, Sr. Presidente? Um homem cuja biografia não só a América Latina, não só o povo brasileiro conhece, mas o mundo inteiro acompanhou os seus embustes, as suas agressões perpetradas em seu território contra as instituições democráticas.

Disse o Presidente Hugo Chávez:

O Congresso brasileiro está agora subordinado a Washington. O Congresso do Brasil deveria se preocupar com os problemas do Brasil. O Congresso é dominado pelos movimentos e partidos da direita, que estão tentando que a Venezuela não entre no Mercosul.

Ora, Sr. Presidente, travestindo-se de conselheiro, o Presidente da Venezuela vem ensinar que os congressistas brasileiros deveriam ficar adstritos aos problemas do País. Logo o Presidente Hugo Chávez! Logo um Chefe de Governo que está se intrometendo na vida de todos os seus vizinhos, financiando campanhas eleitorais de uns para depois influenciar, interferindo em negociações comerciais entre outros Estados, como aconteceu com a Bolívia e o Brasil, interferindo em todo processo eleitoral que ocorre na América Latina, usando inclusive recursos que deveriam ser utilizados para socorrer o seu povo, que está em situação de indigência. Agora, dá-se ao luxo de vir aconselhar o Congresso brasileiro a restringir a sua ação aos problemas brasileiros.

Ora, Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, no momento em que o Senado Federal toma uma posição em defesa da liberdade, em defesa da liberdade de imprensa, tão cara para o Brasil e para a Venezuela, nós estamos, sim, cuidando dos nossos interesses, estamos cuidando, sim, dos interesses do povo brasileiro, que tem na democracia um de seus maiores patrimônios.

O Congresso da República brasileira é composto de democratas, muitos dos quais estiveram nas ruas, nas praças, nos sindicatos, em todos os lugares, lutando contra uma aventura militar que por vinte anos confiscou a liberdade de imprensa em nosso País.

A liberdade de imprensa é um patrimônio nacional, um patrimônio universal, do qual os congressistas deste País não podem abrir mão, e não vão abrir mão, mesmo que o genérico de Adolf Hitler venha a se arvorar em conselheiro de congressistas brasileiros.

Insinua o Chefe de Governo da Venezuela que o Congresso Nacional brasileiro estaria seguindo as orientações e as estratégias do governo ou do congresso americano. Ora, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, quantas vezes este mesmo plenário, esta mesma tribuna não foi ocupada por parlamentares de diversas matizes para tecer críticas com relação à condução dos negócios por parte do governo americano, por parte até do próprio congresso americano?

A nossa independência não precisa ser proclamada aqui. Não precisa, porque a história do Congresso é uma história de respeito à liberdade, de respeito à independência. Tivemos um Congresso que durante muitos anos foi castigado por interferências de um regime autoritário que cassava mandatos e que suspendia direitos políticos porque não conseguia tutelar o Congresso Nacional.

Hoje, que estamos livres dessas peias, das peias autoritárias, mais que nunca, este Congresso tem autoridade para censurar a conduta do Presidente da Venezuela, porque ela constitui uma ameaça não só à liberdade de imprensa daquele país, mas à paz de todo este continente, já que o Presidente Hugo Chávez vive interferindo na vida de todos os seus vizinhos.

Veja, Sr. Presidente, a notícia que traz o jornal **Folha de S.Paulo**:

Este Congresso faz um mau favor à causa sul-americana. A esses representantes da direita brasileira, eu digo que é muito mais fácil o império português se instalar em Brasília do que o governo da Venezuela devolver a concessão à oligarquia venezuelana", disse Chávez, que elogiou a posição de Lula. Antes, Chávez já havia feito críticas aos senadores chilenos e americanos e ao Parlamento Europeu por resoluções contrárias ao fim da concessão da TV.

Sr. Presidente, a reação que está havendo contra o Sr. Hugo Chávez é uma reação dos parlamentos democráticos, dos parlamentos que têm compromissos com a democracia e que estão assistindo à demolição

paulatina dos pilares do regime democrático, inclusive com o uso das regras do próprio regime liberal.

Infelizmente, o que estamos assistindo aqui – atônitos – é à consolidação de um regime que não só vai confiscar a liberdade do povo da Venezuela, mas vai trazer a inquietação, a intranqüilidade e o desassossego a toda a família sul-americana; e não só à família sul-americana, mas a todo o continente americano.

De fato, o Presidente não quer e não vai devolver a emissora que foi proscrita daquele país, que perdeu o seu canal aberto. E não quer devolver por quê? Porque a área de comunicação está para as ditaduras como as águas estão para os peixes. É por meio da doutrinação, da lavagem cerebral que ele vai conseguir, ou pelo menos tenta conseguir, a hegemonia absoluta, característica fundamental de qualquer regime autoritário.

Ouvi, aqui, há poucos instantes, a fala do Senador José Nery, defendendo um plebiscito para saber se a opinião pública brasileira aprova ou não uma transação.

Veja, Sr. Presidente, aqui no Congresso, um Senador que representa um importante segmento progressista vem, fala livremente, defende a sua posição. Quando, na Venezuela, se fala em plebiscito – e agora se fala inclusive para saber se a sociedade da Venezuela aprova essa medida autoritária –, qual é a reação do Presidente? A reação do Presidente da Venezuela é rechaçar a proposta.

Honra-me, Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) –** Senador Valter Pereira, quero primeiro dizer que fico feliz em ouvir o seu pronunciamento e de tantos outros em relação a esse ato de fechar uma televisão. Mas acho importante, com todo risco de ser mal-interpretado, lembrar que alguns anos atrás, quando houve um golpe contra o Presidente eleito da Venezuela Hugo Chávez, não houve grandes manifestações neste Senado. E V. Ex<sup>a</sup> não tem culpa nenhuma, nem eu, porque não estávamos aqui. Eu gostaria de que a mesma reação que os democratas brasileiros têm – e democratas não no sentido do partido, mas no do sentimento – na defesa da livre expressão, que é corretíssima e, felizmente, nós temos, os mantivesse alerta para defender toda tentativa de golpe de Estado que possa ocorrer no Brasil contra presidentes eleitos, como houve contra o Presidente Chávez, eleito diretamente pelo povo da Venezuela.

**O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) –** V. Ex<sup>a</sup> tem razão, Senador Cristovam Buarque, quando diz que toda vez que houver uma tentativa de violar o resultado da manifestação da vontade popular ou de violar a liberdade e a democracia, o Congresso tem que reagir, e reagir com energia.

De fato, o Congresso brasileiro não tem a obrigação só de falar das estradas do nosso País, das escolas que precisam de reparos, do ensino que precisa melhorar, da violência que se alastrá pelo nosso País. Temos que preservar este bem chamado liberdade. Temos que preservar a vontade popular.

Porém, divirjo de V. Ex<sup>a</sup> em um ponto: quando coloca como legítima a eleição do Presidente Hugo Chávez. Realmente, o Presidente Hugo Chávez foi eleito. Mas V. Ex<sup>a</sup>, mais do que ninguém, sabe muito bem quantos ditadores começaram a sua ascensão, começaram a consolidar os seus projetos autoritários usando exatamente as regras eleitorais estabelecidas por regimes democráticos. Quantas vezes desfilam isso pelos livros da nossa História! Vimos multidões e multidões nas ruas e nas praças ovacionando lideranças que se diziam libertárias, mas, na verdade, iniciando uma caminhada autoritária sob os aplausos, sob a ovação de toda a comunidade.

Infelizmente, Senador Cristovam Buarque, estamos assistindo à repetição de tudo isso. É por esse motivo que eu diria, sem medo de afirmar, que o títere que está hoje comandando esse retrocesso na Venezuela é, de fato, um genérico de Adolf Hitler, de Mussolini e de tantos outros ditadores que infelicitaram o planeta e que se valeram de regras democráticas e se escoraram nos aplausos, nas ovações que recebiam nas praças públicas.

V. Ex<sup>a</sup> quer outro aparte, Senador Cristovam Buarque?

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Eu já tinha desistido, mas já que V. Ex<sup>a</sup> falou eu vou dizer. Mais uma vez, fico contente de ver o seu espírito liberal e democrático, mas foi um discurso muito parecido com esse que levou ao golpe militar de 1964: a idéia de que João Goulart, Vice-Presidente eleito democraticamente, estava se transformando em um ditador, colocando os trabalhadores na rua, querendo tomar o poder, segundo se dizia, de maneira autoritária. O discurso de que um presidente foi eleito e virou ditador – e acontece, sim, é verdade, não há dúvida nenhuma – pode terminar legitimando, e quem tiver mais força bruta termine destituindo aqueles que foram eleitos, sobretudo se quem tiver maior força bruta tiver também condições de manipular a opinião pública. Entendo que não é a intenção de V. Ex<sup>a</sup>, que é um democrata, mas é muito perigosa a idéia de dizer que o Presidente Hugo Chávez foi eleito democraticamente, mas está virando um ditador e isso justifica fechamos os olhos se houver um golpe de Estado contra ele.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – V. Ex<sup>a</sup> sempre encanta quando pede um aparte ou quando faz um discurso, mas, às vezes, deixa de exprimir al-

guma coisa que é necessária para que a verdade seja a mais abrangente possível. Não me consta que o Presidente João Goulart tenha fechado uma emissora de rádio neste País; não me consta, Senador Cristovam Buarque, que tenha havido um só gesto do Presidente João Goulart no sentido de restringir o direito de ir e vir das pessoas, o direito de se manifestarem. V. Ex<sup>a</sup> se lembra muito bem das marchadeiras. Quem eram as marchadeiras? Eram aquelas que andavam pelas ruas, na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, uma manifestação livre e independente que o Brasil fazia, e o Presidente com ela convivia. E convivia também com as manifestações sindicais; e convivia com a imprensa; e convivia com a oposição. É diferente. Comparar João Goulart com Hugo Chávez, V. Ex<sup>a</sup> vai me desculpar, mas não há termo de comparação.

Honra-me ouvir o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – É exatamente sobre esse assunto que quero aparteá-lo. O caminho que faz o Sr. Hugo Chávez é o inverso daquele feito pelo Presidente João Goulart. João Goulart procurou, por meio das reformas de base e da diminuição das desigualdades sociais, atender ao chamamento do povo. Ele foi às ruas; ele não colocou os tanques nas ruas. É um pouco diferente do Sr. Chávez. O Sr. Chávez interferiu no Judiciário, garroteou o Legislativo e agora entrou de maneira injustificável no segmento de imprensa, fechando uma emissora de televisão de cinquenta anos de existência, numa atitude injustificável, inaceitável, que vem recebendo protestos do mundo inteiro. Conhecendo V. Ex<sup>a</sup> como condeço, democrata que é, tenho certeza, Senador Cristovam Buarque, que está havendo uma falta de sintonia entre o que V. Ex<sup>a</sup> disse – foi o que entendi – logo no início e no decorrer desse debate. Percebi que V. Ex<sup>a</sup> quis dizer que, do mesmo jeito que o Brasil foi solidário com Chávez, quando vítima do golpe, ele não tem o direito de, no poder, agir da forma como está agindo. Por outro lado, quero lembrar mais, o Sr. João Goulart não modificou a Constituição, garantindo a ele próprio reeleições sucessivas. São dois fatos completamente diferentes. Daí por que acho grave. E o mais grave, Senador Cristovam, foi a maneira agressiva com que ele tratou o Parlamento brasileiro, desrespeitando nossa autonomia, querendo cobrar do Presidente Lula o comportamento do Congresso Nacional, como se o Legislativo daqui não fosse independente.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte, Senador Heráclito Fortes. Realmente, V. Ex<sup>a</sup> repõe o debate nos termos em que deve ser conduzido.

Sr. Presidente, mais grave do que fechar o canal de televisão é o fato de que outro canal está substituindo a RCTV. E a quem pertence esse canal que está substituindo a RCTV? Pertence ao Estado, é um canal para Hugo Chávez.

Então, estamos percebendo que há uma substituição das instituições livres, das instituições democráticas, da participação da sociedade no meio das comunicações por uma participação estatal, por uma intervenção estatal. Se isso não é fechamento do regime, paciência! Aí fica difícil saber o que representa esse fechamento.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Senador Valter Pereira, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Senador José Nery, honra-me ouvir o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Senador Valter Pereira, é verdade que essa decisão do governo da Venezuela em relação a uma emissora de televisão causou impacto, mas é necessário que tenhamos elementos mais efetivos para conhecermos as razões que levaram a essa decisão. Creio que não estão suficientemente esclarecidas as razões dessa decisão com a qual todos nós, democratas, socialistas, que defendemos todas as liberdades, bem como a liberdade de imprensa, não concordamos. Mas não podemos deixar de considerar a disputa política e ideológica de projetos da sociedade que estão em curso na Venezuela e não podemos deixar de considerar um conjunto de ações de conteúdo democrático e popular que estão em curso naquele país. Não fosse assim, não teríamos assistido à eleição e à reeleição do Presidente Chávez, com um aspecto que precisa aqui ser lembrado: uma forte oposição. A Oposição no Brasil é feita pelos partidos políticos, pelas organizações da sociedade, pelos movimentos sociais, mas, na Venezuela, pelo que temos conhecimento, a Oposição é comandada por grandes monopólios, por grandes grupos econômicos que têm, em alguns dos meios de comunicação daquele país, a referência para fazer diretamente, de forma bastante incisiva, o combate ao Governo, que pode ter seus defeitos, mas que foi eleito pelo povo. Portanto, quero chamar a atenção para o conceito de ditadura que vem sendo dito e difundido no curso desse debate sobre a situação atual da Venezuela. É verdade que precisamos conhecer melhor qual é realmente a situação interna dessas forças que disputam no país projetos, rumos etc. É preciso conhecermos melhor o que há na Venezuela, para emitirmos opinião com maior precisão, com maior clareza, porque, a meu ver, o que está acontecendo na Venezuela tem aspectos positivos, principalmente do ponto de vista das riquezas do País, tanto é que estão em proces-

so de nacionalização e de estatização vários setores estratégicos da economia, para direcionar mais recursos à educação, uma das bandeiras nas quais V. Ex<sup>a</sup>, Senador Cristovam, é referência nesta Casa. Os lucros das empresas, os recursos orçamentários estão sendo colocados a serviço da melhoria da saúde da população. Inclusive, o Presidente Chávez trouxe de Cuba 20 mil médicos.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – V. Ex<sup>a</sup> está me lembrando aqui da nossa ditadura; infelizmente, V. Ex<sup>a</sup> nos está lembrando disso.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Não, pelo contrário, Senador.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Os discursos da nossa ditadura eram os mesmos. Ninguém pode negar hoje, Senador Nery, os grandes avanços que ocorreram na ditadura. Ninguém pode negar aqui que isso ocorreu no plano econômico. Por exemplo, lembro a V. Ex<sup>a</sup> que o Estatuto da Terra, que ainda é o estatuto mais avançado do ponto de vista social em nosso País, proveio da ditadura militar, mas, nem por isso, podemos justificar como virtuosa a intervenção militar, porque ela foi nefasta, confiscou a liberdade.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Estamos falando, com todo respeito ao pensamento de V. Ex<sup>a</sup> – e aqui o importante é isso...

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Mas V. Ex<sup>a</sup> está defendendo uma ditadura.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Não a estou defendendo. V. Ex<sup>a</sup> considera um governo eleito democraticamente uma ditadura?

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – V. Ex<sup>a</sup> está dizendo que essa emissora teria de ser punida, porque combate o governo.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Eu disse a V. Ex<sup>a</sup> e ao Plenário duas coisas. Primeiro, precisamos ter melhor ciência do que ocorre na Venezuela, para termos mais clareza, Senador Heráclito Fortes. V. Ex<sup>a</sup> é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Mas todo mundo tem ciência de que lá está havendo cstração à liberdade de imprensa. Isso não é dúvida para ninguém. V. Ex<sup>a</sup> tem dúvida de que está havendo cstração à liberdade de imprensa?

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Como eu disse, é preciso conhecer, entender as razões...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Advirto o orador da tribuna e o do plenário. Não vou buscar o Regimento, mas a bandeira: “Ordem e Progresso”. Senador José Nery, se o aparte for concedido, V. Ex<sup>a</sup> fala, e, regimentalmente, quero lembrar, o aparte é de dois minutos. Então, o lema positivista “Ordem e Progresso” cabe muito bem agora.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Tenho a certeza de que o Senador José Nery não terminará esse aparte sem antes se manifestar sobre as agressões do Sr. Chávez ao Senado do qual S. Ex<sup>a</sup> faz parte.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Senador Valter Pereira, eu estava dizendo duas coisas. Primeiro, é preciso conhecer melhor o que está acontecendo na Venezuela. Em segundo lugar, temos de examinar que a situação lá é diferente, porque o que se diz – por isso, é preciso conhecer melhor – é que uma emissora de tevê, organizada sob interesses econômicos poderosos, age como um partido político. Aqui há os partidos políticos, a sociedade civil, os movimentos sociais que fazem política. No entanto, não podemos emitir, de pronto, um parecer. Por isso, defendo que é preciso conhecer melhor a situação vigente na Venezuela. Sei que V. Ex<sup>a</sup> combateu a ditadura. Combati a ditadura desde a juventude e ficaria muito triste se fosse associado a qualquer defesa que relembrasse a ditadura, governos ditoriais impostos por generais e não eleitos pelo povo. Portanto, guarda aí uma grande diferença! Na Venezuela, hoje, os mais pobres, os excluídos – dos pescadores aos trabalhadores rurais e aos moradores de periferias –, são atendidos por diversas políticas públicas. Há acesso à educação, garantia de médicos e de atendimento de saúde nas mais diversas localidades, nos locais mais distantes do país. Então, essas questões mereceriam de todos nós um exame mais acurado. É isso o que estou defendendo. Em relação ao meu pronunciamento referido por V. Ex<sup>a</sup> há pouco, eu dizia da importância de um plebiscito ou de uma consulta popular – como disse o Senador Heráclito Fortes – para saber a opinião da população sobre a anulação do leilão de privatização da Vale do Rio Doce. Na Venezuela, a Constituição admite o chamado “plebiscito revogatório”, pelo qual determinado percentual de eleitores pode requerer ao Tribunal Eleitoral a realização de um plebiscito para destituir do poder o Presidente que estiver governando.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – E por que o Presidente rechaça essa hipótese?

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Na Venezuela, no primeiro mandato de Hugo Chávez, vamos recordar, houve um momento de grande conflito em que parcela importante da oposição se organizou e conseguiu o número de assinaturas necessárias para requerer ao Tribunal Eleitoral do país a realização de um plebiscito para revogar o mandato do Presidente da República. Uma vez que se conseguiu isso junto ao Tribunal, foi realizado o plebiscito, e o Presidente se manteve no poder com o apoio de mais de 70% dos eleitores do país. Então, eu queria que relativizássemos esse conceito de ditadura que está sendo aplicado à situ-

ação existente na Venezuela, para que pudéssemos emitir um parecer, uma opinião, uma observação com mais clareza, com conhecimento de maiores detalhes do que hoje ocorre naquele país. De maneira geral, penso que nossa atitude deve ser de preocupação. Devemos entender e querer que essa questão seja esclarecida. Nós, democratas, somos favoráveis à liberdade de imprensa, mas recomendo que tenhamos mais esclarecimentos sobre os fatos, sobre a decisão e sobre seu conteúdo, porque acho que não os temos. Por isso, manifesto-me nesse sentido e agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte concedido.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Também lhe agradeço, Senador José Nery.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Valter Pereira, só gostaria de ouvir o Senador Nery, se fosse da conveniência de S. Ex<sup>a</sup>, já que se manifestou aqui como um excelente constitucionalista venezuelano, mostrando que sabe de todos os mecanismos constitucionais da Venezuela. Peço ao Senador que se manifeste sobre a agressão que o Senado da República sofreu ontem por parte do Presidente da Venezuela e que dissesse se essa atitude é democrática. Esse seu silêncio está me deixando aqui inquieto. Eu gostaria de ouvi-lo. V. Ex<sup>a</sup> está bem mais perto da Venezuela do que eu, que sou piauiense. Gostaria de ouvi-lo. Sei que V. Ex<sup>a</sup> é um venezuelanista...

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Não, sou um brasilianista.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – É um brasilianista. V. Ex<sup>a</sup> está se aperfeiçoando nessa questão. Mas eu gostaria de ver o que V. Ex<sup>a</sup> entende do que foi dito pelo Sr. Chávez contra o Senado.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – As ofensas lançadas contra o Congresso brasileiro, é essa a questão.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Está, mais uma vez, ao lado do dócil, afável – se V. Ex<sup>a</sup> não quer que chame de ditador –, democrático e simpático Presidente venezuelano. Fica a escolha de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Sobre essa questão, ontem, manifestei opinião, dizendo exatamente o seguinte: sou defensor da autonomia, da autodeterminação dos povos. E, nessa questão, pela razão de não ter todos os elementos em relação ao assunto – por isso, defendi isso aqui –, penso que não deveríamos emitir opinião sobre o que acontece na Venezuela do ponto de vista das decisões que estão sendo tomadas lá. Da mesma maneira, o Presidente Chávez não deveria emitir opinião sobre questões de órgãos do Governo brasileiro, do Parlamento brasileiro. Então, não deveríamos fazer aquela recomendação – por isso, eu a achei incorreta – sem haver aqui um conjunto de

informações sobre o que de fato está acontecendo na Venezuela. Por isso, defendi que não deveríamos enviar aquela recomendação. Foi isto que o Senado fez: enviou uma recomendação.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – V. Ex<sup>a</sup>, então, não está devidamente convencido de que, na Venezuela, está havendo uma violação constante e permanente da liberdade de imprensa?

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Não estou convencido de que dispomos aqui de todas as informações para emitir, em nome do Senado brasileiro, uma recomendação, como feita aqui, sem que tenhamos condições de avaliar o que está em disputa, as condições de disputa política, as condições de divergência, e também aqueles que podem ser elementos negativos na experiência da Venezuela, bem como aquilo que pode ser elemento positivo na experiência da Venezuela. Por essa razão, precisaríamos ter mais dados, mais informações, sobre o contexto venezuelano, para emitir a opinião do Senado Federal. Essa é nossa opinião.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte, Senador José Nery, que sabe muito bem da admiração e do respeito que tenho pela sua história, uma história de homem que lutou sempre.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Não consigo entender a defesa de uma conduta tão desigual. Se estivéssemos falando de um vizinho que não se intrometesse nas fronteiras, que não estivesse dando palpites nos países da América Latina, que não estivesse interferindo e, inclusive, financiando campanha, como todo mundo noticiou... Agora, diante desse vizinho, temos de assistir à demolição de todo o edifício democrático daquele país de braços cruzados. Estamos assistindo à demolição da liberdade, estamos assistindo a esses discursos intervencionistas que ele tem feito rotineiramente, ameaçando a paz em todo o continente.

Senador Heráclito Fortes, honra-me o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> há de compreender – eu compreendo – o engajamento do Senador José Nery nessa questão venezuelana. É um direito dele. O Senador José Nery é tido aqui como homem que tem ligações históricas com a Igreja, mas veja bem: o Sr. Chávez agrediu o Papa, e o Sr. Nery ficou silencioso, ficou silencioso. É impressionante esse engajamento. Não se mete nas questões internas, fez um discurso...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito, lamento interrompê-lo, mas apenas quero lembrar ao orador que zelo muito pela sua palavra. V. Ex<sup>a</sup> disse que seria breve.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Estou sendo breve.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O seu discurso acaba de completar 40 minutos.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Então, meu relógio parou.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Zelo pela palavra de V. Ex<sup>a</sup>, que começou seu pronunciamento, dizendo que seria muito breve, que não faria como José Nery, que discursou por 50 minutos.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Não, eu não disse isso. O Senador José Nery sempre tem uma palavra abalizada...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, V. Ex<sup>a</sup> continua agora. S. Ex<sup>a</sup> falou por 50 minutos...

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Vou concluir, vou apenas permitir esse aparte ao Senador Heráclito.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Só quero concluir. Veja bem que S. Ex<sup>a</sup> tem verdadeira ojeriza ao Sr. Bush. No entanto, dentro desse princípio do Senador Nery, deveríamos respeitá-lo, porque são questões internas; não devemos mexer nas questões dos Estados Unidos. No entanto, S. Ex<sup>a</sup> fez um pronunciamento ali daquela tribuna, criticando o Sr. Bush e convocando os argentinos a se manifestarem contra a presença de Bush. São dois pesos e duas medidas. Vai falar o profeta Heráclito Fortes aqui e agora: esperem até que o Senado receba a comunicação de que José Nery será homenageado pelo Governo de Hugo Chávez com a medalha mais importante já concedida pelo Governo da Venezuela a um parlamentar estrangeiro!

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Permita-me, nobre Senador, um aparte?

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Pode falar, pois V. Ex<sup>a</sup> foi citado.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Para defender causas justas, causas que considero fundamentais dentro do exercício do mandato de parlamentar, com a visão de mundo e com o compromisso de transformação de situações injustas que ocorram em qualquer parte, não preciso – e digo isto ao Senador Heráclito com todo o respeito – de medalha alguma, de prêmio algum.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – A medalha é o reconhecimento. Fique tranquilo!

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Exato. Nesse sentido, não espero homenagem de quem quer que seja, a não ser pelo fato de querer manter-me fiel a uma visão de mundo, a um compromisso de transformação, à minha luta em defesa da justiça social contra as desigualdades, ocorram onde ocorrerem.

E, nessa situação em particular, não posso comparar – incomparável, em termo de conteúdo – o império do mal, que agride os países, que promove a guerra, que mata milhões de pessoas de fome com os ataques feitos pelos Estados Unidos, com um país que tenta fazer reformas, que tenta mudar sua história a partir dos interesses dos setores populares, dos interesses do povo mais sofrido, embora essa atuação desperte divergências, desperte disputas, desperte um conjunto de situações que está sendo debatido aqui. O que é importante em tudo isso, Senador Valter Pereira, é que manifestemos, aqui, nossas convicções, as idéias que professamos e a história política de cada um de nós e que o façamos num grau de maturidade, de debate político fraternal, sem que, além disso, queiramos atingir qualquer outro objetivo, a não ser o de fazer o debate sobre temas importantes relacionados ao Brasil, ao continente, ao mundo. E isso já estamos fazendo aqui. Portanto, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento e também pela oportunidade de poder, aqui, dialogar sobre questões que são importantes e que merecem nossa observação, no contexto em que estamos apreciando a situação da Venezuela. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) –** Obrigado, Senador José Nery.

Sr. Presidente, antes de encerrar, eu gostaria de dizer que nada justifica a substituição da liberdade de imprensa pela intervenção do Estado nos meios de comunicação. Nada justifica isso. Se houvesse alguma represália contra uma emissora que tivesse transgredido as normas jurídicas daquele País e se esse canal tivesse sido submetido ao processo licitatório – como ocorreria, normalmente, quando se trata de concessão –, é claro que os pecados do Sr. Hugo Chávez seriam muito mais discutíveis e que teríamos muito mais condições de defendê-lo. No entanto, estamos assistindo à substituição dos canais livres de televisão e de rádio por uma intervenção do Estado, ou seja, há o interesse velado em se criar um Estado autocrático, uma ditadura, que nasce, é bem verdade, de um mandato popular. Infelizmente, o Sr. Hugo Chávez valeu-se de um mandato popular, de uma eleição livre e democrática, para sufocar, para asfixiar a liberdade e a democracia.

Falou, aqui, sobre esse mesmo assunto, o Líder do Governo, meu amigo, meu companheiro de Partido, Romero Jucá. S. Ex<sup>a</sup> falou com muita propriedade. Além de expressar seu pensamento, sua indignação como democrata que é, creio que o Senador Jucá exprimiu o pensamento do nosso Partido. O PMDB jamais compactuaria com essa conduta antidemocrática, que está sendo imposta ao povo da Venezuela, por intermédio do seu Presidente.

Portanto, creio que o Senado, como instituição, precisa reagir contra essa prepotência, contra essa arrogância e, sobretudo, contra a agressão inominável de um aventureiro golpista – golpista, sim, porque todos nós conhecemos sua história! –, que, hoje, prepara-se para, por meio de regras democráticas, consolidar seu velho ideário, que é o de estabelecer um regime autoritário, uma ditadura, cujo desfecho todos já podemos prever, até porque já passamos por essa experiência, por essa dolorosa experiência em nossa história recente.

Entendo, Sr. Presidente, que, na semana que se inicia, é preciso que o Congresso – pelo menos, o Senado Federal – aprove moção de repúdio contra as agressões sofridas pelo Senado brasileiro por parte do Presidente da Venezuela. Espero que o Presidente da República, o Presidente Lula, também ultrapasse as restrições da sua diplomacia, dessa diplomacia de excessivo comedimento e de excessiva tolerância com esses aventureiros, e tome uma posição em defesa da soberania do Brasil, em defesa da dignidade do Congresso Nacional. O Presidente da Venezuela, quando agride o Senado, está agredindo toda a consciência democrática deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)**

– Convidamos, ansiosamente, para fazer uso da palavra, aguardada por todo o País, o Professor Cristovam Buarque.

Ontem, presidi esta Mesa e, como havia muitos oradores, tive de limitar o tempo. Agora, V. Ex<sup>a</sup> fique à vontade, porque “igualdade” fez parte do grito do povo pela liberdade. Como já houve orador aqui que falou por quase uma hora, V. Ex<sup>a</sup>, com o título de Senador e de Mestre – pois é professor, é mestre igual a Cristo –, poderá usar a palavra como Cristo e como Santo Estevão: o tempo que quiser.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, mas tentarei me restringir. Espero que V. Ex<sup>a</sup> controle o tempo.

Quero começar, Senador Mão Santa, reconhecendo a vitória, nesse debate, do Senador Valter Pereira; pelo menos em relação a mim. Senador Valter, de fato, faziam falta, neste Senado, debates em que houvesse vitoriosos, do ponto de vista da concepção. Reconheço que, ao mostrar a falha do meu argumento, quando comparei Hugo Chávez a Jango, V. Ex<sup>a</sup> venceu. Foi um argumento absolutamente equivocado o meu. Parabenizo-o por isso.

Ao mesmo tempo, insisto: sou contra o fechamento de qualquer empresa de comunicação. Ao contrário; luto até para rádios comunitárias continuarem existin-

do. Defendo a total liberdade desde que, obviamente, não se criem problemas técnicos para o controle do tráfego aéreo e para os pilotos, em suma, que não haja interferência nas comunicações em geral.

A única coisa que quero deixar claro é que sou contra golpes, de civis ou de militares. Temos de protestar contra o fechamento de uma empresa, mas não acredito que possa isso ser um argumento que justifique apoiarmos golpes de Estado. Penso que V. Ex<sup>a</sup> também deve estar de acordo com isso.

Concedo um aparte ao Senador Valter Pereira.

**O Sr. Valter Pereira** (PMDB – MS) – Senador Cristovam, a revelação que V. Ex<sup>a</sup> faz é o óbvio ululante. O Brasil inteiro conhece sua vocação democrática e seu apego às liberdades. V. Ex<sup>a</sup> é a encarnação dessas virtudes, que o povo brasileiro defende como patrimônio inalienável. Portanto, quando V. Ex<sup>a</sup> se manifesta dessa forma, não causa qualquer surpresa; ao contrário, V. Ex<sup>a</sup> é um orgulho para este Parlamento, exatamente porque os valores mais caros da civilização estão sempre no coração e na boca de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Valter Pereira.

Eu disse que agradecia ao senhor – e ninguém agradece por ter perdido nada, mesmo que seja um debate. Eu vou explicar por que agradeço. Porque o senhor trouxe para este plenário, agora, quase que uma exceção a uma regra geral no Senado e sobre a qual eu ia falar. O senhor trouxe um debate de concepção, de causa, e por isso esse debate foi bom.

Por esse motivo, agradeço como um exemplo da defesa de uma causa, mesmo que a maneira como defendi a minha causa, que é a sua, terminasse permitindo que, no debate, o senhor, sem dúvida alguma, tivesse uma vitória.

Ontem, Senador, eu falei aqui, tentando especular por que esta Casa está tão lá embaixo na opinião pública. E dei uma razão ontem; vou dar outra e vou continuar falando disso, tentando fazer uma análise de onde estamos errando, até para que a gente comece a acertar.

Ontem, falei que estamos mal porque a nossa pauta é diferente da pauta do povo. Continuei lembrando que, aí fora, há 15 mil bandeirinhas brancas simbolizando os mortos, nesses primeiros quatro meses do ano, por razões de violência neste País, e que esse assunto não entra aqui. Inclusive, penso em sugerir aos que fizeram esse evento que distribuem essas 15 mil bandeiras para os Senadores. Já que a gente não liga para o que está lá fora, pelo menos que as bandeirinhas entrem aqui.

Hoje, quero tratar, Sr. Presidente, das razões pelas quais estamos nessa situação.

É a falta de causas. O senhor, Senador Valter Pereira, hoje, trouxe, uma causa para cá, mas é uma exceção. Estamos, há anos, sem causas a serem defendidas aqui. Os discursos, entre nós, diferenciam-se pelos pontos e pelas vírgulas, por algumas palavras, não pelo conteúdo. A gente não tem debate de idéias, como aconteceu há pouco aqui, graças ao senhor. Temos críticas e contracriticas em relação ao Governo ou não. Estamos sem causas.

Tivemos, nesta Casa, logo depois da Independência, a causa de como consolidá-la. Era o federalismo ou o unitarismo no Brasil; era um império federal ou um império unitário. Tivemos a causa da Abolição, que levou a grandes debates, com muitos posicionamentos contrários a ela. Tivemos o debate da República. Tivemos o belíssimo debate sobre a transferência da Capital, anos depois; sobre as medidas para industrialização ou não. Tivemos o debate sobre as reformas de base, que, mais uma vez eu lembro, João Goulart deixou que fossem feitas democraticamente aqui dentro, sem, inclusive, pedir, como o Presidente Hugo Chávez fez – e já critiquei –, permissão para, durante 18 meses, legislar sem necessidade da Assembléia. Tivemos debates. Tivemos, sobretudo – e o Senador Pedro Simon é um dos exemplos disso –, o grande debate pela redemocratização do Brasil.

Senador Mão Santa, qual é o debate que temos hoje em relação à causa? Qual é causa que a gente defende aqui? O que opõe cada partido aqui representado? O que é? Qual é a concepção ideológica diferente de um partido para outro?

Comecemos a analisar aquele do qual faço parte: não o partido em si, mas o bloco que está sendo formado pelo PDT, o PSB, o PCdoB e outros partidos. O que vai nos diferenciar dos outros? Qual é a causa diferente que vamos abraçar? Qual é a chama que a gente vai trazer para empolgar este País? Faço parte desse bloco, mas não estou vendo chama, não estou vendo causa. Mais grave: conversei, há dois dias, com um dos líderes dessa causa, e ele disse que primeiro é a política, depois a causa. É isso que está matando o Congresso. Primeiro é a causa, depois é a política, gente! Mas não vemos uma causa desse bloco.

Qual é a causa do PSDB, hoje envolvido em disputas internas para saber quem é o próximo candidato a Presidente? Qual é causa?

Qual é a causa, Senador Heráclito Fortes, depois de eu ter falado do meu bloco, do Partido Democratas, com clareza? A defesa da democracia? Isso é de todos. Qual é a causa do PCdoB, um partido que tem no seu nome uma conotação profundamente ideológica? Qual é a causa do PMDB? Qual é, se está em todos os Governos e todos os Governos estão nele? Qual é a causa dos Governos?

A gente – e não me excluo, porque fui Governador – toma posse num dia e, dois dias depois, os que são da oposição vêm até a gente, em alguns casos com mensalão, em outros com cargos, ou com, em alguns momentos, esperança de ter cargo ou mensalão.

Estamos sem causas. Por isso não há grandes debates aqui. Assim, agradeço-lhe, mesmo tendo perdido esse debate.

Faltam causas aqui dentro. Veja que os debates ocorrem com um objetivo comum, e este está faltando. Por que está faltando? Está faltando porque esse objetivo comum, nos últimos 50 anos, chamava-se desenvolvimento, e alguns o defendiam pelo socialismo ou pelo capitalismo. O debate era em torno de como seria o desenvolvimento, e não se haveria ou não desenvolvimento.

Acabou a alternativa socialista, e o desenvolvimento mostrou que não reduz a pobreza; que, ao contrário, criou uma exclusão que trouxe violência. E a gente fica sem discutir qual é o novo rumo que este País precisa ter. Não é apenas qual é a próxima taxa de juros – que passou a ser a bandeira da esquerda reduzir a taxa de juros –, porque essa é uma questão técnica. Pode ser que os técnicos estejam errados e ela deva ser menor. Que grande ideologia é defender taxa de juros menor? Qual é a diferença entre a gente? A gente não tem diferença, mas não estamos satisfeitos, porque fomos surpreendidos por um fato. Fizemos o dever de casa durante 50 anos do Século XX – corretamente, com a infra-estrutura e as medidas para fazer crescer a economia – e tivemos êxito, mas chegou o século XXI e mudou. Há um terremoto de idéias e a gente não está sabendo como pisar no terremoto.

Defendo que a nossa causa, a de todos, Senador Valter Pereira, deveria ser garantir a todo brasileiro a mesma chance. Aí, a gente faria debate sobre como conseguir isso. Eu, pessoalmente, acho que o caminho para garantir a mesma chance para todos, na atual geração, é a educação. Outros acham, ou deveriam achar, pelo menos, que é o desenvolvimento puramente econômico, mas não vemos esse debate, nem temos um objetivo comum nesta Casa hoje – e toda nação tem que ter um objetivo comum – e, ao mesmo tempo, não temos discordâncias de como chegar a esse objetivo comum.

Os americanos tiveram um tremendo debate, recentemente, sobre a postura em relação à guerra do Iraque, mas não havia dúvida e havia uma unidade entre todos eles: eles queriam ganhar a guerra. Eles querem continuar sendo uma potência forte no planeta, disso não discordam; eles discordam de como; eles discordam de quanto deve ir para o orçamento; eles

discordam da data de retorno dos militares norte-americanos, mas não discordam de um objetivo comum, porque já fizeram o que era preciso para construir uma nação forte. Nós não fizemos, ainda.

A nossa Nação entra no Século XXI assustada com a realidade e ficando para trás em relação aos outros países. Por quê? O que aconteceu? Aconteceu que mudou a maneira como se fazem a sociedade e a economia e entramos num tempo em que o capital é o conhecimento. O capital não são mais as máquinas. O capital é o que está por trás das máquinas, desenhando-as, com seus *chips*, com suas invenções sofisticadas. Ficamos para trás, porque para ter essa sociedade de consumo é preciso, como primeira coisa, ter todo mundo bem educado e que alguns cheguem ao topo do conhecimento, pela ciência, pela cultural em geral. Nunca vamos chegar ao topo se a maioria ficar de fora da base. A educação de base tem que ser para 100% até o último ano do ensino médio, com a máxima qualidade. Aí, haverá melhores desses; eles vão construir a sociedade do conhecimento.

O Brasil está ficando para trás em relação a outros países. Costa Rica, hoje, tem indústrias de ponta na área da informática. O Brasil está comprando tudo porque não tem quem desenhe aqui dentro. Infelizmente, está comprando fora porque aqui dentro não tem quem desenhe, e a gente ia ficar sem ter essas máquinas modernas.

Além da sociedade do conhecimento, a gente tem que garantir a mesma chance para todos com a educação de base para todos. Mudou a idéia de que a maneira de sair da pobreza era tomar um pau-de-arara no Nordeste e ir para São Paulo. Hoje, quem for de pau-de-arara para São Paulo fica desempregado e não sai da pobreza. No lugar de pau-de-arara a transportar jovens para São Paulo, é preciso levar escolas para o Nordeste, com a mesma qualidade das de São Paulo, e as de São Paulo, com a mesma qualidade das escolas da Europa, da Coréia, da Irlanda. Mas nós não temos essa causa. E, se não for essa, eu não vejo outra.

Perdemos o conceito de vincular sigla a partido. O Brasil, hoje, não tem partidos, tem siglas. Por isso, migra-se de uma para outra. Se fossem partidos que representassem o que o político leva no coração, com vontade de mudar o seu país, nós não mudávamos de partido, ou os partidos não mudavam, como eles estão mudando, obrigando muitos de nós a mudar de sigla para não mudar de partido. Foi o que fiz. Foi duro sair da minha sigla quando percebi que não era mais um partido, o PT, era apenas uma sigla, porque se acomodou.

Ontem, o Senador Pedro Simon disse que a Senadora Ideli havia aprendido. É verdade. S. Ex<sup>a</sup> apren-

deu o acomodamento nas regras, nas circunstâncias, dando solução a cada probleminha e esquecendo-se do problemão, que é saber para onde vamos levar esta Nação.

Estamos em baixa porque houve mensalão na Câmara, porque há suspeitas sobre diversos de nós aqui, e achamos que, simplesmente, cuidar disso resolve. Não vai resolver. Nosso problema é mais profundo do que mensalão. Nosso problema é falta de causa maior para onde o País deve ir, e as causas menores que nos façam discordantes, como, há pouco, discordaram o Senador Valter Pereira e o Senador Nery. Discordaram, mas tenho a certeza de que discordaram sobre algo de outro país, porque não temos do que discordar aqui dentro, Senador. Reparou isso? Estamos discordando do que acontece na Venezuela por falta de tema para discordar sobre o que acontece aqui dentro, porque perdemos as causas. Fazemos crítica a quem recebe mensalão, obviamente, denunciamos, mas não apresentamos causas que façam com que neste País não haja mais ninguém recebendo mensalão. E há maneiras para isso: uma reforma política radical – não essa que está lá e que não sai da Câmara! Estamos sem causa maior de para onde deve ir o País, e sem as causas menores de como ir para esse lugar por meio das discordâncias entre os diversos partidos que se transformaram em siglas.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Professor Cristovam Buarque, entendo – e V. Ex<sup>a</sup> me convenceu – que já temos a causa. V. Ex<sup>a</sup>, ao longo dessa luta aqui neste plenário, já levantou a bandeira: é a educação. Já sou convencido disso e do grande líder que é V. Ex<sup>a</sup>. Porém, agora, V. Ex<sup>a</sup> tem de ter a mesma obstinação que teve o Presidente Luiz Inácio ao se candidatar a Presidente da República, que teve Mitterrand. V. Ex<sup>a</sup> perdeu uma eleição como Rui Barbosa. Mas V. Ex<sup>a</sup> tem uma bandeira: a educação. Ficou patente agora – um quadro vale por dez mil palavras – quando se mensurou a educação neste País. Recentemente, o Ministro da Educação foi ao Piauí para dizer que aumentou o analfabetismo, está em 30%. Disse que gastam muito. Então – o Heráclito entende o que eu digo –, são os bacuraus, são os aloprados que roubam muito; lá no Piauí, nós os chamamos de bacuraus, o Lula os chama de aloprados, são regionalismos, estão no dicionário. Lá, foi mensurado primeiramente o Ensino Médio, e foi aquela falácia. Houve cidades que ganharam nota 1 – a avaliação era de 1 a 10 –, a média foi de três e alguma coisa. Pegaram “pau”. Agora, o ensino universitário, uma lástima! V. Ex<sup>a</sup> viu que a média também ficou em torno de 3. Então, o que falta é essa educação, que V. Ex<sup>a</sup> tem pregado, que V. Ex<sup>a</sup> tem convencido, como eu**

que já estou convencido. Acho que essa é uma grande bandeira, uma grande causa. Este é o nosso erro: nós não vivemos numa sociedade, nós vivemos numa barbárie. Ontem, V. Ex<sup>a</sup>, com sua sabedoria, demonstrou – ali estão as 15 mil bandeirinhas – que aquelas 15 mil bandeiras traduzem o que ocorreu em poucos meses: 15 mil mortes! Esse número de mortes é maior do que em muitas guerras que há no mundo. Isso é uma barbárie! Não estamos diante de uma sociedade civilizada. Só não estamos comendo gente, como os índios faziam, antropofagia, mas estamos matando, estamos desobedecendo aquilo que é fundamental: as leis, a democracia. As leis não são erradas, às vezes, ocorrem julgamentos errôneos por parte de determinados juízes, que caem no *errare humanum est*, errar é humano. Mas, as leis devem estar acima. “Que a lei e a justiça estejam acima da coroa dos santos e que brilhem mais do que a coroa dos reis”, já dizia Aristóteles. Chegamos ao ponto em que não há respeito pelas leis e pela justiça. Não se respeita esta Casa, em que são feitas as leis, a qual vive momentos difíceis. V. Ex<sup>a</sup> é o líder dessa grande transformação na educação. V. Ex<sup>a</sup> é o continuador, nesta Casa, de João Calmon e do nosso Darcy Ribeiro. Com V. Ex<sup>a</sup> está a salvação. Vou dar um estímulo para que V. Ex<sup>a</sup> creia, porque tem de ter fé, “a fé move montanhas”. V. Ex<sup>a</sup> tem de acreditar em V. Ex<sup>a</sup>, como eu estou acreditando. O Chile, país que já visitei quatro vezes, e quero ir mais vezes para aprender mais – lá está cheio de brasileiros recém-formados, que vão para lá para ganharem a vida –, é uma Suíça sul-americana. Por quê? Porque galgou à presidência um homem como V. Ex<sup>a</sup>: um professor, que foi Ministro da Educação, que elaborou uma lei pela qual todo chileno é obrigado a estudar 12 anos. Portanto, hoje, todo chileno já domina sua língua pátria para se comunicar e está aprendendo uma segunda língua para comercializar, que é o inglês. Então, V. Ex<sup>a</sup> é essa bandeira. Vamos continuar juntos! Estamos lançando V. Ex<sup>a</sup>, porque, dos nomes que estão aí, V. Ex<sup>a</sup> é o melhor para suceder Luiz Inácio Lula da Silva.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –** Muito obrigado, Senador Mão Santa. Sua afirmação, além da simpatia que demonstra, e que, obviamente, é recíproca, mostra como estamos precisando esclarecer a diferença entre sigla e partido. Somos de siglas diferentes, mas somos do mesmo partido. Como na época da Abolição da Escravatura. Existiam três partidos, e o Partido Abolicionista tinha militantes em todos eles. O Partido Abolicionista não era uma sigla, não existia como organização partidária, mas era um partido que este País criou. Precisamos criar um partido, digamos, da educação. Mas têm de surgir outros.

Tenho, realmente, a minha causa para este País. Mas, sinceramente, nas próximas semanas, Senador Valter Pereira, minha causa será a de tentar chamar a atenção desta Casa para o fato de que ela não sairá da situação em que está hoje, diante da opinião pública, primeiro, se tolerar atos de corrupção aqui dentro; segundo, se não descobrirmos qual a causa que temos em comum para todos nós em relação ao País e as diferenças de causas de como construir isso. Se a causa é de todos, todo brasileiro terá a mesma chance neste País, independentemente da cidade onde nasce, da sua família. Aí poderemos discordar se é educação, se é economia, se são mudanças autoritárias até, que alguns proporão, se são mudanças democráticas, aí teríamos grandes debates, como o que o Senador Valter Pereira conseguiu provocar hoje aqui.

E eu lhe agradeço, reconhecendo que, nos argumentos, V. Ex<sup>a</sup> saiu vitorioso em relação a mim, porque não dá para comparar João Goulart a Hugo Chávez.

**O SR. PRESIDENTE** (Valter Pereira. PMDB – MS) – Gostaria de fazer um reparo. No debate travado hoje não houve vitoriosos. Um Senador não venceu o outro. A vitória em qualquer tipo de debate democrático, como ocorreu aqui esta manhã, é sempre a vitória de democracia. E V. Ex<sup>a</sup>, que hoje se penitencia como um dos agentes sem causa, tem sido, como muito bem pontificou o Senador Mão Santa, o motor de uma das maiores causas que podem assegurar a libertação efetiva do País e o desenvolvimento econômico do Brasil, que é a educação. V. Ex<sup>a</sup> muito bem lembra que a grande revolução é a do conhecimento. E o conhecimento se dá quando existe uma educação de qualidade.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Agradeço. Não vou mais tomar o tempo...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Professor Cristovam, com relação à reforma partidária, devo dizer que os partidos estão meio apodrecidos. Uns estão totalmente apodrecidos e outros meio apodrecidos. Não seria por bem vermos a criação de um novo partido? V. Ex<sup>a</sup> seria o criador do MEL – Movimento de Educação e Liberdade. V. Ex<sup>a</sup> fala sobre isso e nós defendemos a idéia. Está na hora de o País criar um negócio novo, porque os partidos que existem estão meio apodrecidos, alguns totalmente apodrecidos.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Senador Mão Santa, saí de um partido e não tenho como sair de outro, nem idade. Serei mais radical do que V. Ex<sup>a</sup>, por isso não vou fazer a proposta, mas apenas falar sobre o assunto. Talvez devéssemos mesmo era dar um prazo de seis meses para que surgissem novos partidos. Talvez devéssemos fazer uma moratória partidária neste País, dizendo que nenhum partido continuaria a existir por seis meses. Veríamos, assim,

quais surgiriam. Poderiam até surgir os mesmos. Talvez precisássemos de algo mais radical. Mas, com a minha ousadia e até a minha ingenuidade, que faço questão de manter, não vou propor isso, mas levanto como uma sugestão. Talvez seja o que o Brasil esteja esperando.

Algo temos que fazer para que o Brasil volte a acreditar em nós, plenamente. E o pior é que se o Brasil não acreditar plenamente em nós, não acredita também na democracia. Aquilo que V. Ex<sup>a</sup> defendeu hoje está sendo mais ameaçado aqui dentro ou tanto quanto na Venezuela. Lá, por erros do governo; aqui, por omissão do Parlamento.

Por isso, na próxima vez em que eu tiver a chance de falar, vou trazer mais uma razão – para não confundir com causa – da descrença que existe: o fato de que hoje o Congresso é o menor dos três Poderes, o fato de que quem manda no País são medidas provisórias e liminares – medidas provisórias do Poder Executivo e liminares do Poder Judiciário. E nós, o que fazemos? Seguimos as liminares e aprovamos as medidas provisórias. O Congresso, hoje, não é um poder com a mesma força dos outros. Mas esse é um assunto para outro momento.

Sr. Presidente, agradeço o tempo e dou por encerrada a minha fala.

*Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valter Pereira.*

**O SR. PRESIDENTE** (Valter Pereira. PMDB – MS) – Encerrado o pronunciamento do Senador Cristovam Buarque, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Valter Pereira, que preside esta sessão de 1º de junho de 2007, sexta-feira, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores presentes na Casa, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado.

Senador Cristovam Buarque, não há ninguém aqui do Governo – um quadro vale por dez mil palavras –, mas eu quero dizer que Padre Antonio Vieira, Senador Cristovam Buarque, dizia que palavra sem exemplo é como um tiro sem bala. Às vezes o Presidente da República fala, fala, fala, mas o exemplo é que arrasta, segundo, repito, Padre Antonio Vieira.

Este é o exemplo do Governo: eles não têm nada a discutir. Estão aí, atrás do melhor dos mundos, é a frase que vemos a Líder do Governo dizer.

Nós vivemos, Senador Cristovam Buarque – repete a Líder do Governo – no melhor dos mundos. Realmente, ela fala pelo Governo, por quem está no Governo, por quem está no PT. É o melhor dos mundos; Nunca houve um mundo tão bom, para quem está no PT: ganhar sem trabalhar, roubar sem ir para a cadeia, é o melhor dos mundos.

Aliás, Cristovam Buarque, houve um Senador que foi Governador, que disse que o Senado é melhor do que o Céu. Dizia Dinarte Mariz que o Senado é melhor do que o Céu, porque, para o Céu, precisamos morrer para ir, e aqui não.

E a Líder do Governo diz que nós estamos no melhor dos mundos. Eu faria essa pergunta aos desempregados que aí estão. Eu faria essa pergunta aos analfabetos que aí estão. Eu faria essa pergunta às viúvas, vítimas, às mães que perderam os filhos, aos órfãos cujos pais foram assassinados. Estão bem aí 15 mil bandeiras brancas, significando 15 mil homicídios este ano no País. Uma lástima. Com certeza nem no Iraque se mata tanto quanto no Brasil.

E falta no Presidente Luiz Inácio – em quem votei no dia 24 – humildade. O mais sábio de todos, dizem, foi Sócrates, e ele morreu dizendo: “Sei que nada sei”. Ele foi o primeiro antes de Cristo a dizer que o mundo não tinha muitos deuses, só um, e, por isso, foi condenado. Diziam que ele corrompia a mocidade. E ele aceitou a condenação porque disse que não ia fugir ao que pregava: obediência à lei e à justiça. Que as leis não erravam.

Ô Valter Pereira, pode haver julgamentos injustos. E V. Ex<sup>a</sup> está aí, como um homem amante, que vive o Direito.

Rui Barbosa, depois, Heráclito Fortes, já dizia: “Só há um caminho e uma salvação, a lei”. Por isso, ele está aí. Mas aqui está a mídia.

Não sei se V. Ex<sup>a</sup> viu, Senador Heráclito Fortes, o melhor dos mundos, da Líder do Governo. Está aqui, como disse Ancelmo Gois, que é amigo do Heráclito. O Senador Heráclito conhece todos esses jornalistas. Penso até que ele está telefonando para o Ancelmo Gois. Olha aqui! Só falta seu retrato. No seu lugar, está o Efraim, o Presidente Renan e o Papaléo. Tire um retrato dele aí embaixo!

Boris Casoy foi afastado no melhor dos mundos, porque dizia: “Isso é uma vergonha”. Vejam o Chávez, com atos semelhantes. Mas estou aqui, porque posso dizer: esta é ainda a construção do povo brasileiro para salvaguardar a liberdade. É esta Casa. Por isso, estou

aqui, porque podemos dizer o que o povo quer dizer. O PT não tem força para fechar este Senado. Aqui, não havia sessões às segundas-feiras e às sextas-feiras, e eles não as querem, mas viemos e as abrimos; regimentalmente, estamos aqui. O Governo não quer que haja isso, quer calar. Foi difícil nascerem reuniões às segundas-feiras e às sextas-feiras. Foi uma criação de Efraim Morais, de Antero Paes de Barros, de Heloísa Helena, de Arthur Virgílio e de Mão Santa. Daí eu estar aqui, para garantir o quórum para iniciarmos a sessão. Aqui, há liberdade.

Brossard por aqui passou e fazia discursos. Ô Valter Pereira, se V. Ex<sup>a</sup> pensa que falou muito, digo que não falou. É o PT que proíbe hoje, que está reduzindo as falas. Brossard falava por três horas e meia, e, na ditadura, Petrônio Portela restringiu a que ele falasse somente por uma hora. Ele falava três vezes por semana, por três horas. E isso se deu na ditadura.

Por isso, votamos a liberdade, nesta Casa. Houve o anticandidato, Ulysses Guimarães; Teotônio Vilela, moribundo; Juscelino, humilhado e cassado, mas presente; Tancredo Neves, que se imolou. Todos eram nascidos nesta Casa. Essa é nossa missão. Quando o Brasil passou por uma ditadura civil, de Vargas, Eduardo Gomes surgiu e disse: o preço da liberdade democrática é a eterna vigilância. E nós estamos na vigilância.

Mas vamos voltar para o que diz o jornal *O Globo*. Valter Pereira, está aqui a fotografia. Ancelmo Gois bota aqui como se Rui falasse: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”. Chegou esse dia. O Governo do PT nos trouxe esse dia, esse mar de corrupção.

E ele conta ainda que o bisneto de Rui Barbosa – atentai bem, Valter Pereira! – vai pedir para tirar o busto do avô dele daqui; vai entrar na Justiça. Esse é o melhor dos mundos?

Rui Barbosa, nesta Casa, teve a coragem que não temos hoje. Senador Heráclito, V. Ex<sup>a</sup> é um homem de coragem e é bravo, mas lhe vou dizer uma vergonha. Heráclito, sou muito mais a Câmara de Vereadores da Parnaíba. Vou dizer-lhe o porquê. Lembra-se de que ela fez o “Dia do PI”, da independência do Piauí, independentemente do grito de Pedro II, Valter Pereira? E, Heráclito, ela derrubava – fui prefeito, prefeitinho bom, e é por isso que estou aqui – meus vetos.

Eu me curvava à lei, à Justiça e ao jogo democrático. Presidente Luiz Inácio, não estou aqui diminuído ou desonrado. Gouvernei o Piauí por seis anos, dez meses e seis dias, Valter Pereira. Os Deputados da Assembléia Legislativa derrubaram vetos, e não me diminuí, não fiquei desonrado, Presidente Luiz Inácio da Silva. Eles representavam um Poder, representavam o povo, a democracia.

Ô Luiz Inácio, li o que disse Mitterrand, que, morrendo, moribundo, deixou uma mensagem aos governantes: fortalecer os contrapoderes. Essa é a mensagem de Mitterrand. Várias vezes, disputou a presidência; ganhou na quarta vez. Governou a França por quatorze anos, Luiz Inácio. Fortalecer os contrapoderes! Vossa Excelência impede os Presidentes destas Casas, Renan Calheiros e Chinaglia, de analisarem os vetos do Presidente.

Heráclito, V. Ex<sup>a</sup> está ligado com o mundo, mas me responda: mais ou menos quantos vetos do Presidente da República não foram analisados aqui?

São vetos presidenciais que deveriam ser aqui analisados e votados, para que pudéssemos ser chamados de Poder.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Temos de recorrer à Mesa, devido ao grande volume. A Mesa está...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – O Senador Valter Pereira vai me dar o número de vetos. Aí V. Ex<sup>a</sup> poderá ver o tamanho da vergonha!

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Veja V. Ex<sup>a</sup> que até a Mesa está com dificuldade.

**O SR. PRESIDENTE** (Valter Pereira. PMDB – MS) – Na verdade, acredito que são centenas de vetos.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Centenas de vetos!

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Estou botando o número de 500. O Brasil tem 507 anos, e são 500 vetos, ó Chinaglia, ó Renan! Isso é desonra.

Estou aqui, derrubaram meus vetos. Fui prefeito e o aceitei.

**O SR. PRESIDENTE** (Valter Pereira. PMDB – MS) – Respondendo com números exatos, digo que são 140 vetos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Não, acho que é bem mais.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – São 140 vetos em pontos...

**O SR. PRESIDENTE** (Valter Pereira. PMDB – MS) – Isso representa 881 partes vetadas.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Olha aí! Isso, por lei, tem de vir aqui para votação. Esta Casa pode concordar com o Presidente e pode dele discordar. Mas isso não vir para esta Casa?

Presidente Luiz Inácio, Vossa Excelência não está seguindo a inspiração de Mitterrand. Foi na França que nasceu o lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, em que se derrubaram os reis, em que se derrubou o poder absoluto. Ô Presidente Luiz Inácio, tripartiu-se o poder, deu-se este Poder. Este é o nosso Poder. Não pode ser tirado. Vossa Excelência tem a maioria na Câmara – acredito até que a tenha aqui –, mas esse é um direito proveniente do ano de 1779, quando o povo, insatisfeito com os governos absolutos, derrubou os reis. E de nós tiraram esse direito.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Valter Pereira, com seu espírito de homem de vocação – V. Ex<sup>a</sup> gastou os melhores anos de sua vida para entender a complexidade do direito e da justiça, dedicando-se –, vai dar razão ao bisneto de Rui Barbosa.

Montesquieu tirou o poder uno dos reis e o dividiu – falo daqueles reis que podemos simbolizar no *L'État c'est moi*, que o Chávez quer ser. E não vamos deixar o Luiz Inácio sê-lo no nosso Brasil! Em Cuba, isso já existe; no Equador, avançou-se rapidamente, bem como na Venezuela e na Nicarágua. Mas este Senado não vai permitir que isso ocorra aqui, pela nossa história de 181 anos.

Fechou-se este Congresso, mas o povo brasileiro fez reabrir. Valter Pereira, eu estava ao lado de Petrônio Portela, quando a ditadura fechou este Congresso, justamente porque se mudavam algumas normas no Poder Judiciário. E Petrônio Portela era o Presidente. Que fique essa imagem de autoridade moral do piauiense que presidiu esta Casa! Ele só disse uma frase, e Geisel, representando a revolução, a ditadura, os canhões e a força, curvou-se à força moral de Petrônio. Petrônio disse: “É o dia mais triste de minha vida”. É uma autoridade moral que se iguala a Rui Barbosa, que aí está.

Quando, no começo da República, os militares – que fizeram o primeiro Presidente, Deodoro, e o segundo, Floriano – queriam fazer o terceiro Presidente, Rui Barbosa daqui disse: “Estou fora!”. Ofereceram-lhe o Ministério da Fazenda, e ele disse: “Não troco a trouxa de minhas convicções por um Ministério”. Essa é a nossa História. Não estamos entre os melhores do mundo.

Temos de fazer justiça ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, por quem eu tinha grande admiração – e esta aumentou, quando assisti à sua última entrevista. Não sei se Heráclito Fortes, que sabe quase tudo que se passa na República, lembra-se da última entrevista de Fernando Henrique Cardoso, que fez uma transição democrática exemplar – não podemos negar. Na sua entrevista, ele, que é um homem de grande cultura, disse ao Presidente Luiz Inácio: “Cada governo tem seu problema a enfrentar”. Pedro I tinha de fazer a independência; Pedro II tinha de garantir a unidade deste imenso Brasil; os outros tinham de fazer a República; Vargas teve a missão de valorizar o trabalho e o trabalhador com as leis trabalhistas – teve dificuldades, pois enfrentou três guerras, e foi um regime de exceção –; Juscelino trouxe otimismo, desenvolvimento, liberdade; João Goulart lembrou a necessidade da reforma agrária, das reformas de bases. Todos tiveram missões. O Presidente Sarney, na redemocratização, em uma transição, com sua paciência, levou a reforma ao fim; o Presidente Collor modernizou o País; o Presidente Itamar e o Presidente Fernando Henrique acabaram com o monstro maior do momento, que era a inflação. E ele advertia que o grande monstro seria a segurança e que o Presidente da República deveria debruçar-se sobre a segurança. Mas aí está.

Talvez, o estadista Fernando Henrique se lembrasse dos ensinamentos de Norberto Bobbio, o maior teórico da democracia, italiano, do renascimento, Senador vitalício, que disse que o mínimo que um Governo tem de oferecer é segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Aí fraquejou, e aí está a violência. Essa violência já existiu.

No Senado romano, em uma época como essa, Senador Valter Pereira, Cícero disse: *Pares cum paribus facilime congregantur*, a violência atrai violência. É o que vemos.

Mas, Senador Heráclito Fortes, o Piauí nos ensina muito. V. Ex<sup>a</sup> foi o primeiro a manifestar o seu repúdio à desmoralização que o Presidente Hugo Chávez fez a este Congresso.

Recebi um e-mail citando uma entrevista. Pegaram um ladrão, Senador Valter Pereira, em Teresina, no Piauí, primeira capital planejada. E o ladrão disse: “Mas, logo eu? Preso e perseguido? Mas, na polícia, tem tanta gente que rouba. Na política, a gente só vê ladrão”. Ele deu a entrevista na Justiça: “Eu, pelo menos, roubei para alimentar a minha família. Mas e esses que não têm necessidade?”.

É este o melhor dos mundos da Líder do Governo. Falta de exemplo.

Mas, Senador Valter Pereira, nós recebemos muitos e muitos e-mails. Aqui, queria citar um que recebi de Victorio de Costa, professor aposentado de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Atentai bem, Valter Pereira, V. Ex<sup>a</sup> que é um homem dedicado à cultura. Ele, então, diz o seguinte – para o momento em que vivemos, Heráclito: “Gostaria que o nobre Senador Mão Santa comentasse o Sermão do Padre Vieira – o ‘Sermão do Bom Ladrão’”.

Eu vou estudá-lo nesta semana. Eu já vi a Heloísa Helena aqui mencioná-lo.

Disse que é muito oportuno, que nunca viu tanto ladrão e tanta corrupção como no Brasil de hoje.

Quando era criança, aprendi palavras de Olavo Bilac: “Criança! Não verás nenhum país como este!” Será que Olavo Bilac diria isso?

Mas eu vou estudar, sim, o Sermão do Padre Vieira.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex<sup>a</sup>, nos e-mails que recebo, é muito citado. Isso é necessário.

Necessárias foram as palavras de Brossard para trazer a este País a democracia, e nós estamos combatendo.

Chegou um e-mail dizendo que esse PT não reconhece o valor dos outros. Quero dar um testemunho de que ninguém mais do que o Heráclito Fortes se esforçou para levar ao Corpo de Bombeiros, nas suas lutas indormidas, na Comissão de Orçamento, uma escada. Seria uma escada – nós, homens do povo, entendemos – para os bombeiros atenderem Teresina, que está verticalizada. Agora, o Governador agora está aplicando mais esse furto àquele trabalho e dedicação do Heráclito Fortes para colocar os recursos para aprimorar e desenvolver o nosso Estado.

O nosso Piauí, cujos antepassados, com sua bravura, expulsaram os portugueses em uma batalha sangrenta. Daí este Brasil ser tão grande. João VI já tinha dividido: Filho, fique com o sul, porque o norte é de Portugal – país Maranhão. E nós pusemos para fora os portugueses em batalha sangrenta, em 13 de março. Depois, em julho, houve outra na Bahia. Os baianos seguiram a coragem dos piauienses.

Mas o Piauí está aqui. O povo está estarrecido. Tenho recebido e-mails, Heráclito, dizendo que se chama para depor o Governador do Maranhão, um cirurgião, mais de 70 anos, respeitável, Prefeito; que se chama

para depor o filho de Teotônio Vilela, sobrinho de Dom Avelar Brandão, que foi Bispo do Piauí. Teotônio, nosso Senador, honrado filho de Teotônio Vilela, foi chamado para depor. E o do Piauí, Heráclito, porque é do PT, não! Mas todo dia está aqui.

Ontem, **O Estado de S.Paulo** escreveu... – olha a vergonha. Vou só ler a manchete para não cansá-los. Nas gravações, ele é gravado dezessete vezes conversando com a quadrilha que foi mostrada ao País pela Operação Navalha. Dezessete vezes! O Vice-Governador, uma dezena, e algumas vezes aparece o “HNI”, homem não-identificado. É o Vice-Governador do Piauí, e comprometendo Senadores, dizendo que Senadores têm que participar da negociação.

Por causa disso, já fomos ao Corregedor para esclarecer, porque Senador do Piauí tem o Sibá, que nasceu no Piauí e agora é o Presidente do Conselho de Ética, o Heráclito, eu e o João Claudino. Quem é esse Senador que está nessas negociações? Isso é para salvaguardar o nome deste Senado.

Nesta reportagem do **Estado de S.Paulo**, a manchete diz: “Em grampo, empresário fala até em pressionar Lula durante conversa com Zuleido – pressionar Lula! Dono da Engevix diz que Governador do Piauí iria garantir a liberação do dinheiro” – o Governador do Piauí iria pressionar Lula!

Ele não é chamado para depor porque, indiretamente, vai meter o nome de Luiz Inácio, e nós queremos tirar o nome do Presidente da República. Ele apenas foi citado, como estão citando um Senador, que não sei se é o Sibá, se é V. Ex<sup>a</sup>, Heráclito, se é o Mão Santa ou se é o João Claudino, ou outros Senadores, porque o Maranhão está num verdadeiro terremoto nesse episódio, está no olho do furacão como se diz.

Mas é justamente a rodovia idealizada por Juscelino Kubitschek, que ia de Fortaleza a Brasília passando pelo sul do Piauí, a 020, que está cheia de falcatrusas, com a aquiescência do Governador do Estado, e negociações. O Governador não é chamado porque é do PT e porque envolveu o nome de Luiz Inácio.

O outro, o do Maranhão, é chamado, é humilhado: um senhor com setenta e tantos anos, cirurgião de tórax, respeitável. O de Alagoas, filho de Teotônio, um homem probo, é chamado porque é do PSDB. O tio dele é santo, foi Arcebispo de Teresina: Dom Avelar Brandão, que foi um dos fundadores da Faculdade Católica de Filosofia de Teresina. O do Piauí não é chamado porque é do PT – e foi gravado dezessete vezes!

Eu vou repetir só o diálogo. Ele diz assim: “Na seqüência, Sá garante a Zuleido que o governador petista do Piauí vai se empenhar para obter a verba. Wellington disse que, quando fosse assinado o convênio, iria pessoalmente falar com Lula e pedir para ser incluído no PPI (Projeto Piloto de Investimentos). Disse que iria pessoalmente e que, se isso não desse certo, ele perderia a eleição. E há mais no diálogo: “O convênio vai sair com 20% de contrapartida do Estado e 80% da União”. Aí, o Zuleido, aquele artista de cinema mexicano, diz: “Esse governo é bom, hein?” – e começa a rir com o Governador. E dizem que a Justiça é sã, que a lei... Rui Barbosa disse que só há um caminho: A lei e a Justiça.

Se chamam o Governador do Maranhão para aquela humilhação, se chamam o de Alagoas, que é do PSDB, um homem probo – o tio dele está no céu: Dom Avelar Brandão, que foi Arcebispo de Teresina, um homem e tanto –, por que não chamam o do Piauí? Quantos anos passou aqui como Senador o pai do Governador de Alagoas? Vinte anos, não é Heráclito? Tem o DNA de seu pai, Teotônio Vilela. Pois é, esse homem é chamado, mas o do Piauí não.

“Zuleido – Esse governo é bom, hein?”. E dava gaitada. Está gravado.

“Sá – Eles vão brigar. O Wellington disse que quando assinar o convênio, ele se comprometeu ir ao Lula para pedir...”.

“Zuleido – Ah, aí é outra história”. E ria ao dizer: “Esse governo é bom”. É bom! É o melhor dos mundos! Por isso é que diz a Líder a toda hora: “Nós estamos vivendo o melhor dos mundos”. Realmente, a Líder do Governo tem razão, é o melhor dos mundos: tem mensalão, eles ganham dinheiro para não trabalhar – não tem nenhum deles aqui, estão viajando mundo afora –, fazem falcatrusas. Nunca se algemou um ladrão do PT, e é só o que tem.

Sei que Cristo disse: “É mais fácil um camelo passar pelo furo de uma agulha que um rico entrar no Reino dos Céus.” Difícil é a gente encontrar, no meio de tantos alopardos, alguém que preste, que dê esperança a esse Brasil.

Era o que tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Valter Pereira, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.*

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º,

do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2006** (nº 2.276/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio São Carlos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 447, de 2006** (nº 2.120/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Saudades a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 2007** (nº 1.681/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente do Município de Uiraúna para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uiraúna, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2007** (nº 2.328/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Xucurus para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2007** (nº 2.345/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Bairro Belo Horizonte – AMBH para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piancó, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2007** (nº 2.326/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Estrela Azul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mira Estrela, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2007** (nº 2.285/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Nobres FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nobres, Estado de Mato Grosso;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2007** (nº 2.428/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade de Radiodifusão Fortaleza Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2007** (nº 2.521/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Colon Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2007** (nº 2.442/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao Governo do Estado do Ceará, para explorar, por intermédio da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2007** (nº 2.447/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Alagoas Comunicação Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2007** (nº 2.292/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Sabiá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Camaçari, Estado da Bahia.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of.nº 77/07 – PRCDR

Brasília, 31 de maio de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vos-

sa Exceléncia que esta Comissão, em reunião no dia 31 de maio de 2007, aprovou, em turno único, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005, que “Altera o Estatuto da Cidade, de forma a incluir a elaboração de plano de circulação de veículos não-motorizados como item obrigatório do plano diretor”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares. O Substitutivo será submetido a turno suplementar na próxima reunião desta Comissão, onde poderão ser oferecidas emendas por ocasião da discussão da matéria.

Atenciosamente, – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Os Srs. Senadores Romero Jucá e Cícero Lucena enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup>. serão atendidos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, no final do primeiro trimestre deste ano, a Confederação Nacional dos Transportes (CNT) publicou a segunda edição da Pesquisa Ferroviária CNT, realizada em 2006, com o objetivo de avaliar o desempenho das concessionárias que operam nos mais importantes corredores ferroviários do País e o nível de satisfação dos usuários dessas linhas.

Trata-se de um trabalho de grande relevância, na medida em que, como observa o presidente da CNT, Clésio Andrade, identifica os maiores obstáculos que produtores e exportadores encontram no uso do transporte ferroviário no Brasil. Ademais, essa enquete evidencia os desafios no curto, médio e longo prazo e identifica os investimentos necessários para o seu crescimento, sendo instrumento importante para os debates, planos e programas voltados para a melhoria contínua dos serviços ferroviários nacionais.

Como sabemos, o Barão de Mauá foi o idealizador da primeira estrada de ferro construída em nosso País, há mais de 150 anos. A ligação Rio de Janeiro-

Petrópolis, em trajeto de 18 quilômetros, colocou o Brasil no grupo de países que possuíam transporte ferroviário, já na segunda metade do século XIX. Desde então, em nossas terras, essa variante de transporte experimentou avanços e retrocessos episódicos em sua expansão e utilização. No final da década de 50 do século passado, o investimento estatal no setor experimentou um crescimento consistente, a partir da criação, em 1957, da RFFSA – a Rede Ferroviária Federal. Em 1996, teve início o processo de privatização da malha ferroviária nacional.

Por meio de leilões públicos, iniciados em março de 1996 com a transferência da malha regional Oeste da RFFSA para a Ferrovia Novoeste S.A, foi efetivada a concessão ao setor privado o direito de exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de cargas. Seguiram-se os leilões das malhas regionais Centro-Leste, Sudeste, Tereza Cristina, Sul, Nordeste e Paulista, procedimentos que culminaram no final de 1998.

Passados, portanto, Sras. e Srs. Senadores, quase dez anos da conclusão do processo de privatização do transporte ferroviário de cargas, o que se observa é um crescente e constante aporte de investimentos no setor. Para que se tenha uma idéia mais precisa das inversões, convém recordar que, no período pós-concessão, o total anualizado de investimentos passou de R\$560 milhões, em 1997, para R\$3,157 bilhões, em 2005. Uma progressão surpreendente, verificada em não muitos setores de nossa economia, e que representou uma substantiva desoneração dos cofres públicos – cerca de US\$300 milhões por ano, correspondentes aos déficits anuais da operação das malhas -, além de benefícios diretos para os clientes dos serviços ferroviários em todo o País.

Com uma extensão total de 29 mil, 487 quilômetros, a maior na América Latina, o Sistema Ferroviário Brasileiro, conduzido pela iniciativa privada, ingressou em uma nova e próspera fase, com melhorias e modernização do modelo, investimentos em novas tecnologias, aumento de parcerias com clientes e operadores logísticos, diversificação e segmentação da oferta dos serviços aos clientes. Também deu início a um conjunto de ações de responsabilidade social com campanhas educativas, preventivas e de conscientização de segurança, tendo, ainda, firmado contratos operacionais de longo prazo (de até 23 anos) entre concessionária e clientes. É preciso registrar, igualmente, que nos últimos anos foram gerados cerca de 30 mil postos de

trabalho, diretos e indiretos. É um número por si só bastante significativo, sobretudo diante do constante fantasma da redução do emprego.

A Pesquisa Ferroviária CNT 2006 constituiu-se de 31 questões, divididas em três partes, e foi submetida a uma amostra de 277 empresas usuárias. Foram pesquisados aspectos relativos às características gerais dos clientes, opinião geral dos clientes sobre o corredor ferroviário e avaliação específica da concessionária prestadora do serviço. Realizada por meio de sondagem telefônica, foi possível obter 211 respostas, ou seja, um retorno de mais de 76% da amostra planejada.

O documento final aponta para a necessidade de diretrizes mais claras do Governo, finalmente o proprietário da rede, em relação ao planejamento estratégico, tático e operacional a ser adotado pelos operadores. São questões que seguramente deverão ser consideradas pela Administração, a fim de garantir o necessário avanço do transporte ferroviário no País, com vista à ampliação de sua produção e a consequente redução do chamado *custo Brasil*.

De forma geral, as conclusões da enquete foram positivas, embora se tenham detectado inúmeras discrepâncias, segundo o corredor ferroviário avaliado. Um dos principais pontos de insatisfação dos clientes, de acordo com a sondagem, diz respeito ao tempo médio de transporte do produto. Nesse item houve um caso – especificamente o corredor ferroviário Santos Bitola Estreita – em que 100% dos entrevistados declararam que o tempo médio não atende às suas necessidades. No outro extremo, a totalidade dos clientes do corredor Imbituba revelou ter seus prazos tempestivamente atendidos.

Na realidade, o mais importante nesse tipo ação é justamente detectar, com toda a clareza e em toda a sua extensão, os principais problemas na prestação de serviços, os motivos e o grau de insatisfação dos clientes. É esse tipo de diagnóstico que vai permitir a adoção de medidas corretivas adequadas e eficazes.

O grande desafio que as concessionárias enfrentam na atualidade, além de aumentar o nível de satisfação dos clientes, é alcançar a meta de 30% de participação do setor ferroviário na matriz brasileira de transporte de cargas. Atinge a marca de R\$1,5 bilhão o montante de investimentos reclamados pelo setor ferroviário privado para os próximos anos, recurso a ser direcionado para a construção de linhas alterna-

tivas – principais e variantes, que evitem os traçados antigos, plenos de fortes subidas e sinuosidades, uma das heranças recolhidas pelas concessionárias no processo de privatização.

Ao concluir, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Presidente da Confederação Nacional dos Transportes, Clésio Andrade, pela bela iniciativa de ouvir os clientes do transporte ferroviário de carga no Brasil. Foi uma ação com resultados iluminadores, que, ao destacar o panorama da evolução desse modal no País, conseguiu identificar os gargalos e os mais importantes desafios ao crescimento do setor.

Muito obrigado.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna desta Casa nesta tarde para registrar um fato que julgo de grande importância para os meios de comunicação e a população do meu Estado. Falo do recebimento, pela décima vez consecutiva, do Prêmio “Mérito Lojista Nacional 2006”, conferido ao jornal **Correio da Paraíba** pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas.

Essa justa homenagem, representada pela estatueta “Deusa da Fortuna”, foi conferida na categoria “Jornal” e premiou apenas um veículo por Estado, mediante pesquisa em que as 27 Federações Estaduais, 1,2 mil Câmaras de Dirigentes Lojistas e 1,7 mil Serviços de Proteção ao Crédito elegeram os fornecedores que apresentaram um diferencial de atendimento aos varejistas brasileiros, bem como promoveram o desenvolvimento do movimento lojista.

Assim, felicito o empresário Roberto Cavalcanti, Diretor-Presidente do Sistema Correio, do qual o jornal é parte integrante, bem como toda a Diretoria e Conselho Editorial do jornal *Correio da Paraíba* pelo recebimento dessa importante honraria, bem como pelo trabalho realizado ao longo desses 52 anos de existência.

Era o que eu tinha a registrar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 12 horas e 25 minutos.)*

## **SECRETARIA-GERAL DA MESA 1<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 53<sup>a</sup> Legislatura -2007**

### **Resenha Mensal (269, II, do RISF) (Período de 02 a 31/5/2007)**

#### **SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL**

#### **I - MEDIDAS PROVISÓRIAS**

##### **1 – APROVADAS NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO E ENVIADAS À SANÇÃO:**

<b>Total .....</b>	<b>8</b>
--------------------	----------

**Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2007** (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 352, de 2007), que *dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS, e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD; altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga o art. 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.*

**Sessão:** 15.5.2007

**Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2007** (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 335, de 2006), que *dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências.*

**Sessão:** 15.5.2007

**Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2007** (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 348, de 2007), que *institui o Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura – FIP-IE, e dá outras providências.*

**Sessão:** 15.5.2007

**Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2007** (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 340, de 2006), que *efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física; dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona; altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.128, de 28 de junho de 2005, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 10.260, de 12 de julho de 2001, 6.194, de 19 de dezembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 6.094, de 30 de agosto de 1974, 8.884, de 11 de junho de 1994, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.706, de 14 de setembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 11.311, de 13 de junho de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e do Decreto-Lei nº 2.433, de 19 de maio de 1988; e dá outras providências. (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC).*

**Sessão:** 15.5.2007

**Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2007** (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 353, de 2007), que *dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.*

**Sessão:** 16.5.2007

**Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2007** (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 347, de 2007), que *constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal – CEF. (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC).*

**Sessão:** 23.5.2007

**Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2007** (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 349, de 2007), que *institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências. (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC).*

**Sessão:** 29.5.2007

**Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2007** (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 355, de 2007), que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.*

**Sessão:** 29.5.2007

## 2 - APROVADAS NA ÍNTEGRA E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

<b>Total .....</b>	<b>2</b>
--------------------	----------

**Medida Provisória nº 356, de 2007**, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Esporte, no valor de cem milhões de reais, para os fins que especifica.*

**Sessão:** 29.05.2007

**Medida Provisória nº 357, de 2007**, que *autoriza a renegociação dos créditos da União e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás com a Itaipu Binacional e dá outras providências.*

**Sessão:** 29.05.2007

## 3 – APROVADAS COM ALTERAÇÕES E DEVOLVIDAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

<b>Total.....</b>	<b>3</b>
-------------------	----------

**Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2007** (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 351, de 2007), que *cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI; reduz para vinte e quatro meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, decorrentes da aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 9.779, de 19 de janeiro de 1999, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.666, de 8 de maio de 2003, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.892, de 13 de julho de 2004, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925 de 23 de julho de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga dispositivos das Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977; e dá outras providências. (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC).*

**Sessão:** 15.5.2007

**Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2007** (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 341, de 2006), que altera as *Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.480, de 2 de julho de 2002, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, 11.356, 11.357 e 11.358, de 19 de outubro de 2006, 8.025, de 12 de abril de 1990, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências.*

**Sessão:** 22.5.2007

**Emendas ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2007** (apresentado pela Câmara dos Deputados à da Medida Provisória nº 339, de 2006), que regulamenta o *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996; 10.880, de 9 de junho de 2004; e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.*

**Sessão:** 22.5.2007

#### **4 – COM TRAMITAÇÃO ENCERRADA:**

<b>Total .....</b>	<b>1</b>
--------------------	----------

**Medida Provisória nº 338, de 2007**, que abre crédito extraordinário ao *Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinqüenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinqüenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.*

**Sessão:** 29.05.2007

## II – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO:

De iniciativa do Presidente da República ...	3
De iniciativa da Câmara dos Deputados ....	1
De iniciativa do TST .....	1
<b>Total .....</b>	<b>5</b>

**Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006** (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005* (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em projetos de pesquisa científica e tecnológica).

**Sessão:** 30.5.2007

**Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006** (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que *institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres*.

**Sessão:** 30.5.2007

**Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2006** (nº 5.318/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que *cria cargos e funções no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho*.

**Sessão:** 30.5.2007

**Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006** (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988* (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).

**Sessão:** 31.5.2007

**Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006** (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória*.

**Sessão:** 31.5.2007

### III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal .....	18
De iniciativa da Câmara dos Deputados ...	02
<b>Total .....</b>	<b>20</b>

**Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2003**, de autoria do Senador Paulo Octávio, que *altera o art. 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)**

**Sessão:** 11.5.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2005**, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que *altera a Lei nº 10.289, de 20 de setembro de 2001, que “institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata” e a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que “regulamenta o § 7º, do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências”, a fim de garantir efetividade no combate ao câncer de próstata, incluindo-o no rol das atividades básicas do programa de atenção integral à saúde.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)**

**Sessão:** 11.5.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2006**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *institui o dia 4 de dezembro como o “Dia Nacional do Perito Criminal”.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 11.5.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2007**, de autoria do Senador Inácio Arruda, que *institui o ano de 2007 como “Ano Nacional Oscar Niemeyer”.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 11.5.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2007**, de autoria do Senador Marconi Perillo, que *altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prever o financiamento pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, de sistemas de investigação, nas modalidades que cita, e dá outras providências.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 11.5.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2003**, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera o art. 143 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para ampliar as hipóteses de vedação da divulgação de nomes de crianças e adolescentes.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)**

**Sessão:** 17.5.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2004**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *acrescenta um inciso IV ao § 1º e um § 3º ao art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para criminalizar a aquisição de material pornográfico ou que contenha cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)**

**Sessão:** 17.5.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2006**, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir a pneumopatia grave e a fibrose cística (mucoviscidose) entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)**

**Sessão:** 17.5.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2006**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para incluir, no padrão de identidade e qualidade do alimento, a periodicidade de colheita de amostra, ensaio e análise, e, nos requisitos de higiene que integram esse padrão, os limites residuais toleráveis de anabolizantes e outras substâncias consideradas prejudiciais à saúde humana, que possam contaminar o alimento ou se originar em qualquer fase de seu processamento.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)**

**Sessão:** 17.5.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2006**, de autoria do Senador Tião Viana, que concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida, e dá outras providências.

**(Decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)**

**Sessão:** 17.5.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2006**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para obrigar a emissão em braile de faturas dos serviços públicos.

**(Decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)**

**Sessão:** 17.5.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2007**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que modifica o Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, para incluir as pessoas com deficiência entre as isentas da taxa de licença à pesca amadora e dá outras providências.

**(Decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)**

**Sessão:** 17.5.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2007**, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera o disposto no art. 84 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para estabelecer critérios para a separação de presos nos estabelecimentos penais.

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 28.5.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2003**, de autoria do Senador Paulo Octávio, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, nas cédulas brasileiras, de elemento que possibilite a sua identificação por pessoas com deficiência visual.

**(Decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)**

**Sessão:** 30.5.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2005**, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

**(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)**

**Sessão:** 30.5.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2007**, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que *altera o Decreto nº 83.304, de 28 de março de 1979, para excluir a possibilidade de recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais, na hipótese de decisão de segunda instância ter negado provimento a recurso de ofício.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)**

**Sessão:** 30.5.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2007**, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para dar novo tratamento ao instituto da fiança no processo penal e dá outras providências.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 30.5.2007

**Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007** (nº 7.569/2006, na Casa de origem), que *modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007**, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004** (nº 2.155/99, na Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.*

**Sessão:** 31.5.2007

#### IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados ...	27
<b>Total .....</b>	<b>27</b>

**Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1993** (nº 60/91, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Rio Acaraú de Tamboril Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Tamboril, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão:** 14.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 1999** (nº 731/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Miriam Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão:** 14.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2006** (nº 2.191/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Marco Zero Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Amapá, Estado do Amapá.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão:** 14.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 491, de 2006** (nº 2.312/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária da Fercal - ARC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão:** 14.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 516, de 2006** (nº 2.361/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à DRT - Duagreste Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão:** 14.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2007** (nº 2.271/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vicente Ferrer de Araguatins a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguatins, Estado do Tocantins.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão:** 14.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2007** (nº 2.155/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nelson Castilho para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão:** 14.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2007** (nº 2.122/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à SPC - Sistema Paraense de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Uruará, Estado do Pará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão:** 14.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2007** (nº 2.204/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza à OCR - Organização Comunitária de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sarandi, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão:** 14.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2007** (nº 2.248/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Rádio Sertaneja FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão:** 14.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2007** (nº 2.256/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Ilha Solteira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 14.5.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2007** (nº 2.279/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Bela Vista de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista de Goiás, Estado de Goiás.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 14.5.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2007** (nº 2.356/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 14.5.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2006** (nº 591/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Xaxim de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 25.5.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2006** (nº 2.226/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Imbuense - Arci a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imbuia, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 25.5.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2006** (nº 2.287/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cacaré FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Uiraúna, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão:** 25.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2007** (nº 2.272/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Real FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Rio Real, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão:** 25.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 2007** (nº 2.093/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão:** 25.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2007** (nº 2.304/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à associação Cristã Shallon para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão:** 25.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2007** (nº 2.346/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ecológica Natureza e Vida para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão:** 25.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2007** (nº 2.358/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Amparense para o Desenvolvimento Cultural e Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amparo, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão:** 25.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2007** (nº 2.360/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Nova Bassano - ACNB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Bassano, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão:** 25.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2007** (nº 2.406/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Djalma Marinho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão:** 25.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 1997** (nº 35/2007, na Câmara dos Deputados), que *fixa o subsídio dos membros do Congresso Nacional e dá outras providências*

**Sessão:** 30.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 1997** (nº 36/2007, na Câmara dos Deputados), que *fixa o subsídio do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997** (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Projeto de Resolução do Senado nº 28, de 2007**, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *altera os arts. 16 e 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para estabelecer que a partir de 31 de dezembro de 2007 as verificações de adimplência e certidões exigidas por aqueles dispositivos devem referir-se ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de todos os órgãos e entidades do ente público ao qual está vinculado o tomador da operação de crédito.*

**Sessão:** 31.5.2007

**V - ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA:**

<b>Total</b> .....
--------------------

**Mensagem nº 68, de 2007** (nº 231/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia.

**Sessão:** 09.5.2007

**VI – ESCOLHA DE AUTORIDADES:**

<b>Total</b> .....	7
--------------------	---

**Parecer 313, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício S/9, de 2007 (nº 197/2007, na origem), pelo qual o Superior Tribunal de Justiça submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Ministro *César Asfor Rocha*, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na condição de membro e, assim, exercer a função de Ministro-Corregedor, em conformidade com o disposto no art. 103, II, e §§ 2º e 5º da Constituição Federal.

**Sessão:** 09.5.2007

**Parecer 314, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 73, de 2007 (nº 276/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor *Napoleão Nunes Maia Filho*, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região/PE, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini.

**Sessão:** 09.5.2007

**Parecer 315, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 71, de 2007, (nº 274/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora *Maria de Assis Calsing*, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Ronaldo José Lopes Leal.

**Sessão:** 09.5.2007

**Parecer nº 316, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 72, de 2007 (nº 273/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Doutora *Dora Maria da Costa*, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Luciano de Castilho Pereira.

**Sessão:** 09.5.2007

**Parecer nº 378, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 75, de 207 (nº 275/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação Senhor *Eduardo Flores Vieira* para ser reconduzido ao cargo de Defensor Público-Geral da União do Ministério da Justiça.

**Sessão:** 30.5.2007

**Parecer nº 379, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 81, de 207 (nº 316/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do General-de-Exército *Renaldo Quintas Magioli*, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do General-de-Exército Max Hoertel, prevista para o dia 4 de junho de 2007.

**Sessão:** 30.5.2007

**Parecer nº 380, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 82, de 207 (nº 317/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do General-de-Exército *Francisco José da Silva Fernandes*, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do General-de-Exército Valdesio Guilherme de Figueiredo, prevista para o dia 26 de junho de 2007.

**Sessão:** 30.5.2007

## **VII - REQUERIMENTOS DE VOTO DE APLAUSO, CENSURA OU SEMELHANTE:**

De iniciativa do Senado Federal .....	2
<b>Total .....</b>	<b>2</b>

**Requerimento nº 123, de 2007**, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de aplauso ao ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos da América, Al Gore, pelo documentário intitulado “An Inconvenient Truth” (Uma Verdade Inconveniente).*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 630, de 2007**, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando que seja enviado ao Presidente Hugo Chaves, da República Federal da Venezuela, apelo no sentido que seja mantido em funcionamento a rede privada RCTV, cuja licença foi renovada.*

**Sessão:** 30.5.2007

### **VIII – SESSÃO ESPECIAL/HORA DO EXPEDIENTE:**

<b>Total .....</b>	<b>9</b>
--------------------	----------

**Requerimento nº 434, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros senhores senadores, *solicitando a realização de sessão especial do Senado Federal, em homenagem póstuma ao jornalista Octávio Frias de Oliveira.*

**Sessão:** 02.5.2007

**Requerimento nº 502, de 2007**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e outros Srs. Senadores, *solicitando a realização de sessão especial conjunta, no dia 30 de maio de 2007, destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.*

**Sessão:** 17.5.2007

**Requerimento nº 503, de 2007**, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, *solicitando que o período do expediente da sessão de 14 de agosto de 2007, seja destinado à comemoração especial dos 180 anos da criação dos Cursos Jurídicos no Brasil.*

**Sessão:** 17.5.2007

**Requerimento nº 526, de 2007**, de autoria do Senador Efraim Moraes e outros Srs. Senadores, *solicitando que a sessão especial destinada a homenagear o Grupo Bandeirantes, pelo transcurso dos setenta anos do início de suas atividades, anteriormente marcada para o dia 23 do corrente, seja realizada no dia 20 de junho próximo, às 11 horas.*

**Sessão:** 17.5.2007

**Requerimento nº 558, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, *solicitando a realização de Sessão Especial do Senado Federal, a realizar-se no dia 20 de novembro de 2007, destinada a homenagear o Dia Nacional da Consciência Negra e o Dia do Zumbi dos Palmares.*

**Sessão:** 17.5.2007

**Requerimento nº 504, de 2007**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros Srs. Senadores, *solicitando que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão do dia 14 de junho de 2007, seja para homenagear os pioneiros da informática do Brasil - o Tesouro Nacional, o Ministério da Agricultura e a IBM.*

**Sessão:** 29.5.2007

**Requerimento nº 605, de 2007**, de autoria do Senador Inácio Arruda, *solicitando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 4 de julho de 2007, seja destinado à comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes - UNE, e homenagear, também, o Centro Popular de Cultura - CPC, por ocasião do 45º aniversário da primeira UNE Volante, a realizar-se no Plenário do Senado Federal.*

**Sessão:** 29.5.2007

**Requerimento nº 623, de 2007**, de autoria do Senador Inácio Arruda, *solicitando a realização de Sessão Especial para comemorar o centenário de nascimento do arquiteto Oscar Niemeyer Soares Filho, a realizar-se no mês de dezembro de 2007.*

**Sessão:** 29.5.2007

**Requerimento nº 635, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a realização de Sessão Especial do Senado Federal em homenagem ao 40º aniversário de criação da SUFRAMA.*

**Sessão:** 29.5.2007

**IX – DESARQUIVAMENTOS APROVADOS:**

<b>Total .....</b>	<b>23</b>
--------------------	-----------

**Requerimento nº 218, de 2007**, de autoria do Senador Francisco Dornelles e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2002 (nº 3.911/97, na Casa de origem), que altera os artigos 9º, 12, 14, 15 e 29 da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, que define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.*

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 219, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgilio e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2000 (nº 121/99, na Casa de origem), que estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães.*

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 257, de 2007**, de autoria do Senador Osmar Dias outros senhores Senadores, *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 27, de 2000, que estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo de 2000.*

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 280, de 2007**, de autoria do Senador Sibá Machado e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal, tendo como 1ª signatária a Senadora Marina Silva.*

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 281, de 2007**, de autoria do Senador Sibá Machado e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2001, de autoria da Senadora Marina Silva, que institui o Conselho de Gestão Fiscal e Responsabilidade Social (CGFRS) e cria o Índice Brasileiro de Responsabilidade Social (IBRS).*

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 292, de 2007**, de autoria do Senador Augusto Botelho e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2002 (nº 3.250/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre a jornada de trabalho dos ocupantes de cargos da categoria funcional de odontólogo da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.*

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 311, de 2007**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que institui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências.*

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 312, de 2007**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 558, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que destina recursos provenientes das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para aplicação em programas de bolsas de estudo.*

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 314, de 2007**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2002, que acrescenta alínea "d" ao § 1º do artigo 14 da Constituição Federal, dá nova redação ao § 2º e ao inciso I do § 3º do mesmo artigo, para facultar a participação de estrangeiro domiciliado no Brasil em eleições, tendo como 1º signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti.*

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 315, de 2007**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2001, que altera o caput do art. 77 da Constituição, a fim de adequar a sua redação ao efetivo calendário das eleições presidenciais, tendo como 1º signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti.*

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 316, de 2007**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 7, de 2000, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera a redação do artigo 126 do Regimento Interno do Senado Federal. (Dispõe sobre critérios para designação de relator de Comissão).*

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 317, de 2007**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2001*, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera o art. 133 § 3º, II do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal - estendendo ao "companheiro" os mesmos direitos e deveres do cônjuge).

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 318, de 2007**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2001*, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera a Lei nº 9807, de 13 de julho de 1999, que "Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal".

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 319, de 2007**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2000*, que altera o artigo 57 da Constituição Federal. (Dispõe sobre alteração dos períodos das sessões legislativas do Congresso Nacional), tendo como 1º signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 320, de 2007**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2000*, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que acrescenta artigos à Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 321, de 2007**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2002*, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que inclui a Ação Paramaçônica Juvenil do Grande Oriente do Brasil como método complementar do ensino formal, visando à formação moral, cívica e patriótica e dá outras providências.

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 322, de 2007**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2000*, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *que dispõe sobre incentivos fiscais a empresas privadas que contratem trabalhadores de faixa etária a partir de 50 (cinquenta) anos.*

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 323, de 2007**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2001*, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *que altera o art. 33 da Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997* (Dispõe sobre pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos).

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 341, de 2007**, de autoria do Senador Edison Lobão e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2000*, de autoria do Senador Edison Lobão, *que dispõe sobre a isenção do imposto de importação nas hipóteses que menciona.*

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 349, de 2007**, de autoria da Senadora Fátima Cleide e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2002* (nº 4.781/2001, na Casa de origem), *que altera a Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, dispondo sobre o trabalho do preso.*

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 350, de 2007**, de autoria da Senadora Fátima Cleide e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2002* (nº 809/99, na Casa de origem), *que dispõe sobre a descentralização dos recursos destinados a programas de atendimento aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional e dá outras providências.*

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 379, de 2007**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 510, de 1999*, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *que acrescenta a letra "i" ao art. 38 da Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.*

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 389, de 2007**, de autoria do Senador Romero Jucá e outros senhores Senadores, que *requer, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000* (nº 1.176/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, *que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências..*

**Sessão:** 30.05.2007

**X – REQUERIMENTOS DEFERIDOS PELA MESA:**

<b>Total .....</b>	<b>10</b>
--------------------	-----------

**Requerimento nº 475, de 2007**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 79, de 2003, 101 e 103, de 2005.

**Sessão:** 09.5.2007

**Requerimento nº 476, de 2007**, de autoria do Senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280 e 301, de 2005.

**Sessão:** 09.5.2007

**Requerimento nº 477, de 2007**, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 243, de 2004, e 123, de 2007.

**Sessão:** 09.5.2007

**Requerimento nº 478, de 2007**, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 253, de 2005, e 67, de 2007.

**Sessão:** 09.5.2007

**Requerimento nº 479, de 2007**, de autoria do Senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 2005, com o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2006.

**Sessão:** 09.5.2007

**Requerimento nº 546, de 2007**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que seja apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2006, o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2006, para que ambos passem a tramitar em conjunto.

**Sessão:** 16.5.2007

**Requerimento nº 547, de 2007**, de autoria do Senador Siba Machado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 44 e 254, de 2006, com o Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2006, por regularem a mesma matéria.

**Sessão:** 16.5.2007

**Requerimento nº 291, de 2007**, de autoria do Senador José Maranhão, solicitando que as Propostas de Emenda à Constituição nºs 11, de 2003; e 8 e 42, de 2004, passem a tramitar em conjunto por tratarem de matéria correlata.

**Sessão:** 16.5.2007

**Requerimento nº 612, de 2007**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 3 e 153, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2006, por tratarem de matérias conexas.

**Sessão:** 22.5.2007

**Requerimento nº 613, de 2007**, de autoria do Senador Eliseu Resende, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 125, de 2005 e 394, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.

**Sessão:** 22.5.2007

## XI – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO APROVADOS PELA MESA:

Total .....	22
-------------	----

**Requerimento nº 181, de 2007**, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando ao Ministro de Estado das Cidades informações sobre as previsões de recursos orçamentários para o exercício de 2007, direcionados aos municípios com menos de 20.000 habitantes para confecção dos Planos Diretores Municipais, com a indicação da rubrica orçamentária.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 216, de 2007**, de iniciativa da Comissão de Educação, solicitando ao Ministro da Educação, informações sobre os cursos e de vagas autorizadas para instituições privadas de Ensino Superior no país, a partir de 29 de julho de 2005.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 221, de 2007**, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, informações sobre que documentos e qual sua natureza foram firmados entre Brasil e Estados Unidos durante a visita do Presidente George W. Bush ao Brasil no dia 9 de março de 2007

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 228, de 2007**, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando, ao Ministro de Estado da Educação, informações sobre as atribuições funcionais do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais e o número de profissionais dessa carreira com sua respectiva lotação e cargos de comissão que eventualmente ocupem.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 256, de 2007**, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, informações acerca dos investimentos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), destinados ao Estado do Piauí, solicitando os valores a serem despendidos, o detalhamento das fontes de recursos e o cronograma de sua execução no período de 2007 a 2010.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 279, de 2007**, de autoria da Senadora Marisa Serrano, *solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as informações que menciona.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 285, de 2007**, de autoria do Senador José Agripino e outros Srs. Senadores, *solicitando à Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca as informações que menciona.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 288, de 2007**, de autoria do Senador Heráclito Fortes, *solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 301, de 2007**, de autoria do Senador Raimundo Colombo, *solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 302, de 2007**, de autoria do Senador Tasso Jereissati, *solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia as informações que menciona.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 324, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 328, de 2007**, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, as informações que menciona.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 343, de 2007**, de autoria do Senador Magno Malta, *solicitando ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento as informações que menciona.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 363, de 2007**, de iniciativa da Comissão de Educação, *solicitando ao Ministro de Estado da Educação as informações que menciona.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 366, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando ao Ministro de Estado das Minas e Energia as informações que menciona.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 367, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio,  
*solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 372, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio,  
*solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 394, de 2007**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti,  
*solicitando ao Ministro de Estado das Minas e Energia as informações que menciona.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 400, de 2007**, de iniciativa da Comissão de Educação,  
*solicitando ao Ministro de Estado da Saúde informações acerca dos resultados dos trabalhos realizados pelo Grupo de Trabalho Interministerial, criado pelo Decreto de 27 de agosto de 2003, tais como seminários, campanhas e publicações que servirão para subsidiar a análise do projeto de lei citado de autoria do Senador Marcelo Crivella.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 414, de 2007**, de autoria do Senador Adelmir Santana,  
*solicitando ao Presidente do Banco Central do Brasil as informações que menciona.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 415, de 2007**, de autoria do Senador Adelmir Santana,  
*solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 416, de 2007**, de autoria do Senador Adelmir Santana,  
*solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona.*

**Sessão:** 30.5.2007

**XII - OUTROS REQUERIMENTOS APROVADOS:**

<b>Total .....</b>	<b>43</b>
--------------------	-----------

**Requerimento nº 161, de 2007**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências, para estabelecer prazo para a concessão de registros aos atendentes, auxiliares e técnicos de enfermagem e às parteiras, bem como para assegurar a esses profissionais acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior em enfermagem, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 167, de 2007**, de autoria do Senador Wellington Salgado, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, de autoria do Senador Marcelo Crivela, que altera a Lei nº 9.294, de julho de 1996, para vedar a propaganda de bebidas alcoólicas na televisão, no rádio e no cinema, modificar sua definição e proibir o patrocínio de eventos culturais e esportivos por empresas produtoras de bebidas, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 209, de 2007**, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2003, de autoria do Senador Gerson Camata, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - criminalizando o servir bebidas alcoólicas para as pessoas que menciona, e determina a colocação de aviso sobre os efeitos nocivos do álcool nas embalagens destas bebidas, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 210, de 2007**, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2006, de autoria do Senador Waldir Raupp, que altera o inciso II do art. 46 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, com a finalidade de estabelecer limite para reprodução de obra, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 223, de 2007**, de autoria do Senador Expedito Júnior, *solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 240, de 2007**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.494, de 2004, de autoria do Senador Gerson Camata e outros senhores Senadores, que convoca plebiscito a respeito dos temas especificados, a se realizar no primeiro domingo do mês de outubro de 2005, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 248, de 2007**, de autoria do Senador Wellington Salgado, *solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir a hipótese de remição de pena pelo estudo, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 266, de 2007**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, *solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 para permitir dedução dos gastos realizados com educação profissional de nível técnico, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 330, de 2007**, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2006 (nº 6.142/2005, na Casa de origem), que modifica o art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (incluindo como ato cooperativo os atos jurídicos praticados pelas cooperativas com o mercado, quando vinculados ao seu objetivo social), além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 331, de 2007**, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2006 (nº 6.142/2005, na Casa de origem), que modifica o art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (incluindo como ato cooperativo os atos jurídicos praticados pelas cooperativas com o mercado, quando vinculados ao seu objetivo social), além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 332, de 2007**, de autoria do Senador Expedito Júnior, *solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, e dá outras providências, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 333, de 2007**, de autoria do Senador Marconi Perillo, *solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a Contribuição Assistencial e dá outras providências, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 382, de 2007**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, *solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2002 (nº 25/99, na Casa de origem), que modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias, com o Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal –, para introduzir a remição de pena pelos estudos, por regularem a mesma matéria.*

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 390, de 2007**, de autoria do Senador Jefferson Peres, *solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2004, de autoria do Senador Paulo Octávio, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo, com os Projetos de Lei do Senado nºs 258 e 259, de 2006, por versarem sobre a mesma matéria.*

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 391, de 2007**, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002-Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do artigo 43 da Constituição Federal, e dá outras providências, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 397, de 2007**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a inclusão previdenciária de estagiários e dá outras providências, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 398, de 2007**, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 399, de 2007**, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2003, de autoria do Senador Luiz Otávio, que altera o artigo 6º da Lei nº 7.990, de 1989 e o § 1º do artigo 2º da Lei nº 8.001, de 1990, para elevar a compensação financeira pela exploração de recursos minerais ao mesmo percentual pago pela exploração de petróleo (tratando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2003), além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 407, de 2007**, de autoria do Senador Wellington Salgado, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2006, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº 8.666, de 21 junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, para garantir a preservação de segredos científicos, tecnológicos, industriais ou estratégicos, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 418, de 2007**, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando o sobrerestamento da apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social, entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002, até que se tenha informações do Poder Executivo sobre as negociações complementares ao acordo objeto da proposição.*

**Sessão:** 30.05.2007

**Requerimento nº 423, de 2007**, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2007, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que altera o inciso VI do § 2º do art. 1º da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, na redação alterada pela Medida Provisória nº 2.166 - 67, de 24 de agosto de 2001, que dispõe sobre a abrangência da Amazônia Legal, e dá outras providências, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 424, de 2007**, de autoria do Senador João Pedro, *solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2007, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que altera o inciso VI do § 2º do art. 1º da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, na redação alterada pela Medida Provisória nº 2.166 - 67, de 24 de agosto de 2001, que dispõe sobre a abrangência da Amazônia Legal, e dá outras providências, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 426, de 2007**, de autoria do Senador Tasso Jereissati, *solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.*

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 427, de 2007**, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que "institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 447, de 2007**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2006, (nº 7.154/2002, na Casa de origem), que altera o art. 96 da lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever renúncia à aposentadoria concedida pelo Regime Geral da Previdência Social, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 448, de 2007**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para incluir a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias de números administradas pela Caixa Econômica Federal, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 465, de 2007**, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que define os serviços ou atividades essenciais, para os efeitos do direito de greve, previstos no inciso VII do artigo 37 da Constituição Federal, e dá outras providências, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 466, de 2007**, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros, que regulamenta o artigo 192 da Constituição Federal, ao dispor sobre a política de aplicação dos recursos financeiros nos Programas de Caráter Regional a cargo da União, e dá outras providências, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 467, de 2007**, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2003, de autoria do Senador Sibá Machado, que altera o art. 13 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal, para prever a instituição dos Conselhos Deliberativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Nordeste, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 468, de 2007**, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias, que cria a Área de Livre Comércio de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 469, de 2007**, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2003, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o § 2º do artigo 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 (Dispõe sobre a regulamentação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FCN), além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 496, de 2007**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2006, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que estabelece a reserva de no mínimo cinco por cento do número de candidatos às eleições proporcionais de cada partido ou coligação para portadores de deficiência, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 497, de 2007**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Resolução nº 7, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a designação da Comissão de Educação, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 517, de 2007**, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2003, que acrescenta § 8º ao art. 15 da Lei nº 8.036/90, e artigo 22-C à Lei nº 8.212/91, para estabelecer a redução no percentual devido ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a isenção parcial da contribuição previdenciária para empresas que contratarem trabalhadores com mais de cinqüenta anos de idade, e dá outras providências, com o Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1999, que já está anexado aos Projetos de Lei do Senado de nºs 103/2003; 461/2003; 83/2005 e 178/2005, por versar sobre assunto conexo.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 529, de 2007**, de autoria do Senador Wellington Salgado, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo), seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, por estar no âmbito da sua competência.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 530, de 2007**, de autoria do Senador Wellington Salgado, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006 (nº 595/2003, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República, alterando o art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1963, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, por estar no âmbito da sua competência.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 531, de 2007**, de autoria do Senador Wellington Salgado, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que estabelece punições para as violações às diretrizes e normas concernentes às pesquisas que envolvem seres humanos e determina a co-responsabilidade do pesquisador, do patrocinador e da instituição pela indenização devida aos sujeitos das pesquisas por eventuais danos ou prejuízos, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, por estar no âmbito da sua competência.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 532, de 2007**, de autoria do Senador Wellington Salgado, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2004, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dá nova redação à alínea "e" do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para alterar o horário de transmissão do programa oficial dos Poderes da República, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, por estar no âmbito da sua competência.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 533, de 2007**, de autoria do Senador Wellington Salgado, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, que torna obrigatória a inserção de mensagens alusivas aos danos decorrentes do consumo de drogas nas páginas da Internet, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, por estar no âmbito da sua competência.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 534, de 2007**, de autoria do Senador Wellington Salgado, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para tornar obrigatória a inclusão de mensagens de advertência nas embalagens e nos rótulos dos recipientes de bebidas alcoólicas, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, por estar no âmbito da sua competência.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 535, de 2007**, de autoria do Senador Wellington Salgado, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que dispõe sobre o uso exclusivo de brasões e nomes dos órgãos ou entidades responsáveis pela veiculação de publicidade oficial, vedada a menção de nomes de autoridade e servidores, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, por estar no âmbito da sua competência.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 536, de 2007**, de autoria do Senador Wellington Salgado, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2005 (nº 4.904/2001, na Casa de origem), que cria o serviço de distribuição de sinais de TV Aberta – DTVA, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, por estar no âmbito da sua competência.

**Sessão:** 30.5.2007

**Requerimento nº 537, de 2007**, de autoria do Senador Wellington Salgado, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2004, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que modifica a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, para tornar obrigatória a apresentação, na rede mundial de computadores (Internet), de documentos que tenham sido desclassificados em virtude do transcurso do prazo estabelecido para sua categoria, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, por estar no âmbito da sua competência.

**Sessão:** 30.5.2007

### **XIII – MATERIA PREJUDICADA:**

De iniciativa do Senado Federal .....	1
<b>Total .....</b>	<b>1</b>

**Requerimento nº 388, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, que solicitam a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 02 de maio de 2007, destinada a homenagear o Trabalhador Brasileiro, por oportunidade do transcurso do Dia do Trabalho em 1º de maio de 2007.

(nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno)

**Sessão:** 08.5.2007

### **XIV – MATERIA REJEITADA:**

De iniciativa do Senado Federal .....	1
<b>Total .....</b>	<b>1</b>

**Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2007-Complementar**, de autoria do Senador Gerson Camata, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre direito penal em questões específicas que define, nos termos do art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal.

(Art. 254, parágrafo único, do Regimento Interno)

**Sessão:** 02.5.2007

## XV - MATERIAS RETIRADAS PELOS AUTORES:

De iniciativa do Senado Federal .....	7
Total .....	7

**Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2006**, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a oferta e o resarcimento de procedimentos terapêuticos e a dispensação de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

**(Retirado pelo Requerimento nº 438, de 2007)**

**Sessão:** 03.5.2007

**Requerimento nº 437, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista e escritor amazonense Klester Cavalcanti, pelo lançamento de seu livro intitulado *Sempre Um Papo*.

**(Retirado pelo Requerimento nº 486, de 2007)**

**Sessão:** 09.5.2007

**Requerimento nº 1.064, de 2005**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando voto de louvor à Comunidade Evangélica Luterana de São Paulo - CELSP, entidade mantenedora da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, em face da comemoração neste ano de 2005 do seu centenário de fundação.

**(Retirado pelo Requerimento nº 487, de 2007)**

**Sessão:** 09.5.2007

**Requerimento nº 1.065, de 2005**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando voto de louvor à Universidade Luterana do Brasil - ULBRA pela sua destacada atuação especialmente no Estado do Rio Grande do Sul, onde completou recentemente 33 anos de presença marcante.

**(Retirado pelo Requerimento nº 488, de 2007)**

**Sessão:** 09.5.2007

**Requerimento nº 347, de 2005**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Comando Militar da Amazônia, pelas ações dos Pelotões Especiais de Fronteira, desenvolvidas nas áreas fronteiriças da Região Amazônica.

**(Retirado pelo Requerimento nº 489, de 2007)**

**Sessão:** 09.5.2007

**Requerimento nº 541, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 17 de maio de 2007, seja destinado a homenagear os 119 anos da Abolição não concluída.

**(Retirado pelo Requerimento nº 561, de 2007)**

**Sessão:** 17.5.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2003**, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que institui a distribuição gratuita de medicamentos essenciais ou de uso continuado às pessoas carentes e dá outras providências.

**(Retirado pelo Requerimento nº 342, de 2007)**

**Sessão:** 30.05.2007

**XVI - OUTRAS DELIBERAÇÕES:**

De iniciativa do Senado Federal .....	55
<b>Total .....</b>	<b>55</b>

**Requerimento nº 422, de 2007**, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do "Publisher" do jornal "Folha de S. Paulo", Octavio Frias de Oliveira, ocorrido em São Paulo, no dia 29 de abril de 2007.*

**Sessão:** 02.5.2007

**Requerimento nº 425, de 2007**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando voto de pesar pelo falecimento, no dia 29 de abril de 2007, do empresário e "publisher" da "Folha de S. Paulo", Octavio Frias de Oliveira.*

**Sessão:** 02.5.2007

**Requerimento nº 428, de 2007**, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Srs. Senadores, *solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do empresário e jornalista Octavio Frias de Oliveira.*

**Sessão:** 02.5.2007

**Requerimento nº 429, de 2007**, de autoria do Senador José Agripino e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento, no dia 29 de abril de 2007, em São Paulo, do jornalista Octavio Frias de Oliveira.*

**Sessão:** 02.5.2007

**Requerimento nº 430, de 2007**, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Sérgio Guerra, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do "Publisher" do jornal "Folha de S.Paulo", Octavio Frias de Oliveira, ocorrido em 29 de abril de 2007, em São Paulo.*

**Sessão:** 02.5.2007

**Requerimento nº 432, de 2007**, de autoria do Senador Pedro Simon, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Octavio Frias de Oliveira.*

**Sessão:** 02.5.2007

**Requerimento nº 435, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao escritor amazonense Milton Hatoum, agraciado com a Medalha Péricles Moraes, da Academia Amazonense de Letras.*

**Sessão:** 03.5.2007

**Requerimento nº 436, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Rede Calderaro de Comunicações, de Manaus, na pessoa do Diretor de Tecnologia e Planejamento, Dissica Calderaro, pela conquista de 4 prêmios no Congresso Mundial da International Newspaper Marketing, realizado em Paris.*

**Sessão:** 03.5.2007

**Requerimento nº 439, de 2007**, de autoria do Senador Gerson Camata, *solicitando voto de congratulações ao Arcebispo de Mariana-MG, Dom Geraldo Lyrio Rocha, por sua eleição para presidir a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.*

**Sessão:** 03.5.2007

**Requerimento nº 452, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de louvor ao jornal “Zero Hora”, pelos 43 anos de sua fundação.*

**Sessão:** 04.5.2007

**Requerimento nº 453, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de louvor à “Rádio Guaíba”, pelos 50 anos de existência.*

**Sessão:** 04.5.2007

**Requerimento nº 454, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de louvor ao Parlamento do Mercosul, que será instalado no dia 7 de maio de 2007.*

**Sessão:** 04.5.2007

**Requerimento nº 456, de 2007**, de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi, Paulo Paim e Pedro Simon, *solicitando voto de congratulações ao jornal “Zero Hora”, em homenagem aos seus 43 anos de fundação.*

**Sessão:** 04.5.2007

**Requerimento nº 457, de 2007**, de autoria do Senador Papaléo Paes e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de pesar e levantamento da sessão, pelo falecimento do Deputado Enéas Carneiro.*

**Sessão:** 07.5.2007

**Requerimento nº 458, de 2007**, de autoria do Senador João Pedro, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Dr. Abraham Moysés Cohen, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Manaus – UFAM, ocorrido no dia 6 de maio de 2007.*

**Sessão:** 08.5.2007

**Requerimento nº 459, de 2007**, de autoria do Senador Heráclito Fortes, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador do Estado do Piauí, Djalma Martins Veloso.*

**Sessão:** 08.5.2007

**Requerimento nº 460, de 2007**, de autoria do Senador Heráclito Fortes, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do radialista Sr. Francisco Antônio da Silva, conhecido como Tantonho.*

**Sessão:** 08.5.2007

**Requerimento nº 461, de 2007**, de autoria do Senador Heráclito Fortes, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sacerdote Monsenhor Chaves.*

**Sessão:** 08.5.2007

**Requerimento nº 462, de 2007**, de autoria do Senador Mão Santa, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Raimundo Ferreira Chaves.*

**Sessão:** 08.5.2007

**Requerimento nº 463, de 2007**, de autoria do Senador Mão Santa, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador do Piauí, Dr. Djalma Martins Veloso.*

**Sessão:** 08.5.2007

**Requerimento nº 472, de 2007**, de autoria do Senador João Vicente Claudino, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Djalma Martins Veloso, ex-Governador do Piauí.*

**Sessão:** 08.5.2007

**Requerimento nº 474, de 2007**, de autoria do Senador Tasso Jereissati, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Walter Cantídio.*

**Sessão:** 08.5.2007

**Requerimento nº 482, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a Eleir Colares, exemplo de dedicação ao trabalho e de amor à Universidade Federal do Amazonas.*

**Sessão:** 09.5.2007

**Requerimento nº 483, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Professora Maria da Luz Pinheiro de Cristo, da USP, pelo lançamento do livro Arquitetura da Memória, com a visão crítica de 28 jornalistas sobre a obra literária do escritor amazonense Milton Hatoum.*

**Sessão:** 09.5.2007

**Requerimento nº 484, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à desportista Luiza Gabriela Dantas, classificada para participar no Campeonato Brasileiro de Jiu-Jitsu, ao vencer o Campeonato Amazonense.*

**Sessão:** 09.5.2007

**Requerimento nº 485, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a Dom Luiz Soares Vieira, Arcebispo de Manaus, pela sua eleição para o cargo de Vice-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.*

**Sessão:** 09.5.2007

**Requerimento nº 490, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Comando Militar da Amazônia, pelas ações dos Pelotões Especiais de Fronteira, desenvolvidas nas áreas fronteiriças da Região Amazônia.*

**Sessão:** 09.5.2007

**Requerimento nº 491, de 2007**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator e diretor Herval Rossano, aos 72 anos.*

**Sessão:** 09.5.2007

**Requerimento nº 492, de 2007**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de solidariedade à Deputada Cida Diogo, em virtude das agressões verbais dirigidas pelo Deputado Clodovil Hernandes, durante sessão da Câmara dos Deputados.*

**Sessão:** 10.5.2007

**Requerimento nº 498, de 2007**, de autoria do Senador Renato Casagrande, *solicitando voto de congratulações ao novo Presidente da CNBB, Dom Geraldo Lyrio Rocha.*

**Sessão:** 10.5.2007

**Requerimento nº 499, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Ação Empresarial, na pessoa de seu Coordenador-Geral, Jorge Gerdau Johannpeter, pelo lançamento da Agenda de Princípios para o Brasil.*

**Sessão:** 10.5.2007

**Requerimento nº 501, de 2007**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando voto de congratulações a Sávio Neves pelo trabalho que vem desenvolvendo como Diretor do Trem do Corcovado e frente à ABOTTC – Associação Brasileira dos Operadores de Trens Turísticos Culturais.*

**Sessão:** 10.5.2007

**Requerimento nº 506, de 2007**, de autoria do Senador Heráclito Fortes, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito da cidade piauiense de Curralinhos, Sr. Hermes Pereira de Araújo Santos.*

**Sessão:** 14.5.2007

**Requerimento nº 518, de 2007**, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do acadêmico Pelópidas Soares, ocorrido na cidade do Recife, dia 10 de maio de 2007.*

**Sessão:** 15.5.2007

**Requerimento nº 519, de 2007**, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando voto de aplauso pelo transcurso do vigésimo quinto aniversário de emancipação do município pernambucano de Abreu e Lima.*

**Sessão:** 15.5.2007

**Requerimento nº 520, de 2007**, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando voto de aplauso pelo transcurso do vigésimo quinto aniversário de emancipação do município pernambucano de Itapissuma.*

**Sessão:** 15.5.2007

**Requerimento nº 521, de 2007**, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando voto de aplauso pelo transcurso do vigésimo quinto aniversário de emancipação do município pernambucano de Camaragibe.*

**Sessão:** 15.5.2007

**Requerimento nº 522, de 2007**, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Emérito Evaldo Bezerra Coutinho, ocorrido na cidade do Recife, dia 12 de maio de 2007.*

**Sessão:** 15.5.2007

**Requerimento nº 523, de 2007**, de autoria do Senador João Vicente Claudino, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito piauiense Hermes Pereira de Araújo Santos, ocorrido no dia 12 de maio de 2007.*

**Sessão:** 15.5.2007

**Requerimento nº 524, de 2007**, de autoria do Senador João Vicente Claudino, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Antonio da Silva, Tantonho da Silva, radialista piauiense, ocorrido na cidade de Picos, dia 7 de maio de 2007.*

**Sessão:** 15.5.2007

**Requerimento nº 525, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Coronel-Aviador Renato Goulart Pereira, ocorrido no dia 7 de abril de 2007, no Rio de Janeiro.*

**Sessão:** 15.5.2007

**Requerimento nº 560, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Câmara Municipal de Belém/PA pela realização de Sessão Especial destinada a comemorar o 19º aniversário de criação do PSDB, programada para o dia 25 de junho de 2007.*

**Sessão:** 17.5.2007

**Requerimento nº 566, de 2007**, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senadores, *solicitando homenagens de voto de pesar pelo falecimento do empresário e ex-Senador da República José de Souza Coelho, ocorrido na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, dia 19 de maio de 2007.*

**Sessão:** 22.5.2007

**Requerimento nº 608, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento de João Pinto de Camargo, ocorrido no dia 10 de maio de 2007.*

**Sessão:** 22.5.2007

**Requerimento nº 609, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento de José de Souza Coelho, ex-Senador da República, ocorrido no dia 19 de maio de 2007.*

**Sessão:** 22.5.2007

**Requerimento nº 615, de 2007**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando voto de louvor para a Prefeitura Municipal de Itajaí e Centro Tecnológico pelo prêmio recebido da ONU, através da Associação Brasileira de Municípios.*

**Sessão:** 23.5.2007

**Requerimento nº 626, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do tapeceiro e pintor Norberto Nicola, ocorrido em São Paulo, no dia 23 de maio de 2007.*

**Sessão:** 28.5.2007

**Requerimento nº 627, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso às 10 empresas laureadas com o Prêmio Parceiros do Desenvolvimento, de iniciativa dos jornais Correio Braziliense e Estado de Minas.*

**Sessão:** 28.5.2007

**Requerimento nº 628, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Instituto Nacional do Câncer pelo transcurso, em 25 de maio de 2007, de seu 70º aniversário de criação.*

**Sessão:** 28.5.2007

**Requerimento nº 629, de 2007**, de autoria do Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e à União Nacional dos Legislativos Estaduais, pela realização, em 24 e 25 de maio de 2007, da 11ª Conferência da UNALE, versando, este ano, sobre o tema “Reforma Política”.*

**Sessão:** 28.5.2007

**Requerimento nº 631, de 2007**, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de louvor pelo aniversário de 90 anos de nascimento de Teotônio Vilela.*

**Sessão:** 28.5.2007

**Requerimento nº 632, de 2007**, de autoria do Senador Siba Machado, *solicitando voto de congratulações aos membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB pelo Dia do Geógrafo, comemorado em 29 de maio.*

**Sessão:** 29.5.2007

**Requerimento nº 633, de 2007**, de autoria do Senador Mão Santa, *solicitando voto de aplauso ao Colégio Nossa Senhora das Graças, da cidade de Parnaíba-PI, que comemora 100 anos de existência.*

**Sessão:** 29.5.2007

**Requerimento nº 658, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edenir Alves Veludo, ocorrido aos 29 de maio de 2007.*

**Sessão:** 31.5.2007

**Requerimento nº 659, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pela morte da Sra. Dolores Garcia Rodrigues, avó da Deputada Federal Rebecca Garcia, e mãe do ex-Deputado Federal Francisco Garcia, ocorrido no dia 26 de maio de 2007, em Manaus.*

**Sessão:** 31.5.2007

## **XVII - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDAS PROVISÓRIAS**

<b>Total .....</b>	<b>6</b>
--------------------	----------

**Ato nº 31, de 2007** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 12 de maio de 2007, a vigência da **Medida Provisória nº 357, de 12 de março de 2007**, que *autoriza a renegociação dos créditos da União e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS junto à Itaipu Binacional, e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 03.5.2007, seção I)

**Ato nº 32, de 2007** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 18 de maio de 2007, a vigência da **Medida Provisória nº 358, de 16 de março de 2007**, que *altera dispositivos das Leis nºs 11.345, de 14 de setembro de 2006, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.685, de 20 de julho de 1993, e dá outras providências*.

(publicado no Diário Oficial da União de 09.5.2007, seção I)

**Ato nº 33, de 2007** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 18 de maio de 2007, a vigência da **Medida Provisória nº 359, de 16 de março de 2007**, que *altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 10.855, de 1º de abril de 2004, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 11.457, de 16 de março de 2007, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e dá outras providências*.

(publicado no Diário Oficial da União de 09.5.2007, seção I)

**Ato nº 34, de 2007** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 28 de maio de 2007, a vigência da **Medida Provisória nº 360, de 28 de março de 2007**, que *altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências*.

(publicado no Diário Oficial da União de 18.5.2007, seção I)

**Ato nº 35, de 2007** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 28 de maio de 2007, a vigência da **Medida Provisória nº 361, de 28 de março de 2007**, que *institui o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE para os servidores que participarem de processos de avaliação realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP ou pela Fundação CAPES; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 11.458, de 19 de março de 2007; cria cargos em comissão do Grupo- Direção e Assessoramento Superiores - DAS; cria, em caráter temporário, funções de confiança denominadas Funções Comissionadas dos Jogos Pan-Americanos - FCPAN; e dá outras providências*.

(publicado no Diário Oficial da União de 18.5.2007, seção I)

**Ato nº 36, de 2007** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 29 de maio de 2007, a vigência da **Medida Provisória nº 362, de 29 de março de 2007**, que *dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2007*.

(publicado no Diário Oficial da União de 18.5.2007, seção I)

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS**  
**(2 a 31 de maio de 2007)**

Deliberativas Ordinárias	14
Não Deliberativas	13
Especial	01
<b>Total</b>	<b>28</b>

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL**  
**(2 a 31 de maio de 2007)**

**MATÉRIAS APROVADAS .....** **182**

**I – Medidas Provisórias aprovadas .....** **13**

1 – aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão da Câmara dos Deputados e enviada à sanção..... 8

2 – aprovada na íntegra e enviada à promulgação ..... 2

3 – aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados ..... 3

**II – Proposições aprovadas e enviadas à sanção.....** **5**

**III - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados .....** **20**

1 – Por decisão do Plenário..... 3

1.1 - Proposições do Senado ..... 1

*Errata:* 1.2 – Proposições da Câmara ..... 2

2 – Por decisão terminativa..... 17

2.1 - Proposições do Senado ..... 17

**IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação .....** **27**

1 - Concessões de telecomunicações ..... 23

2 – Acordo internacional ..... 1

3 – Outros ..... 3

<b>V – Escolha de Chefes de Missões Diplomáticas .....</b>	<b>1</b>
<b>VI – Escolha de autoridades.....</b>	<b>7</b>
<b>VII – Voto de aplauso, censura ou semelhante.....</b>	<b>2</b>
<b>VIII – Requerimentos de Sessão Especial e Hora do Expediente .....</b>	<b>9</b>
<b>IX – Requerimentos de desarquivamento aprovados .....</b>	<b>23</b>
<b>X – Requerimentos deferidos pela Mesa .....</b>	<b>10</b>
<b>XI – Requerimentos de informação aprovados pela Mesa .....</b>	<b>22</b>
<b>XII – Requerimentos diversos.....</b>	<b>43</b>
 <b>MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO.....</b>	 <b>10</b>
<b>XIII – Matéria prejudicada.....</b>	<b>1</b>
<b>XIV – Matéria rejeitada .....</b>	<b>1</b>
<b>XV – Matérias retiradas pelos autores .....</b>	<b>7</b>
<b>XVI – Medida Provisória com tramitação encerrada.....</b>	<b>1</b>
 <b>TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS .....</b>	 <b>192</b>

<b>ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA.....</b>	<b>6</b>
---	----------

**SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 1º DE FEVEREIRO A 31 DE MAIO DE 2007**

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 1ª LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA  
(1º de fevereiro a 31 de maio de 2007)**

Deliberativas Ordinárias.....	46
Não Deliberativas.....	37
Especial .....	4
 <b>Total .....</b>	 <b>87</b>
 * Reuniões preparatórias .....	 3

<b>MATÉRIAS APROVADAS .....</b>	<b>434</b>
<b>I – Medidas Provisórias aprovadas .....</b>	<b>30</b>
1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção .....	11
2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação.....	14
3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados .....	5
<b>II - Projetos aprovados e enviados à sanção .....</b>	<b>9</b>
<b>III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados .....</b>	<b>65</b>
1 – Por decisão do Plenário.....	10
1.1 - Do Senado Federal .....	8
1.2 – Da Câmara dos Deputados .....	2
2 – Em decisão terminativa.....	55
2.1 – Projetos de Lei do Senado .....	55
<b>IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação.....</b>	<b>119</b>
1 - Concessões de telecomunicações .....	110
2- Acordo internacional .....	1
3 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais.....	3
4 – Alteração do Regimento Interno.....	2
5– Outros .....	3
<b>V – Mensagens relativas à escolha de Chefes de Missão Diplomática.....</b>	<b>7</b>
<b>VI – Pareceres referentes a Mensagens de Escolha de Autoridade.....</b>	<b>16</b>
<b>VII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante.....</b>	<b>3</b>
<b>VIII – Requerimentos de Criação de Comissão Temporária.....</b>	<b>1</b>
<b>IX – Requerimentos de Sessão Especial e Hora do Expediente .....</b>	<b>23</b>
<b>X – Requerimentos de Auditoria do Tribunal de Contas da União .....</b>	<b>2</b>
<b>XI – Requerimentos de desarquivamento aprovados .....</b>	<b>46</b>
<b>XII – Requerimentos deferidos pela Mesa.....</b>	<b>15</b>
<b>XIII – Requerimentos de informação aprovados pela Mesa.....</b>	<b>45</b>
<b>XIV – Requerimentos Diversos .....</b>	<b>53</b>

<b>MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO.....</b>	<b>25</b>
<b>XV - Matérias prejudicadas.....</b>	<b>5</b>
<b>XVI - Matérias rejeitadas.....</b>	<b>2</b>
<b>XVII - Matérias retiradas pelos autores .....</b>	<b>17</b>
<b>XVIII – Medida Provisória com tramitação encerrada .....</b>	<b>1</b>
<b>TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS .....</b>	<b>459</b>
<b>ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA.....</b>	<b>35</b>
<b>REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS.....</b>	<b>2</b>

**SECRETARIA DE COMISSÕES**

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE MAIO DE  
2007 DAS COMISSÕES PERMANENTES**

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

### REUNIÃO REALIZADA EM 08/05/2007 - ORDINÁRIA

#### ITEM 01

##### **PROJETO DE LEI DO SENADO N° 11, DE 2007 - TERMINATIVO**

Altera o Decreto nº 83.304, de 28 de março de 1979, para excluir a possibilidade de recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais, na hipótese de decisão de segunda instância ter negado provimento a recurso de ofício.

Autoria: Senador FRANCISCO DORNELLES

Relator: Senador DELCÍDIO AMARAL

Parecer: Favorável ao Projeto.

**Resultado: A Comissão aprova o Projeto.**

#### ITEM 02

##### **PROJETO DE LEI DO SENADO N° 30, DE 2006 – COMPLEMENTAR - NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º, ao art. 32, da Lei Complementar nº 87, de 13.09.1996 (Estabelece prazo para o ressarcimento aos Estados e ao Distrito Federal pelas renúncias do ICMS referente a produtos destinados à exportação).

Autoria: Senador PEDRO SIMON

Relator: Senador GILVAM BORGES

Parecer: Pela rejeição do Projeto.

**Resultado: O Presidente da Comissão encaminha a Matéria à Subcomissão Temporária da Reforma Tributária para análise, nos termos do art. 89, XII, do Regimento Interno do Senado Federal.**

### REUNIÃO REALIZADA EM 15/05/2007 - ORDINÁRIA

#### ITEM 01

##### **PROJETO DE LEI DO SENADO N° 180, DE 2003 - TERMINATIVO**

Acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

Autoria: Senador DELCÍDIO AMARAL

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO

Parecer: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 02 e 03-CRA e ainda às Emendas nºs 01-CRA e 04, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, nos termos das Subemendas nºs 01 e 02 que apresenta.

OBS: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

**Resultado: A Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03-CRA-CAE, e nº 04-CAE.**

#### ITEM 02

##### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 7, DE 2003 - NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.

Autoria: Deputado BISPO WANDERVAL

Relator: Senador EDUARDO SUPLICY

Parecer: Favorável ao Projeto.

OBS: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator.**

#### **ITEM 03**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 88, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO**

Fixa o subsídio dos membros do Congresso Nacional e dá outras providências.

Autoria: MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Relator: Senador EDISON LOBÃO

Parecer: Favorável ao Projeto.

**Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator.**

#### **ITEM 04**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 89, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO**

Fixa o subsídio do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado.

Autoria: MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Relator: Senador ROMERO JUCÁ

Parecer: Pela aprovação do Projeto.

**Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator.**

#### **FORAM APROVADOS, AINDA, OS SEGUINTEIS REQUERIMENTOS:**

**REQUERIMENTO N° 22/2007-CAE**, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Exmo. Sr. Silas Rondeau, para prestar esclarecimentos sobre os entraves de natureza ambiental à construção de duas usinas hidrelétricas no Rio Madeira e, na companhia do Presidente da Petrobras, Sr. Sérgio Gabrielli, clarificar os critérios técnicos e financeiros norteadores das negociações com o Governo da Bolívia relativamente às compensações devidas à estatal brasileira em razão da desapropriação de suas instalações e equipamentos naquele País.

Autoria: Senador JEFFERSON PÉRES

**REQUERIMENTO N° 23/2007-CAE**, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Exmo. Sr. Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN), a fim de prestar esclarecimentos sobre as medidas que estão sendo tomadas pela instituição para reduzir a concentração bancária e discorrer sobre os valores e números de tarifas bancárias criadas nos últimos anos no Brasil.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE

**REQUERIMENTO N° 24/2007-CAE**, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Roberto Carvalho Azevedo, Subsecretário Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para prestar esclarecimentos sobre a decisão da Organização Mundial de Comércio (OMC) relativa ao contencioso sobre a importação, pelo Brasil, de pneus usados e reformados da União Européia.

Autoria: Senador ROMEU TUMA

**REUNIÃO REALIZADA EM 22/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA****ITEM 01****PROJETO DE LEI DO SENADO N° 320, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais.

Autoria: Senador PAPALÉO PAES

Relator: Senador EDISON LOBÃO

Parecer: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta.

OBS: A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa.

**Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator com a Emenda nº 01-CAE.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 24/05/2007 – CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL**

**ITEM ÚNICO:** EXPOSIÇÃO DO EXMO. SR. HENRIQUE MEIRELLES, PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9º, § 5º, DA LEI COMPLEMENTAR N° 101/00 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL), DETERMINANDO QUE, ‘NO PRAZO DE 90 DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DE CADA SEMESTRE, O BANCO CENTRAL DO BRASIL APRESENTARÁ, EM REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES TEMÁTICAS PERTINENTES DO CONGRESSO NACIONAL, AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CAMBIAL, EVIDENCIANDO O IMPACTO E O CUSTO FISCAL DE SUAS OPERAÇÕES E OS RESULTADOS DEMONSTRADOS NOS BALANÇOS’ – 2º SEMESTRE DE 2006. **RESULTADO: REALIZADA.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 29/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA****ITEM 01****PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N°, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO**

Altera os arts. 16 e 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para estabelecer que a partir de 31 de dezembro de 2007 as verificações de adimplência e certidões exigidas por aqueles dispositivos devem referir-se ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de todos os órgãos e entidades do ente público ao qual está vinculado o tomador da operação de crédito.

Autoria: COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.

**Resultado: A Comissão aprova a apresentação do Projeto de sua autoria. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.**

**ITEM 02****PROJETO DE LEI DO SENADO N° 27, DE 2005 - TERMINATIVO**

Insere inciso no art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, para incluir a dedução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do imposto de renda devido por pessoas físicas.

Autoria: Senador ROBERTO SATURNINO

Relator: Senador EDISON LOBÃO

Parecer: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 01, de autoria do Senador Marcelo Crivella, nos termos da Subemenda nº 01, apresentando ainda as Emendas nºs 02 e 03.

OBS: - A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, com Parecer favorável ao Projeto;

- Em 22/05/2007, após a leitura do Relatório, a Presidência encerra a discussão e adia a votação da Matéria.

**Resultado: A Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03-CAE.**

**ITEM 03****PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 67, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO**

Dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (iguala a incidência da CIDE sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação).

Autoria: Deputado ROBERTO BALESTRA

Relator: Senador RENATO CASAGRANDE

Parecer: Pela aprovação do Projeto.

OBS: A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

**Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator.**

**ITEM 04****PROJETO DE LEI DO SENADO N° 177, DE 2003 - TERMINATIVO**

Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que "altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências".

Autoria: Senador PAULO PAIM

Relator: Senador FRANCISCO DORNELLES

Parecer: Pela prejudicialidade do Projeto.

**Resultado: A Comissão aprova a prejudicialidade do Projeto.**

**ITEM 05****PROJETO DE LEI DO SENADO N° 310, DE 2005 - TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que autoriza modalidade de concurso de prognósticos da Loteria Federal regida pelo Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para tornar obrigatória a divulgação de informações que especifica.

Autoria: Senador RODOLPHO TOURINHO

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO

Parecer: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE.

OBS: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE.

**Resultado: A Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 01-CE-CAE.**

**ITEM 06****PROJETO DE LEI DO SENADO N° 448, DE 2003 - TERMINATIVO**

Dispõe sobre a isenção do IPI a aguardente de cana-de-açúcar, e dá outras providências.

**Autoria:** Senador EFRAIM MORAIS

**Relator:** Senador GARIBALDI ALVES FILHO

**Parecer:** Pela aprovação do Projeto.

**OIBS:** - A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer pela rejeição do Projeto;

- Em 22/05/2007, foi apresentado Voto em Separado, de autoria da Senadora Serlys Silhessarenko, concluindo pela rejeição da Matéria.

**Resultado:** A Comissão rejeita o Projeto. O Presidente designa a Senadora Serlys Silhessarenko Relatora do Vencido nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal.

**FORAM APROVADOS, AINDA, OS SEGUINtes REQUERIMENTOS**

**REQUERIMENTO N° 25/2007-CAE**, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para discorrer sobre a Política Econômica e a Evolução da Conjuntura Econômica.

**Autoria:** Senador ALOIZIO MERCADANTE

**REQUERIMENTO N° 26/2007-CAE**, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir os limites de endividamento dos governos estaduais e municipais, em face do disposto na Lei nº 9.496/97, na Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e na Resolução do Senado Federal nº 43/01, tendo como convidados o Exmo. Sr. Mauro Ricardo Machado Costa, Secretário de Fazenda do Governo do Estado de São Paulo; o Exmo. Sr. Simão Cirneu Dias, Secretário de Fazenda do Governo do Estado de Minas Gerais; o Exmo. Sr. Carlos Martins Marques de Santana, Secretário de Fazenda do Governo do Estado da Bahia; o Sr. Tarcísio José Massote de Godoy, Secretário do Tesouro Nacional; e o Sr. Raul Velloso, ex-Secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento.

**Autoria:** Senador ARTHUR VIRGÍLIO

**REQUERIMENTO N° 27/2007-CAE**, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para tratar sobre os limites de endividamento dos Estados e Municípios, tendo como convidados os Secretários de Fazenda dos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Bahia, e também o Secretário do Tesouro Nacional.

**Autoria:** Senador INÁCIO ARRUDA

**REQUERIMENTO N° 28/2007-CAE**, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública a fim de debater a grave situação pela qual passa, no Brasil, a indústria têxtil e de vestuário, tendo como convidados o Excelentíssimo Senhor Guido Mantega, Ministro da Fazenda; o Excelentíssimo Senhor Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; o Excelentíssimo Senhor Miguel Jorge, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o Excelentíssimo Senhor Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego, o Sr. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal; o Sr. Josué C. Gomes Silva, Presidente do Conselho Diretor da

Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT); e a Sra. Eunice Cabral, Presidente das Costureiras de São Paulo e Osasco.

**Autoria:** Senador EDISON LOBÃO

**REQUERIMENTO N° 29/2007-CAE**, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados o Excellentíssimo Senhor Miguel Jorge, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o Sr. Josué Christiano Gomes da Silva, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção; o Sr. Sénésio Batista da Costa, Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos; e o Sr. Elcio Jacometti, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, para, em Audiência Pública, debater as consequências da política cambial do Governo na exportação de seus produtos.

**Autoria:** Senador RENATO CASAGRANDE

## **SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS - CAE**

**REUNIÃO REALIZADA EM 07/05/2007**

**ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM DE DEBATER A QUESTÃO DOS "MARCOS REGULATÓRIOS", EM ATENDIMENTO À DELIBERAÇÃO DA SUBCOMISSÃO.**

**CONVIDADOS:** SR. JERSON KELMAN – DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL; SR. JOÃO PAULO R. CAPOBIANCO – SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; SR. CLÁUDIO SALES – PRESIDENTE DO INSTITUTO ACENDE BRASIL; SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – SUBCHEFE DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS.

**RESULTADO: REALIZADA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 14/05/2007**

**ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM DE DEBATER A QUESTÃO DOS "MARCOS REGULATÓRIOS", EM ATENDIMENTO À DELIBERAÇÃO DA SUBCOMISSÃO.** CONVIDADOS: SENHORES PAULO ROBERTO COSTA, DIRETOR DE ABASTECIMENTO DA PETROBRAS; JÓRIO DAUSTER, REPRESENTANTE DA BRASIL ECODIESEL; FRANCESCO GIANNETTI, REPRESENTANTE DO SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO, PRESIDENTE DA UNIÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE SÃO PAULO – UNICA; E CARLOS EDUARDO DE FREITAS BRESCHIA, DIRETOR DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIDORAS DE GÁS CANALIZADO – ABEGÁS. **RESULTADO: REALIZADA.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 21/05/2007**

**ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM DE DEBATER A QUESTÃO DOS "MARCOS REGULATÓRIOS", EM ATENDIMENTO À DELIBERAÇÃO DA SUBCOMISSÃO.** CONVIDADOS: SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR, PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, ANATEL; DO SR. ALEXANDRE ANNENBERG, DIRETOR-EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELEVISÃO POR ASSINATURA, ABTA; DO SR. FÉRCIO ALBERTO ZILLI, PRESIDENTE-EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS OPERADORAS CELULARES, ACEL; DO SR. LUIS CUZA, PRESIDENTE-EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES COMPETITIVAS, TELCOMP; E DO SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI, PRESIDENTE-EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO, ABRAPEX. **RESULTADO: REALIZADA.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 28/05/2007**

**ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM DE DEBATER A QUESTÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS, TENDO COMO TEMA FOCO "A POLÍTICA NACIONAL PARA PROSPECÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL", EM ATENDIMENTO À DELIBERAÇÃO DA SUBCOMISSÃO.** CONVIDADOS: SRS. JOÃO JOSÉ DE NORA SOUTO, SECRETÁRIO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME; GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA, DIRETOR DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DA PETROBRAS; HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA, DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP; JOHN HANEY, VICE-PRESIDENTE DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DA SHELL DO BRASIL (REPRESENTANDO O SR. VASCO DIAS, PRESIDENTE DA SHELL DO BRASIL); E ENG. RICARDO DE MOURA ALBUQUERQUE MARANHÃO, EX-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS - AEPET (REPRESENTANDO O SR. HEITOR MANOEL PEREIRA, PRESIDENTE DA AEPET). **RESULTADO: REALIZADA**

**SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA - CAE****REUNIÃO REALIZADA EM 07/05/2007**

**ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM DE DISCORRER SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA APRESENTADA PELO GOVERNO FEDERAL, EM ATENDIMENTO À DELIBERAÇÃO DA SUBCOMISSÃO.** CONVIDADOS: Sra. Lina Maria Vieira - Secretaria de Estado de Tributação do Estado do Rio Grande do Norte e Coordenadora dos Secretários no Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz; Sr. Isper Abrahim Lima - Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Amazonas (como Representante o Sr. Thomas Afonso Queiroz Nogueira, Secretário Executivo da Receita do Estado do Amazonas); Sr. Mauro Ricardo Machado Costa - Secretário de Estado da Fazenda do Estado de São Paulo; Sr. Simão Cirineu Dias - Secretário de Estado da Fazenda do Estado de Minas Gerais; Sr. Carlos Mauro Benevides Filho - Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Ceará; Sr. Aod Cunha De Moraes Junior - Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul; Sr. Waldir Júlio Teis - Secretário de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso. **Resultado: REALIZADA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 21/05/2007**

**ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM DE DISCORRER SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA APRESENTADA PELO GOVERNO FEDERAL, EM ATENDIMENTO À DELIBERAÇÃO DA SUBCOMISSÃO. CONVIDADOS: SRS. LUIZ WELLISCH, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO; JOSÉ APONSO BICALHO BELTRÃO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE; FELIPE MENDES, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE TERESINA; E PAULO ROBERTO ZIULKOSKI, PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. RESULTADO: REALIZADA.**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS.****REUNIÃO REALIZADA EM 02/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA****ITEM 01****REQUERIMENTO N° 23, DE 2007 – CAS**

*“Requer, nos termos do artigo 93, inciso I do regimento interno do Senado federal, realização de Audiência Pública nesta Comissão, com finalidade de debater o Projeto do Senado nº 51, de 2007, que garante o oferecimento de vacinação anti-papilomavírus humano (HPV) à população. Serão convidados: Ministra Nilcéia Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Luiz Antônio Santini, Diretor do Instituto Nacional do Câncer – INCA, Maria José de Oliveira Araújo, Coordenadora da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Luisa Lima Villa, PhD, Branch Director Ludwig Institute for Cancer research, Hospital alemão Oswaldo Cruz, e Representante da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO.*

*Autores: Senadora DELI SALVATTI e Senador PAULO PAIM.*

*Resultado: Aprovado*

**ITEM 02****REQUERIMENTO N° 24, DE 2007 – CAS**

*“Requeiro, nos termos dos artigos 90, incisos II e V e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o PLS 15/2007 – “que acrescenta artigo 168-A à CLT, para dispor sobre as medidas preventivas da saúde no exercício da atividade de modelo ou manequim e dá outras providências”, com a participação dos seguintes convidados: Ministro da Saúde ou seu representante; Ministro do Trabalho e Emprego ou seu representante; representante do Ministério Público do Trabalho; representante da Associação Brasileira de Psiquiatria e representante do Grupo de Estudo e Assistência em Transtornos Alimentares – GEATA”.*

*Autores: Senador MARCELO CRIVELLA e Senador PAULO PAIM*

*Resultado: Aprovado*

**REUNIÃO REALIZADA EM 03/05/2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

**ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA** - Nos termos do Requerimento nº. 17, de 2007 - CDH, com vistas a tratar do tema da emenda nº. 3, constante do Projeto de Lei nº. 6272, de 2005, que cria a Recita Federal do Brasil, vetada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Autores: Senador Paulo Paim e Senadora Ideli Salvatti.

**CONVIDADOS:**

- Presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT - Amônio Carlos dos Reis (Satim);
- Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB - Amônio Fernandes dos Santos Neto;
- Presidente da Nova Central - José Calixto Ramos;
- Presidente da Central Autônoma de Trabalhadores - CAT - Laerte Teixeira da Costa;
- Presidente da Força Sindical - Paulo Pereira da Silva, representado pela Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos da Força Sindical - Mônica P. Oliveira Lourenço Veloso;
- Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT - Arthur Henrique da Silva Santos;
- Presidente da Social Democracia Sindical - SDS - Eulson Simões de Moura (Alemão);
- Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores - José Carlos Teret Shulc, representado por Luiz Seufiteli Dutra;
- Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA - José Nilton Paudelot, representado pelo Vice-Presidente da ANAMATRA, Juiz Cláudio José Montesso;
- Advogado Tributarista - Dr. Ives Gandra Da Silva Martins;
- Advogado Trabalhista - Dr. Roberto De Figueiredo Caldas;
- Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT - Sebastião Vieira Caixeta.

**RESULTADO: REALIZADA****REUNIÃO REALIZADA EM 09/05/2007 – CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**

**ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA**, ATENDENDO AO REQUERIMENTO N°. 15 DE 2007 - CAS, DE AUTORIA DO SENADOR PAPALEÓ PAES, COM A PRESENÇA DO MINISTRO DA SAÚDE, DR. JOSÉ GOMES TEMPORÃO. ASSUNTO: POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS A SEREM IMPLEMENTADOS NA NOVA GESTÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.  
**RESULTADO: REALIZADA.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 15/05/2007 - CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA****ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA ATENDENDO AOS REQUERIMENTOS N° 20, DE 2007 - CAS E N° 17, DE 2007 - CDH**

Assunto: Dado continuado sobre as questões atinentes à emenda nº 3, constante do Projeto de Lei nº 6272, de 2005 que cria a Receita Federal do Brasil, vetada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Autoria dos Requerimentos: Senador Paulo Paim e Senadora Ideli Salvatti

Convocados: Dr. Luiz Flávio Borges D'Urso - Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Paulo; Dr. Edvaldo Pereira de Brito - Advogado Tributarista e Professor das Universidades Mackenzie e da Bahia; Dr. Sérgio Morilo Campinholo - Superintendência Jurídica da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Antônio de Oliveira Santos - Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC); Clésio Andrade - Presidente da Confederação Nacional de Transportes (CNT); Daniel Pimentel - Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT); Nelson Sirotsky - Presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e Carlos José de Lima Castro - Presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas em Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa (FENACOM). **RESULTADO: REALIZADA.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 16/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**1<sup>a</sup> Parte - HOMENAGEM AO DIA DO TRABALHADOR COM A PRESENÇA DO MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO, SENHOR CARLOS LUPL, ATENDENDO AO REQUERIMENTO N° 22, DE 2007 - CAS, DE AUTORIA DA SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES.**

**2<sup>a</sup> Parte****ITEM 01  
NÃO TERMINATIVO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 18 DE 2002**

“Atrás de inciso 2º artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990 (possibilita a utilização do FGTS para aquisição de lote urbanizado)”.  
Autor: Deputado GERALDO MAGELA

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O  
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 122 DE 1999**

“Altera a Lei 8036, de 1990, permitindo a utilização do FGTS para pagamento de anuênios de ensino médio e de curso superior”.  
Autor: Senador RAMÉZ TEBET

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O  
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 131 DE 1999**

"Acréscima dispositivo ao artigo 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS nos casos de constituição de microempresa por parte do trabalhador".

Autor: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O  
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 198 DE 1999**

"Altera o artigo 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação e dá outras providências".

Autor: Senador ÁLVARO DIAS

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O  
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 223 DE 1999**

"Autoriza a utilização do fundo de garantia de tempo de serviço no pagamento do crédito educativo, e dá outras providências".

Autor: Senador LUIZ ESTEVÃO

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O  
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 356 DE 1999**

"Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação e dá outras providências".

Autor: Senadora Luzia Toledo

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O  
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 73 DE 2000**

"Acréscima inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, dispondo sobre a permissão de saque pelo trabalhador na conta do FGTS para pagamento de anuidade escolar".

Autor: Senador LUIZ ESTEVÃO

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O  
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 203 DE 2000**

"Acréscima inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir saque no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de mensalidade escolar no ensino médio e no superior, bem como de dívidas do programa de crédito educativo".

Autor: Senador CASILDO MALDANER

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O  
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 245 DE 2000**

"Acréscima o inciso XIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque da conta vinculada do trabalhador no FGTS para pagamento de cirurgias".

Autor: Senador OSMAR DIAS

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O  
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 101 DE 2001**

“Acréscima dispositivo ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir que desempregados saquem os recursos do FGTS para aterro e expansão de negócio próprio”.

Autor: Senador RICARDO SANTOS

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O  
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 185 DE 2001**

“Dispõe sobre a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para quitação de prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais”.

Autor: Senador WALDECK ORNELAS

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO N° 95 DE 2002**

“Acréscita o inciso XI ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de modo a permitir saques para a amortização de empréstimos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)”.

Autor: Senador RICARDO SANTOS

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO N° 113 DE 2002**

“Altera a Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de forma a permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de microcomputador”.

Autor: Senador WALDECK ORNELAS

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O  
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 124 DE 2002**

“Altera o artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir a utilização do FGTS em casos de destruição da casa própria do trabalhador em função de calamidade pública ou caso fortuito. Altera o artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir a utilização do FGTS em casos de destruição da casa própria do trabalhador em função de calamidade pública ou caso fortuito”.

Autor: Senador CARLOS BEZERRA

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O  
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 319 DE 2003**

“Dispõe sobre a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de prestações em atraso relativas a financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH)”.

Autor: Senador Efraim MORAIS

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO

Parêntese: Favorável ao PLC nº 18, de 2002, na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição das demais propostas que com ele tramitam, sendo: PLS nº 131, de 1999, PLS nº 122, de 1999, PLS nº 198, de 1999, PLS nº 223, de 1999, PLS nº 356, de 1999, PLS nº 73, de 2000, PLS nº 203, de 2000, PLS nº 245, de 2000, PLS nº 101, de 2001, PLS nº 185, de 2001, PLS nº 95, de 2002, PLS nº 113, de 2002, PLS nº 124, de 2002 e PLS nº 319, de 2003.

Resultado: Aprovado o parecer

**ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA N°. 41, DE 2006**

"Acréscima §2º ao artigo 445 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, impedindo a exigência de comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses".

**Autor:** Deputado INOCÉNCIO OLIVEIRA

**Relator** "ad hoc": Senador JAYME CAMPOS

**Parecer:** Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

**Resultado:** Aprovado

**ITEM 03****REQUERIMENTO N° 25, DE 2007 – CAS**

"Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de promover um debate sobre as causas e consequências do avanço da obesidade no Brasil, em especial entre o público infantil".

**Autoras:** Senadora KÁTIA ABREU e Senadora ROSALBA CIARLINI

**Resultado:** Aprovado

**ITEM 04****REQUERIMENTO N° 26, DE 2007 – CAS**

"Nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para, com a participação dos convidados, debater sobre a regulamentação das profissões e a criação dos conselhos profissionais".

**Autora:** Senadora PATRÍCIA SABOYA

**Resultado:** Aprovado

**REUNIÃO REALIZADA EM 23/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA****ITEM 01****TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO N° 233, DE 2006**

"Acréscima dispositivo ao artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para incluir o exame de detecção precoce de câncer de mama, útero ou próstata, nas hipóteses em que o empregado poderá se afastar do serviço sem prejuízo do salário".

**Autor:** Senador VALDIR RAUPP

**Relator:** Senador PAULO PAIM

**Parecer:** Favorável ao Projeto, com as duas emendas que apresenta.

**Resultado:** Aprovado com as duas emendas.

**ITEM 02 – TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO N° 313, DE 2006**

"Altera o §9º do art. 28 da Lei nº8.212, de 24 de julho de 1991, para permitir que o custo da educação superior dos empregados possa ser abatido da base de incidência da contribuição para o regime geral de previdência social".

**Autor:** Senador SÉRGIO ZAMBIAZI

**Relator:** Senador VALDIR RAUPP

**Parecer:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº01-CE.

**Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 01-CE/CAS.

**ITEM 03****REQUERIMENTO N° 27, DE 2007 – CAS**

“Requero, nos termos regimentais, seja convidada a Ministra Mariângela Rebuá, chefe da divisão de temas sociais do Ministério de Relações Exteriores, bem assim os professores Marcio Porchmann, ex-secretário de Trabalho da prefeitura de São Paulo, e Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES, para falarem, em audiência Pública nesta Comissão, sobre as oito Metas do Milênio estabelecidas na Convenção do Milênio”.

**Autor:** Senador MARCELO CRIVELLA

**Resultado:** Aprovado

**ITEM 04****REQUERIMENTO N° 28, DE 2007 – CAS**

“Nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para avaliar o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, com a participação de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social, Centrais Sindicais, Confederação Nacional da Indústria, Ministério Público do Trabalho e Fórum Nacional do PET”.

**Autora:** Senadora PATRÍCIA SABOYA

**Resultado:** Aprovado com o acréscimo dos seguintes convidados: representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC e representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA.

**ITEM 05****REQUERIMENTO N° 29, DE 2007 – CAS**

“Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de Audiência Pública para discutir a recuperação de jovens dependentes de drogas e álcool. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados o frei franciscano Hans Stadel, o Sr. Nelson Giovanelli Rosealdo dos Santos e o Sr. Antônio Eleutério Neto”.

**Autor:** Senador PEDRO SIMON

**Resultado:** Aprovado com o acréscimo dos seguintes convidados: Pastor Valmir Santos Lima; Sra. Kátia Santos Gomes Malta; Sr. Ladir Porto – Secretário de Defesa Social do Município de Serra; por sugestão do Senador Magno Malta; Presidente da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, por sugestão do Senador Augusto Botelho e o Padre Renato Chiora, por sugestão da Senadora Patrícia Saboya Gomes.

**REUNIÃO REALIZADA EM 24/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA****ITEM ÚNICO - VOTAÇÃO DO REQUERIMENTO N° 30, DE 2007**

**ASSUNTO:** REQUER A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A ATUAL SITUAÇÃO DO INCOR-DF.

**AUTORIA DO REQUERIMENTO:** SENADORA PATRÍCIA SABOYA

**RESULTADO:** APROVADO COM OS SEGUINTES CONVIDADOS: MINISTRO DA SAÚDE, SR. JOSÉ GOMES TEMPORÃO; MINISTRO DA DEFESA, SR. FRANCISCO WALDIR PIRES DE SOUZA; REITOR DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA/DR. PADRE JOSÉ ROMUALDO DEGASPERI; PROMOTOR DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, DR. DIAULAS COSTA RIBEIRO; REPRESENTANTE DO INCOR – DF, DR. ADRIANO CAIXETA E O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DF, DR. JOSÉ GERALDO MACIEL.

**REUNIÃO REALIZADA EM 30/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA**  
**1ª PARTE - Deliberação de Matérias**

**ITEM 01**

**MATÉRIA EM TURNO SUPLEMENTAR - PROJETO DE LEI DO SENADO**  
**Nº 126, DE 2006**

“Acréscima dispositivos aos arts. 5º e 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a divulgação da existência de contas inativas do FGTS e dos pressupostos para sua liberação”.

Autor: Senador PAULO PAIM

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO

**Resultado: Não tendo sido oferecidas emendas em Turno Suplementar, a Emenda nº01 – CAS (Substitutivo) foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.**

**ITEM 02**

**MATÉRIA EM TURNO SUPLEMENTAR - PROJETO DE LEI DO SENADO**  
**Nº 74, DE 2004**

“Altera a redação do art. 17 da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do Instituto Nacional de Seguro Social”.

Autor: Senador MARCELO CRIVELLA

Relator: Senador PAULO PAIM

**Resultado: Não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, a Emenda nº01 – CAS (Substitutivo) foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.**

**ITEM 03**

**REQUERIMENTO N° 31, DE 2007 – CAS**

“Requeiro, a criação do Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Sociais, composto por cinco senadores, destinado a estudar a situação do Sistema de Recuperação de Dependentes químicos existente no País, através de realização de audiências públicas, seminários e da análise sistemática da legislação existente e das proposições em tramitação no âmbito do Congresso Nacional, no prazo de 90 dias”.

Autor: Senador MAGNO MALTA

**Resultado: Aprovado.**

**ITEM 04**

**REQUERIMENTO N° 32, DE 2007 – CAS**

“Em aditamento ao requerimento nº 25, de 2007 – CAS, que pediu a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Pronúncia, Acompanhamento e Defesa da Saúde, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de promover um debate sobre as causas e consequências do avanço da obesidade no Brasil, em especial entre o público infantil, requeiro que sejam acrescentados, como convidados: o Dr. Alfredo Halpern, Endocrinologista, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo(USP), Ex- Vice-Presidente da IASO (INTERNACIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF OBESITY) para a América Latina, Representante Sulamericano da Força Tarefa para Combate à Obesidade da Organização Mundial da Saúde (OMS) e Fundador e Ex-Presidente da

ABESO; Professor Doutor Mauro Fisberg, Chefe do Centro de Apoio e Atendimento ao Adolescente da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e a Professora Doutora Olga Maria Silvério Amâncio, Professora Adjunta da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)".

**Autores:** Senador PAPALÉO PAES e Senador AUGUSTO BOTELHO.

**Resultado:** Aprovado

#### ITEM 05

##### REQUERIMENTO N° 33, DE 2007 – CAS

"Requiro, nos termos regimentais, que esta Comissão de Assuntos Sociais se manifeste junto ao Tribunal Regional do Trabalho no Estado do Pará para que o mesmo antecipe o Julgamento do Dissídio solicitado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Ananindeua e Marituba".

**Autor:** Senador JOSÉ NERY

**Resultado:** Por despacho da Presidência, a matéria vai ao exame da Comissão de Constituição e Justiça.

#### ITEM 06

##### REQUERIMENTO N° 34, DE 2007 – CAS

"Requiro nos termos do regimento interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais, conjuntamente com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizem Audiências Públicas para abordar projetos em tramitação no Senado que tratem de Políticas Públicas de atenção à saúde, como o PLS 219 de 2007, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a oferta de procedimentos terapêuticos e a dispensação de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de autoria do Senador Tião Viana e que está sendo relatado nesta Comissão pelo Senador Paulo Paim".

**Autor:** Senador FLÁVIO ARNS

**Resultado:** Aprovado

#### ITEM 07

##### REQUERIMENTO N° 35, DE 2007 – CAS

"Requeiro que – em aditamento ao Requerimento nº 21, de 2007 – CAS – seja incluído o nome da Sra. Lucilene Binsfeld, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, à lista de autoridades convidadas a comparecer a Audiência Pública aprovada no dia 25/04/2007, nesta Comissão de Assuntos Sociais, destinada a debater o PLS 152/2007, de autoria do Senador Pedro Simon, e o PLS 115/2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que regulamentam a profissão de comerciário.

**Autores:** Senadora IDELI SALVATTI, Senador PAULO PALM e Senador AUGUSTO BOTELHO

**Resultado:** Aprovado

#### 2º PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

Requerimento nº 30, de 2007- CAS

Assunto: Debate sobre a atual situação do INCOR-DF

**Autoria do Requerimento:** Senadora PATRÍCIA SABOYA

**Participantes:** Dr. Adriano Caixeta – Diretor Médico do INCOR - DF;

Dr. Ruy Caldas – Diretor do Hospital da Universidade Católica de Brasília;

Dr. José Geraldo Maciel – Secretário de Saúde do Distrito Federal;

Dr. Diálias Costa Ribeiro – Promotor de Justiça do Distrito Federal;

General Synésio Scofano Fernandes – Diretor do Departamento de Organização e Legislação do Ministério da Defesa e

Sra. Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli – Secretária Executiva do Ministério da Saúde.

**RESULTADO: REALIZADA**

## **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA - CAS**

**REUNIÃO REALIZADA EM 13/05/2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO  
DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

**ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA - RQS. Nº16, DH 2007 – CAS E RQS  
Nº16, DE 2007 – CDH**

**Assunto:** Demissões Arbitrarias Ocorridas contra Dirigentes Sindicais e Membros da CIPA.

**Autoria do Requerimento:** Senador PAULO PAIM

**Participantes:**

Dr. LUIZ ANTÔNIO DE MEDEIROS NETO – Secretário de Relações do Trabalho – Ministério do Trabalho e Emprego;

Dr. RICARDO JOSÉ MACEDO DE BRITO PEREIRA – Procurador Regional Trabalho, representando a Dra. SANDRA LIA SIMON – Procuradora Geral do Ministério Público do Trabalho;

Sr. MOACYR ROBERTO TESCHI AUERSVALD – Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores;

Sr. CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA – Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores – CUT;

Sr. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO – Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB);

Prof. PAULO ALBUQUERQUE – Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

Sr. DARCI PIRES ROCHA – Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação – RS.

**RESULTADO: REALIZADA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 31/05/2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO  
DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

**ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - Assunto:** Nos termos do Requerimento CDH nº. 14, de 2007, “Com vistas a tratar das melhorias nas condições de Vida, Trabalho, Salário, Segurança e Saúde dos Trabalhadores das Indústrias Produtivas de Álcool, enfocando a questão do acidente de trabalho”.

**Autor:** Senador Paulo Paim. **CONVIDADOS:** Paulo Peixoto Albuquerque – Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) Coordenador da Pesquisa Sobre Doenças do Trabalhador; Ricardo Burg Coccim – Professor Doutor na área de

Educação em Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e Pesquisador do CNPq; Alírio Gonçalves – Coordenador do Fórum Sindical de Saúde do Trabalhador do Rio Grande do Sul; Dário Theobaldo Werlang – Técnico de Segurança do Trabalho no Paraná; Manoel José dos Santos – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Artur Bueno de Camargo – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação (CNTA); Siderlei Silva de Oliveira – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação Cuitista (CONTAC); Antônio Ernesto Werna de Salvo – Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sandra Lilia Simon – Procuradora Geral do Trabalho do Ministério Públiso do Trabalho; Reynold Stephanus – Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Rosa Maria Campos Jorge – Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAFT); João Vicente Silva Cayres – Presidente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconómicos (DIEESE); Remígio Todeschini – Presidente da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO); Darci Pires da Rocha – Presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul (FTIARS) e Fabiano Pereira – Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **RESULTADO: REALIZADA**

## **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE - CAS**

**REUNIÃO REALIZADA EM 09/05/2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO  
DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA, ATENDENDO AO REQUERIMENTO N.º 15 DE 2007 – CAS, DE AUTORIA DO SENADOR PAPALBÔ PAES, COM A PRESENÇA DO MINISTRO DA SAÚDE, DR. JOSÉ GOMES TEMPORÃO. ASSUNTO: POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS A SEREM IMPLEMENTADOS NA NOVA GESTÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. RESULTADO: REALIZADA.**

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

**REUNIÃO REALIZADA EM 09/05/2006 - ORDINÁRIA**

### **ITEM 1**

#### **OFÍCIO "S" N.º 9, DE 2007 - (Ofício n.º 197, de 2007, na origem) – NÃO TERMINATIVO**

“Comunica ao Senado Federal a indicação do Ministro CESAR ASFOR ROCHA para compor o Conselho Nacional de Justiça na condição de Membro e, assim, exercer a função de Ministro-Corregedor, em conformidade com o disposto no art. 103-B, II, e §§ 2º e 5º, da Constituição Federal”.

**Autoria: PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.**

**Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.**

Parecer: Votação secreta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Ministro CESAR ASFOR ROCHA para compor o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com vinte e dois (22) votos favoráveis.

#### ITEM 2

##### **MENSAGEM (SF) N° 73, DE 2007 - (Mensagem nº 276, de 2007, na origem) NÃO TERMINATIVO**

“Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região/PE, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Jorge Tadeu Flaquer Scattazzini.”

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Relatoria: Senador JARBAS VASCONCELOS.

Parecer: Votação Secreta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Doutor NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO para compor o Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, com vinte e um (21) votos favoráveis.

#### ITEM 3

##### **MENSAGEM (SF) N° 71, DE 2007 - (Mensagem nº 274, de 2007, na origem) NÃO TERMINATIVO**

“Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Doutora MARIA DE ASSIS CALSING, Juiza do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, DF, para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Ronaldo José Lopes Leal.”

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Relatoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.

Parecer: Votação Secreta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Doutora MARIA DE ASSIS CALSING para compor o Tribunal Superior do Trabalho, com vinte (20) votos favoráveis e um (1) voto contrário.

#### ITEM 4

##### **MENSAGEM (SF) N° 72, DE 2007 - (Mensagem nº 273, de 2007, na origem) NÃO TERMINATIVO**

“Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Doutora DORA MARIA DA COSTA, Juiza do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, GO, para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro José Luciano de Castilho Pereira.”

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Relatoria: Senador MARCONI PERILLO.

Parecer: Votação Secreta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Doutora DORA MARIA DA COSTA para compor o Tribunal Superior do Trabalho, com vinte (20) votos favoráveis e um (1) voto contrário.

## REUNIÃO REALIZADA EM 16/05/2007 - ORDINÁRIA

### ITEM 01

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 60, DE 2005

"Altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade da aplicação de recursos na área de segurança pública".

Autoria: Senador RENAN CALHEIROS e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Pela aprovação da PEC nº 60, de 2005, e da Emenda nº 1, do Senador Aloizio Mercadante, oferecida à PEC nº 60, de 2005; e pela rejeição da PEC nº 22, de 2001, e ainda pela retirada da Emenda nº 1, do Senador Demóstenes Torres, oferecida à PEC nº 22, de 2001.

Obs: - Em 18/11/2004, foi oferecida a Emenda nº 1 à PEC nº 22, de 2001, de autoria do Senador Demóstenes Torres;

- Em 17/05/2006, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais, tendo o Senador Aloizio Mercadante oferecido a Emenda nº 1 à PEC nº 60, de 2005;

- Em 15/05/2007, foi recebido o relatório do Senador Demóstenes Torres com voto pela aprovação da PEC nº 60, de 2005, e da Emenda nº 1, do Senador Aloizio Mercadante, oferecida à PEC nº 60, de 2005; e pela rejeição da PEC nº 22, de 2001, e ainda pela retirada da Emenda nº 1, de sua autoria, oferecida à PEC nº 22, de 2001.

### TRAMITA EM CONJUNTO COM A

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 22, DE 2001

"Dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública".

Autoria: Senador ROMEU TUMA e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Pela aprovação da PEC nº 60, de 2005 e pela rejeição da PEC nº 22, de 2001.

Obs: - Em 18/11/2004, foi oferecida a Emenda nº 1 à PEC nº 22, de 2001, de autoria do Senador Demóstenes Torres;

- Em 17/05/2006, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais, tendo o Senador Aloizio Mercadante oferecido a Emenda nº 1 à PEC nº 60, de 2005;

- Em 15/05/2007, foi recebido o relatório do Senador Demóstenes Torres com voto pela aprovação da PEC nº 60, de 2005, e da Emenda nº 1, do Senador Aloizio Mercadante, oferecida à PEC nº 60, de 2005; e pela rejeição da PEC nº 22, de 2001, e ainda pela retirada da Emenda nº 1, de sua autoria, oferecida à PEC nº 22, de 2001.

- Em 16/05/2007, durante a discussão da matéria, o Relator acolhe a sugestão do Senador Aloizio Mercadante para acrescentar o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Nacional Penitenciário ao inciso I, do § 1º, do art. 95 do ADCT, de que trata o art. 6º da PEC nº 60/2005.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à PEC nº 60, de 2005, com as Emendas 1-CCJ a 3-CCJ, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1, do Senador Aloizio Mercadante, e contrário à PEC nº 22, de 2001.

**ITEM 02****PROJETO DE LEI DO SENADO N° 159, DE 2007  
TERMINATIVO**

“Acréscimenta dispositivo à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para conferir prioridade de tramitação a processos de indenização em que se discutam danos ao cidadão, nas condições em que especifica.”

**Autoria:** Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES.

**Relatoria:** Senador EDISON LÓBÃO.

**Parecer:** Pela aprovação do Projeto.

**Resultado:** Aprovado o Projeto.

**ITEM 03****REQUERIMENTO (SF) N° 226, DE 2007  
NÃO TERMINATIVO**

“Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações relacionadas com a venda havida nas ações ordinárias, com direito a voto, do Grupo Ipiranga no dia 16 de março de 2007, na véspera da sua venda às empresas Braskem, Petrobras e Ultra”.

**Autoria:** Senador VALTER PEREIRA.

**Relatoria:** Senador ROMEU TUMA.

**Parecer:** Pela aprovação do Requerimento.

**Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento.

**ITEM 04****REQUERIMENTO (SF) N° 255, DE 2007  
NÃO TERMINATIVO**

“Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre os indícios de irregularidades na negociação de ações da empresas do grupo Ipitanga”.

**Autoria:** Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

**Relatoria:** Senador ROMEU TUMA.

**Parecer:** Pela aprovação do Requerimento.

**Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento.

**ITEM 05****REQUERIMENTO (SF) N° 365, DE 2007  
NÃO TERMINATIVO**

“Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda, da situação do Banco Popular, ligado ao Banco do Brasil, a partir do inicio de suas atividades até o ano de 2006”.

**Autoria:** Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

**Relatoria:** Senador PEDRO SIMON.

**Parecer:** Pelo encaminhamento do Requerimento à decisão da Mesa Diretora.

**Resultado:** Aprovado o Parecer pelo encaminhamento do Requerimento à decisão da Mesa Diretora.

**ITEM 06 - REQUERIMENTO N° - CCJ, DE 2007**

"Requero, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para instrução da PEC nº 21, de 2006, que trata da reestruturação dos Órgãos de Segurança Pública, com a presença de representantes das seguintes entidades:

Associação Nacional dos Oficiais das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares

Associação Nacional dos Cabos e Praças das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares

Associação Nacional dos Delegados de Polícia Civil

Associação Nacional dos Agentes de Polícia Civil".

Autoria: Senador TASSO JEREISSATI.

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 23/05/2007 - ORDINÁRIA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) N° 81, DE 2007 - (Mensagem nº 316, de 2007, na origem)  
NÃO TERMINATIVO**

"Submete à apreciação do Senado Federal o nome do General-de-Exército RENALDO QUINTAS MAGIOLI, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do General-de-Exército Max Hoertel, prevista para o dia 4 de junho de 2007."

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Relatoria: Senador EDISON LOBÃO.

Parecer: Votação Secreta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do General-de-Exército RENALDO QUINTAS MAGIOLI, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, por unanimidade, com vinte (20) votos favoráveis.

**ITEM 2****MENSAGEM (SF) N° 82, DE 2007 - (Mensagem nº 317, de 2007, na origem)  
NÃO TERMINATIVO**

"Submete à apreciação do Senado Federal o nome do General-de-Exército FRANCISCO JOSÉ DA SILVA FERNANDES, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do General-de-Exército Valdenir Guilherme de Figueiredo, prevista para o dia 26 de junho de 2007."

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Relatoria: Senador ROMÉU TUMA.

Parecer: Votação Secreta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do General-de-Exército FRANCISCO JOSÉ DA SILVA FERNANDES, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, por unanimidade, com vinte (20) votos favoráveis.

**ITEM 3****MENSAGEM (SF) N° 75, DE 2007 - (Mensagem nº 275, de 2007, na origem)  
NÃO TERMINATIVO**

"Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDUARDO FLORES VIEIRA para ser reconduzido ao cargo de Defensor Público-Geral da União do Ministério da Justiça."

**Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.**

**Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.**

**Parecer: Votação Secreta.**

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor EDUARDO FLORES VIEIRA, para ser reconduzido ao cargo de Defensor Público-Geral da União do Ministério da Justiça, com dezesseis (16) votos favoráveis, um (1) voto contrário e um (1) abstenção.**

## 2º PARTE

### ITEM 1

#### PROJETO DE LEI DO SENADO N° 53, DE 2007

##### TERMINATIVO

“Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, do 7 de dezembro de 1940 - Código Penal”.

**Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.**

**Relatoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.**

**Parecer: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta.**

**Obs:** - Em 16/05/2007, foi concedida vista à Senadora Serlys Silhessurenko, nos termos regimentais, que devolveu com quatro Emendas;

- Em 23/05/2007, foi oferecida a Emenda nº 5, de autoria da Senadora Serlys Silhessurenko;

- Em 23/05/2007, durante a discussão da matéria, a Senadora Lúcia Vânia oferece Parecer Favorável às Emendas de autoria da Senadora Serlys Silhessurenko;

**Resultado: Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 7-CCJ.**

## REUNIÃO REALIZADA EM 30/05/2007 - ORDINÁRIA

### ITEM 1

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 32, DE 2007 - (PL. nº 07709, de 2007, na Origem)

##### NÃO TERMINATIVO

“Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; e dá outras providências”.

**Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.**

**Relatoria: Senador JARBAS VASCONCELOS.**

**Parecer: Pela aprovação do Projeto, com seis Emendas que apresenta, e aprovação das Emendas nºs 14, 23, 26, 29, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39 e 40, e aprovação das Emendas nºs 10, 12, 16, 32 e 43, com as Subemendas que apresenta, e pela rejeição das demais Emendas.**

**Obs:** - Ao Projeto, foram oferecidas 69 (sessenta e nove) Emendas perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática no prazo único regimental;

- Em 23/05/2007, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais;

- Em 29/05/2007, foi recebido o Relatório Reformulado pelo Senador Jairinho Vasconcelos;
- A matéria tramita simultaneamente na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal e/o art. 375 do RJSF.

**Resultado: Aprovado o Parecer Favorável ao Projeto com Emendas.**

#### **ITEM 2**

#### **ADENDO AO PARECER-CCJ OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 5, DE 2007 - (PL. n° 05472, de 2005, na Origem) NÃO TERMINATIVO**

“Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, regulando o uso de películas de proteção contra raios solares, e dá outras providências”.

Autoria: Deputado CAPITÃO WAYNE.

Relatoria: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES.

Obs: Em 11/04/2007, a matéria foi deliberada na CCJ e reforma para adequações no Parecer.

**Resultado: Aprovado o Adendo ao Parecer da CCJ.**

#### **ITEM 3**

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 22, DE 2006**

“Altera o art. 103-B, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça”.

Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES e outros Senadores.

Relatoria: Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES.

Parecer: Pela aprovação da Proposta com a Emenda que apresenta.

**Resultado: Aprovado o Parecer Favorável à Proposta com a Emenda nº1-CCJ.**

#### **ITEM 4**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO N° 34, DE 2003 TERMINATIVO**

“Altera o artigo 12 da Lei nº 6368, de 21 de outubro de 1976, acrescentando-lhe causa de aumento da pena na hipótese de tráfico ilícito de entorpecentes no interior dos estabelecimentos de ensino ou em suas imediações”.

**Autoria:** Senador HÉLIO COSTA.

**Relatoria:** Senador TASSO JEREISSATI.

**Relatoria "ad hoc":** Senador FLEXA RIBEIRO.

**Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.

**Obs:** - Em 16/05/2007, foi concedida vista à Senadora Ideli Salvatti, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação escrita;

- Em 21/05/2007, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Tasso Jereissati.

**Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). A matéria será submetida a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

## ITEM 5

### PROJETO DE LEI DO SENADO N° 135, DE 2004

#### TERMINATIVO

"Altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer novos equipamentos ou componentes de uso obrigatório nos veículos".

**Autoria:** Senador EDUARDO AZEVEDO.

**Relatoria:** Senadora LÚCIA VÂNIA.

**Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo)

**Obs:** - Em 30/05/2007, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que recebe Parecer Favorável.

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

**Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE/CCJ (Substitutivo), com a Subemenda CCJ (correspondente à Emenda nº 1 do Senador Flexa Ribeiro). A matéria será submetida a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

### REUNIÃO REALIZADA EM 08/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA

#### ITEM 01

##### TERMINATIVO

###### PROJETO DE LEI DO SENADO N° 004, DE 2006

"ALTERA A LEI N° 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, COM VISTAS A GARANTIR ATENDIMENTO MÉDICO E ODONTOLOGICO AO EDUCANDO NO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO, ASSEGURAR A OFERTA REGULAR DA EDUCAÇÃO ESCOLAR, DISPOR SOBRE A AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR E DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, CRIAR MECANISMO DE ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO BÁSICA, E GARANTIR LICENÇA PERIÓDICA NOS PLANOS DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR PÚBLICA".

**AUTORIA:** SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

**RELATORIA:** SENADOR MÃO SANTA

**PARECER:** FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS OFERECIDAS

**OBS.1:** SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA AS EMENDAS

**OBS.2:** A MATÉRIA CONSTOU DA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 13/02/07

**OBS.3:** NA REUNIÃO DO DIA 06/03/07 FOI CONCEDIDA VISTA AO SENADOR AUGUSTO BOTELHO, QUE NÃO APRESENTOU MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO

**RESULTADO:** APROVADO

#### ITEM 02

##### NÃO TERMINATIVO

###### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 035, DE 2003

"ALTERA A LEI N° 9610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998, PARA INCLUIR, NA CATEGORIA DE INTÉPRETES OU EXECUTANTES, OS DUBLADORES".

**AUTORIA:** DEPUTADO BISPO WANDERVAL

**RELATORIA:** SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

#### ITEM 03

##### TERMINATIVO

###### PROJETO DE LEI DO SENADO N° 029, DE 2007

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR CAMPUS AVANÇADOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA NOS MUNICÍPIOS QUE ESPECIFICA".

**AUTORIA:** SENADOR ALGUSTO BOTELHO

**RELATORIA:** SENADOR ROMERO JUCÁ

**PARECER:** FAVORÁVEL

**OBS.:** A MATÉRIA CONSTOU DA PAUTA DAS REUNIÕES DOS DIAS 27/03/07 E 17/04/07

**RESULTADO:** APROVADO

## COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

**I) COMUNICADO 01:** Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de correspondência do Exm. Sr. Deputado Gastão Vieira, presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, referente ao Prêmio Darcy Ribeiro de Educação, instituído pela Resolução nº 30, de 1998, que premiará três pessoas e/ou entidades cujos trabalhos ou ações merecerem especial destaque na defesa e promoção da Educação no Brasil. Cabe ressaltar que o prazo para inscrição encerra-se no dia 30 de maio.

## EXTRA-PAUTA

### ITEM 01

#### NÃO TERMINATIVO

##### REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° 024, DE 2007-CE

REQUEIRO NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, QUE A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DO SENADO SOLICITE INFORMAÇÕES AO MINISTÉRIO DO ESPORTE ACERCA DOS ENTENDIMENTOS PARA A REGULAMENTAÇÃO DA LEI 11.438 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE ESTABELECE RENÚNCIA FISCAL PARA O APOIO DIRETO A PROJETOS DESPORTIVOS E PARADESPORTIVOS. A REFERIDA LEI ESTABELECE QUE A AVALIAÇÃO E A APROVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DOS PROJETOS APRESENTADOS CABERÃO A UMA COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, GARANTINDO-SE A PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS, DESIGNADOS PELO MINISTRO DO ESPORTE, E REPRESENTANTES DO SETOR DESPORTIVO, INDICADOS PELO CONSELHO NACIONAL DE ESPORTE, CUJA COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO SERÃO ESTIPULADOS E DEFINIDOS EM REGULAMENTO".

AUTORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

RESULTADO: APROVADO

### ITEM 02

#### NÃO TERMINATIVO

##### ADITAMENTO N° 001 AO REQUERIMENTO N° 023, DE 2007-CE

REQUEIRO NOS TERMOS REGIMENTAIS, ADITAMENTO AO REQUERIMENTO N° 023, DE 2007-CE, APROVADO NA SESSÃO DE 24 DE ABRIL P.P, QUE requer "... a realização de audiência pública, com vistas a tratar da atual situação da universidade estadual do rio grande do sul - UERGS, em data, local e convidados a serem definidos pela própria comissão". ONDE SE LÊ, 'AUDIÊNCIA PÚBLICA', LEIA-SE: 'SEMINÁRIO', EM VIRTUDE DA IMPOSSIBILIDADE REGIMENTAL DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA FORA DA SEDE DO CONGRESSO NACIONAL".

AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM

RESULTADO: APROVADO

**REUNIÃO REALIZADA EM 10/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA****CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS****1ª AUDIÊNCIA - REALIZADA**

**DEBATE: IDEIAS E PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO -PDE.** AUTORIA DO REQUERIMENTO: COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE. CONVIDADOS: MANASSÉS CLAUDIO FONTELES, Ex-Presidente e Membro Efetivo do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB; VINCENT DEFOURNY, Representante da UNESCO no Brasil (e.i); JOÃO ROBERTO MOREIRA ALVES, Presidente da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional-ABT E JOSÉ ROBERTO CUVAC, Fórum Nacional de Livre Iniciativa na Educação.

**REUNIÃO REALIZADA EM 15/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA****ITEM 01  
TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO N° 103, DE 2007**

"ALTERA A LEI N° 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, E A LEI N° 9.998, DE 17 DE AGOSTO DE 2000, PARA DISPOR SOBRE O ACESSO A REDES DIGITAIS DE INFORMAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO".

**AUTORIA: SENADOR ALOIZIO MERCADANTE**

**RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO**

**PARECER: FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS OFERECIDAS**

**OBS.: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA AS EMENDAS**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 02  
TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO N° 031, DE 2007**

"ACRESCENTA ARTIGO NA LEI N° 9.394, DE 1996, PARA DETERMINAR QUE AS MUDANÇAS DE LOTAÇÃO E REMANEJAMENTOS DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO SEJAM EFETIVADAS ANTES DO INÍCIO DO ANO LETIVO".

**AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE**

**RELATORIA: SENADOR MÁO SANTA**

**PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA**

**OBS.: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA A EMENDA**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 03**  
**TERMINATIVO**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 001, DE 2007**

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE ERECHIM, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.  
AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM  
RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI  
PARECER: FAVORÁVEL  
RESULTADO: APROVADO

**ITEM 04**  
**TERMINATIVO**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 021, DE 2007**

“DENOMINA ‘RODOVIA RAMEZ TEBET’ O TRECHO DA RODOVIA BR - 158 SITUADO ENTRE AS CIDADES DE TRÊS LAGOAS E DE CASSIANDIA, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”.  
AUTORIA: SENADOR VALTER PEREIRA  
RELATORIA: SENADORA MARISA SERRANO  
PARECER: FAVORÁVEL  
RESULTADO: APROVADO

**ITEM 05**  
**TERMINATIVO**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 215, DE 2006**

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (UESPA), COM SEDE NO MUNICÍPIO DE MARABÁ, POR DESMEMBRAMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)”.  
AUTORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO  
RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO  
PARECER: FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS OFERECIDAS  
OBS.: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA AS EMENDAS  
RESULTADO: APROVADO

**REUNIÃO REALIZADA EM 16/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM ÚNICO**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

- ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO N° 065 DE 2005, QUE “ALTERA OS ARTS. 44 E 51 DA LEI N° 9.394, DE 1996, PARA DISCIPLINAR O INGRESSO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR, EXTINGUINDO OS PROCESSOS SELETIVOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO” E O PROJETO DE LEI DO SENADO 116 DE 2006, QUE “Acréscem parágrafo único ao art. 51 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir programas de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades públicas”. AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES AUGUSTO BOTELHO, FLEXA RIBEIRO E CRISTOVAM BUARQUE, COM APOIOAMENTO DO SENADOR STRÁ MACILLO. RELATORIA DOS PLS N° 065/05 e 116/06: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR. AUTORIA DO

PLS N° 065/05: SENADOR SIBÁ MACHADO. AUTORIA DO PLS N° 116/06: SENADOR CRISTOVAM BIJARQUE. CONVIDADOS: GUSTAVO LEMOS PETTA, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE; REGINA VINHAES GRACINDO, Conselheira do Conselho Nacional de Educação – CNE; ERASTO FORTES DE MENDONÇA, Professor da Universidade de Brasília – UNB E PROFM. IGUATEMY MARTINS, Directora do Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior - SESu/MEC.

**RESULTADO: REALIZADA.**

### **REUNIÃO REALIZADA EM 22/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

#### **ITEM 01**

#### **TERMINATIVO**

##### **PROJETO DE LEI DO SENADO N° 064, DE 2007**

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO VALE DO TAQUARI, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”. AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

OBS.: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA A EMENDA

**RESULTADO: APROVADO**

#### **ITEM 02**

#### **TERMINATIVO**

##### **PROJETO DE LEI DO SENADO N° 040, DE 2007**

“DENOMINA ‘ANEL RODOVIÁRIO CELSO MELLO AZEVEDO’ O TRECHO DAS RODOVIAS BR-040 E BR-381 CORRESPONDENTE AO ANEL RODOVIÁRIO DE BELO HORIZONTE, NO ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

#### **ITEM 03**

#### **NÃO TERMINATIVO**

##### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 040, DE 2005**

“ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO VI DO ART. 3º DA LEI N° 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. (ACRESCENTA AO PRINCÍPIO DA GRATUIDADE DO ENSINO PÚBLICO A VEDAÇÃO DA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO E TAXAS DE QUALQUER NATUREZA)”. AUTORIA: DEPUTADO WILSON SANTOS

RELATORIA: SENADOR CÍCERO LUCENA

PARECER: PELA REJEIÇÃO

OBS.: NA REUNIÃO DO DIA 13/09/05 FOI CONCEDIDA VISTA AO SENADOR ROBERTO SATURNINO, QUE APRESENTOU UM

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO. A AUDIÊNCIA FOI REALIZADA NO DIA 19/04/06.

OBS.2: A MATERIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 15/05/07

**RESULTADO: PARECER REJEITADO**

#### **COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA**

1) COMUNICADO 01: LEMBRETE DA REALIZAÇÃO DA 2º AUDIÊNCIA DO CICLO, QUE DEBATERÁ IDÉIAS E PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – PDE, NA REUNIÃO DO DIA 24 DE MAIO, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO.

2) COMUNICADO 02: COMUNICO AOS SENHORES SENADORES O RECEBIMENTO DE CORRESPONDÊNCIA DO EXM. SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, CONVIDANDO PARA O "SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE METODOLOGIA DE ATENDIMENTO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM TELECENTROS", DESENVOLVIDO PELA ACESSIBILIDADE BRASIL, A SER REALIZADO NOS DIAS 23 E 24 DE MAIO DE 2007, DAS 9H30 ÀS 18H00, NO AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA. CARA RESSALTAR QUE TODA A PROGRAMAÇÃO DESTE SEMINÁRIO ENCONTRA-SE NO SEGUINTE ENDEREÇO: [WWW.ACESSOBRASIL.ORG.BR](http://WWW.ACESSOBRASIL.ORG.BR).

#### **REUNIÃO REALIZADA EM 24/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

##### **CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

**DEBATE: IDÉIAS E PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – PDE.**

**AUTORIA DO REQUERIMENTO: COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.**

**CONVIDADOS:** ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI, Presidente da Associação Nacional do Dirigente das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; ROBERTO GERALDO DE PAIVA DORNAS, Presidente de Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN; PROF. CLÁUDIO MOURA E CASTRO, Especialista em Educação e Presidente do Conselho Consultivo das Faculdades "Pitágoras"; THIAGO FRANCO BATISTA DE OLIVEIRA, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UDES E ABIB SALIM CURY, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares - ANUP.

**RESULTADO: REALIZADA**

#### **REUNIÃO REALIZADA EM 29/05/2007 - CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

##### **ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**- ASSUNTO: A PIRATARIA NA INDÚSTRIA: ÁREAS DE CINEMA, VÍDEO E MÚSICA.** AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES MARISA SERRANO

E FLÁVIO ARNS. CONVIDADOS: Dra. LILIAN MOREIRA PINHO, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; PAULO ROSA JÚNIOR, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Discos – ABPD; MÁRCIO GONÇALVES, Diretor Regional Antipirataria da Motion Pictures Association – MPA; ANDRÉ BARCELLOS, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual do Ministério da Justiça; TÂNIA LIMA, Diretora Executiva da União Brasileira de Vídeo – UBV.

**RESULTADO: REALIZADA.**

## **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL - CE**

**REUNIÃO REALIZADA EM 29/05/2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

### **ITEM ÚNICO AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ASSUNTO: A PIRATARIA NA INDÚSTRIA: ÁREAS DE CINEMA, VÍDEO E MÚSICA. AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES MARISA SERRANO E FLÁVIO ARNS. CONVIDADOS: Dra. LILIAN MOREIRA PINHO, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; PAULO ROSA JÚNIOR, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Discos – ABPD; MÁRCIO GONÇALVES, Diretor Regional Antipirataria da Motion Pictures Association – MPA; ANDRÉ BARCELLOS, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual do Ministério da Justiça; TÂNIA LIMA, Diretora Executiva da União Brasileira de Vídeo – UBV.

**RESULTADO: REALIZADA.**

## **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 15/05/2007 – ORDINÁRIA**

### **ITEM 1 REQUERIMENTO N° 19, DE 2007-CMA**

#### **NÃO TERMINATIVO**

Requer audiência pública perante esta Comissão, para discutir a questão do Aquecimento Global, convidando o Sr. Al Gore, ex-Vice Presidente dos Estados Unidos da América.

**Autoria:** Senadora SERYS SLHESSARENKO

**Resultado:** Aprovado o requerimento para reunião conjunta com a Subcomissão permanente de acompanhamento do regime internacional sobre mudanças climáticas (CRE) e a Comissão Mista Especial "Mudanças Climáticas no Brasil".

**ITEM 2**

**REQUERIMENTO (SI) N° 616, DE 2001  
NÃO TERMINATIVO**

Requer ao Tribunal de Contas da União elaboração de auditoria ou inspeção de natureza contábil, em contrato realizado entre a Petrobrás S. A. e a Companhia Marítima; a atuação da Brasoil como intermediadora entre a Petrobrás e a Marítima; e a função da "The Law Debenture Trust Corporation (Cayman) Limited" no referido contrato.

**Autoria:** Senador GERALDO CÂNDIDO

**Relator:** Senador WELLINGTON SALGADO

**Parecer:** Pela conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

**Resultado:** Aprovado

**ITEM 3**

**REQUERIMENTO N° 18, DE 2007-CMA  
NÃO TERMINATIVO**

Solicita seja convidado o Sr. Tasso Rezende de Azevedo, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro, órgão da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, a comparecer a esta Comissão.

**Autoria:** Senador RENATO CASAGRANDE e FÁTIMA CLEIDE

**Resultado:** Aprovado

**ITEM 4**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 17, DE 2007  
NÃO TERMINATIVO**

Institui o Programa Carbono Zéro para neutralizar as emissões de carbono geradas pelo Senado Federal.

**Autoria:** Senadora SERYS SLHESSARENKO

**Relator "ad hoc":** Senador RAJMUNDO COLOMBO

**Parecer:** Pela aprovação do projeto

**Resultado:** Aprovado

**ITEM 5**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 29, DE 2003  
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a política pesqueira nacional, regula a atividade pesqueira e dá outras providências.

**Autoria:** Deputado KOYU IHA

**Relatora:** Senadora FÁTIMA CLEIDE

**Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta

**Resultado:** Aprovado

**ITEM 6**  
**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 76, DE 2006**  
**NÃO TERMINATIVO**

Altera os limites originais do Parque Nacional de Jericoacoara, situado nos Municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz, no Estado do Ceará; revoga o Decreto nº 90.379, de 29 de outubro de 1984, e o Decreto s/nº de 4 de fevereiro de 2002 e dá outras providências.

**Autoria:** Presidência da República

**Relator "ad hoc":** Senador SIBÁ MACHADO

**Parecer:** Pela aprovação do projeto

**Resultado:** Aprovado

**ITEM 7**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 44, DE 2007**  
**NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para criar nova modalidade de pena restritiva de direitos.

**Autoria:** Senador VALTER PEREIRA

**Relator:** Senador RAIMUNDO COLOMBO

**Parecer:** Pela aprovação do projeto

**Resultado:** Aprovado

**Obs.:** Matéria terminativa na CCJ

**ITEM 8**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 174, DE 2006**  
**TERMINATIVO**

Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o artigo 150, § 5º, da Constituição Federal. (Informação sobre valor dos tributos na nota fiscal).

**Autoria:** Senador RENAN CALHEIROS e outros senhores senadores

**Relator:** Senador LEONARDO QUINTANILHA

**Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta

**Resultado:** Aprovado

**Obs.:** Matéria vai a turno suplementar

**ITEM 9**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 176, DE 2005**  
**TERMINATIVO**

Dispõe acerca da veiculação de advertências sobre consumo e escassez de água nas hipóteses que discriminam.

**Autoria:** Senador MARCELO CRIVELLA

**Relator:** Senador LEONARDO QUINTANILHA

**Parecer:** Pela aprovação do projeto nos termos da emenda nº 01-CE (substitutivo), aprovado na Comissão de Educação, com as subemendas nºs 1 e 2 que apresenta.

**Resultado:** Aprovado.

**Obs.:** Matéria vai a turno suplementar

**ITEM 10**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 314, DE 2006**  
**TERMINATIVO**

Inclui dispositivo no Código de Defesa do Consumidor, para determinar que conste, nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao consumidor, o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço.

**Autoria:** Senador GERSON CAMATA

**Relator:** Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR

**Parecer:** Pela aprovação do projeto

**Resultado:** Aprovado

**ITEM 11**  
**REQUERIMENTO N° 17, 2007-CMA**

Nos termos regimentais, requeiro seja realizada nesta Comissão audiência pública para tratar sobre as obras do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e os impasses em relação à licença ambiental para a construção da referida obra, com os seguintes convidados:

Ivo Cassol, Governador do Estado de Rondônia;

Neodi Carlos, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia;

Roberto Sobrinho, Prefeito do Município de Porto Velho;

Abdicol Ramos Figueiredo, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia;

Bazileu Alves Margarido Neto, Presidente, interino, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA e

Euzébio André Guareschi, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia.

**Autor:** Senador EXPEDITO JÚNIOR

**Resultado:** Aprovado com aditamento da Senadora FÁTIMA CLÉIDE para que seja convidado um representante do Ministério Público Federal.

**ITEM 12**  
**REQUERIMENTO N° 20, 2007-CMA**

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência pública perante esta Comissão, para discutir os Instrumentos de Combate ao Aquocíncio Global, com os seguintes convidados:

Antônio Sérgio Riede, Gerente Executivo de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil;

Izabela Campos Alcântara, Diretora de Relações com Funcionários e Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil;

Márcio Antônio da Silveira, Professor da Universidade Federal de Tocantins e Representante do Programa Batata-Doce: Bioenergia na Agricultura Familiar;

Adriana Felipela, Coordenadora do Programa NovaGeral de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro;

**Autora:** Senadora SERYS SLHESSARENKO

**Resultado:** Aprovado

**EXTRA-FAUTA****REQUERIMENTO N° 21, DE 2007-CMA**

Requer, nos termos regimentais, que seja determinada a esta Comissão a remessa da cópia dos autos das Propostas de Fiscalização e Controle nºs 02 e 03, de 2005, com seus respectivos documentos anexos, ao Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União, para que sejam tomadas as providências cabíveis à espécie.

**Autor:** Senador LEONMAR QUINTANILLA

**Resultado:** Aprovado

**REUNIÃO REALIZADA EM 22/05/2007 - ORDINÁRIA****ITEM 01****SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 174, DE 2006  
TURNO SUPLEMENTAR**

Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o artigo 150, § 5º, da Constituição Federal. (Informação sobre valor dos tributos na nota fiscal).

**Autoria do Substitutivo:** Senador LEONMAR QUINTANILLA

**Autoria do PLS 174/06:** Senador RENAN CALHEIROS e outros senhores senadores  
**Parecer:** Favorável, na forma do substitutivo oferecida

**Obs 1:** Não sendo oferecidas emendas ao projeto até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

**Obs. 2:** O parecer ao PLS 174/06, de autoria do Senador Leonmar Quintanilha, favorável ao projeto, na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 15.05.2007.

**Resultado:** Não foram apresentadas emendas. Matéria definitivamente adotada.

**ITEM 02****SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 176, DE 2005  
TURNO SUPLEMENTAR**

Dispõe acerca da veiculação de advertência sobre consumo e escassez de água nas hipóteses que discriminava.

**Autoria do Substitutivo:** Senador LEONMAR QUINTANILLA

**Autoria do PLS 176/05:** Senador MARCELO CRIVELLA

**Parecer:** Favorável, na forma do substitutivo oferecido com 2 subemendas

**Obs. 1:** Não sendo oferecidas emendas ao projeto até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

**Obs. 2:** O parecer ao PLS 176/05, de autoria do Senador Leonmar Quintanilha, favorável ao projeto, na forma do substitutivo oferecido com 2 subemendas, foi aprovado na reunião do dia 15.05.2007.

**Resultado:** Não foram apresentadas emendas. Matéria definitivamente adotada.

**ITEM 03****REQUERIMENTO N° 22, DE 2007 - CMA**

Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado convite a Ministro de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva, e ao

Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis IBAMA, Bazileu Alves Margarido Neto, para comparecerem perante esta dota Comissão, com o propósito de debater sobre os procedimentos adotados para a concessão de licença prévia ambiental aos projetos constantes do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, o que tem promovido atrasos no cronograma de execução dessas obras, e poderá originar, entre outras ocorrências, o desabastecimento de energia elétrica.

**Autoria:** Senador CÉSAR BORGES e GERALDO MESQUITA

**Resultado:** Aprovado

#### ITEM 04

#### ADITAMENTO AO REQUERIMENTO N° 17, DE 2007 - CMA

Em aditamento ao requerimento nº 17, de 2007-CMA, que requereu a realização pela CMA de audiência pública para tratar sobre as obras do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e os imposseis em relação à licença ambiental para a construção da referida obra, que seja acreditado, como convidados: João Paulo Capobianco, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Wesley Ferreira Lopes, do Movimento dos Atingidos por Barragens (AMB) de Rondônia e Ivaneide Bandeira Cardozo, da Associação de Defesa Etno ambiental da Universidade Federal da Bahia.

**Autoria:** Senador SÉBÁ MACIADO

**Resultado:** Aprovado

#### ITEM 05

#### AVISO S/Nº-CN - (AVISO 1.867-SGS-TCU/2005)

#### NÃO TERMINATIVO

Encaminha cópia do Acórdão nº 1.558, de 2005-TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, atinentes à Pedido de Reexame interposto contra determinação constante do anterior Acórdão 2.085/2004-Plenário, em processado de levantamento de auditoria realizado nas obras de construção da Barragem de Oiticica/RN – TC 006.238/2004-9.

**Autoria:** Tribunal de Contas da União

**Relator "ad hoc":** Senador AUGUSTO BOTELHO

**Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e pelo arquivamento nos termos do art. 133, inciso III, do Regimento Interno, encaminhando o processado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para que lá possa ser arquivado, em observância à pertinência temática e por conter registros essenciais do exercício da competência daquela Comissão.

**Resultado:** Aprovado

#### ITEM 06

#### PROJETO DE LEI DO SENADO N° 296, DE 2005

#### TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens de óleo comestível, advertência sobre a destinação correta do produto após o uso.

**Autoria:** Senador VALMIR AMARAL

**Relator:** Senador JONAS PINHEIRO

**Parecer:** Pela rejeição do projeto

**Resultado:** Aprovado

**REUNIÃO REALIZADA EM 24/05/2007 – CONJUNTA COM AS COMISSÕES  
DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DO SENADO FEDERAL,  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E  
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E PLANOS,  
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DO CONGRESSO  
NACIONAL.**

**ITEM ÚNICO:**

EXPOSIÇÃO DO EXMO. SR. HENRIQUE MEIRELLES, PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9º, § 5º, DA LEI COMPLEMENTAR N° 101/00 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL), DETERMINANDO QUE, "NO PRAZO DE 90 DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DE CADA SEMESTRE, O BANCO CENTRAL DO BRASIL APRESENTARÁ, EM REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES TÉMATICAS PERTINENTES DO CONGRESSO NACIONAL, AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CÂMBIAL, EVIDENCIANDO O IMPACTO E O CUSTO FISCAL DE SUAS OPERAÇÕES E OS RESULTADOS DEMONSTRADOS NOS BALANÇOS" – 2º SEMESTRE DE 2006.

**RESULTADO: REALIZADA.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 29/05/2007 - ORDINÁRIA**

**ITEM 01**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 22, DE 2007 - (PL 4.679, de 2001, na  
Origem)**

**NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo e seus derivados, adquiridos pelo poder público, estabelece regime tributário especial para a farinha de trigo misturada, e dá outras providências.

**Autoria: Deputado ALDO REBELO**

**Relator: Senador MARCONI PERILLO**

**Parecer: Pela aprovação do projeto**

**Resultado: Aprovado**

**Obs.: Materia vai à Comissão de Assuntos Econômicos**

**ITEM 02**

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 45, DE 1993**

**NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 6.435, de 1977, que dispõe sobre entidades fechadas de previdência privada, e dá outras providências.

**Autoria: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias e irregularidades cometidas em fundos de pensão de empresas estatais e na Petrobrás.**

**Relator: Senador FLÁVIO ARNS**

**Parecer: Pelo arquivamento da matéria**

**Resultado: Arquivado**

**ITEM 03****PROJETO DE LEI DO SENADO N° 143, DE 2006**  
**TERMINATIVO**

Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para excluir a aplicação desse Código quanto ao custo das operações ativas e à remuneração das operações passivas de instituições financeiras na intermediação de dinheiro.

**Autoria:** Senador **VALDIR RACINE**

**Relator:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR**

**Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta

**Resultado:** Aprovado

**Obs.:** Matéria vai a turno suplementar

**ITEM 04****PROJETO DE LEI DO SENADO N° 78, DE 2007**  
**TERMINATIVO**

Altera a redação do inciso II do § 3º do art. 6º da Lei nº 8.937, de 13 de fevereiro de 1995, para considerar como descontinuidade do serviço a interrupção do fornecimento de água, energia elétrica e telefonia.

**Autoria:** Senador **ÁLVARO DIAS**

**Relatora:** Senadora **MARISA SERRANO**

**Parecer:** Pela prejudicialidade do projeto

**Resultado:** Prejudicado

**ITEM 05****PROJETO DE LEI DO SENADO N° 395, DE 2005**  
**TERMINATIVO**

Altera os arts. 2º e 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), com as modificações posteriores, para dispor sobre áreas de preservação permanente e de reserva legal.

**Autoria:** Senador **ÁLVARO DIAS**

**Relator:** Senador **RENATO CASAGRANDE**

**Parecer:** Pela rejeição do projeto

**Resultado:** Rejeitado

**ITEM 06****PROJETO DE LEI DO SENADO N° 151, DE 2006**  
**TERMINATIVO**

Altera o caput do art. 36 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a mensagem publicitária conterá a expressão "informe publicitário".

**Autoria:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**

**Relator:** Senador **GARIBALDI ALVES**

**Parecer:** Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 2-CMA que oferece e rejeição da Emenda nº 1-CMA, apresentada pelo Senador ARTHUR VIRGÍLIO

**Resultado: Aprovado**

**Obs.:** Foi apresentada, pelo Senador ARTHUR VIRGÍLIO, dentro do prazo regimental, a Emenda nº 1-CMA

#### **EXTRA-PAUTA**

##### **REQUERIMENTO N° 23, DE 2007-CMA**

Requer, nos termos do art. 90, II e V, do Regimento Interno, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, destinada a discutir os termos do acordo entre o Banco do Brasil S/A e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), celebrado em 24 de dezembro de 1997, como forma de instruir Parecer à Proposta de Fiscalização e Controle nº 01, de 2005, com os seguintes convidados: Sérgio Rosa, Presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil; Lucas Furtado, Procurador-geral do Ministério Públco junto ao Tribunal de Contas da União; Rui Brito, economista, especialista em previdência social e Presidente do Conselho Deliberativo da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil; José de Oliveira Dantas, auditor aposentado do Banco do Brasil e Henrique Pizzolato, ex-membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil, ex-diretor da mesma instituição e ex-integrante do Conselho Deliberativo da Previ.

**Autor:** Senador HERÁCLITO FORTES

**Resultado: Aprovado**

#### **SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA A DISCUSSÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CMA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 08/05/2007**

##### **ITEM ÚNICO**

##### **REQUERIMENTO N° 01, DE 2007-CMAGR**

Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão temporária para a discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, com a finalidade de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotados pelos entes públicos e privados, com os seguintes convidados: Sérgio Antônio Gonçalves, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; Rudolf de Noronha, Diretor da Área de Resíduos Sólidos do Ministério do Meio Ambiente; Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; José Aurelio Botelho, Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES e José Dantas de Lima, Coordenador Nacional do Comitê de Resíduos Sólidos; Elson Martins de Aguiar, Professor da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo - USP e André Teixeira de Vilena, Diretor Executivo do CEMPRE - Compromisso Empresarial para Reciclagem.

**Autoria:** Senador Cícero Lucena

**RESULTADO: APROVADO**

**REUNIÃO REALIZADA EM 17/05/2005****ITEM ÚNICO**

Audiência pública no âmbito da Subcomissão temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, com a finalidade de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotados pelos entes públicos e privados, com os seguintes convidados: Nadja Limeira Araújo, Gerente de Projetos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; Rudolf de Noronha, Diretor da Área de Resíduos Sólidos do Ministério do Meio Ambiente e Edson Martins de Aguiar, Professor da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo - USP. Obs.: De acordo com o Requerimento nº 01/2007-CMAGRS, de autoria do Senador CÍCERO LUCENA, aprovado em 08.05.2007. **RESULTADO: REALIZADA.**

**EXTRA-PAUTA****REQUERIMENTO N° 02, DE 2007-CMAGRS**

Requer, nos termos regimentais, o convite ao Sr. Diógenes Del Bel, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos - ABETRE e o Sr. José Aurélio Boranga - Presidente da Associação Brasileira Sanitária e Ambiental para participarem de audiência pública para tratar dos problemas ambientais e sociais decorrentes dos resíduos sólidos. Autores: Senadores Augusto Botelho e Cícero Lucena. **Resultado: Aprovado**

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH.****REUNIÃO REALIZADA EM 03/05/2007 – CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA (CAS)****ITEM ÚNICO:****AUDIÊNCIA PÚBLICA****RQS. N°06, DE 2007 – CAS E RQS N°16, DE 2007 – CDH**

Assunto: Demissões Arbitrárias Ocorridas contra Dirigentes Sindicais e Membros da CPIA.

Autoria do Requerimento: Senador PAULO PAIM

Participantes:

Dr. LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS NETO – Secretário de Relações do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego;

Dr. RICARDO JOSÉ MACEDO DE BRITO PEREIRA – Procurador Regional do Trabalho, representando a Dra. SANDRA LIA SIMON -- Procuradora Geral do Ministério Público do Trabalho;

Sr. MOACYR ROBERTO TESCH AUTERSVALD – Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores;

Sr. CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA – Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores – CUT;

Sr. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO – Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB);

Prof. PAULO ALBUQUERQUE – Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

Sr. DARCI PIRES ROCHA – Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação – RS.

**RESULTADO: REALIZADA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 03/05/2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**ITEM ÚNICO  
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Nos termos do Requerimento nº. 17, de 2007 - CDH, com vistas a tratar do tema da emenda nº. 3, constante do Projeto de Lei nº. 6272, de 2005, que cria a Receita Federal do Brasil, votada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Autores: Senador Paulo Paim e Senadora Ideli Salvatti.

**CONVIDADOS:**

- Presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT - Antônio Carlos dos Reis (Salim);
- Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB - Antônio Fernandes dos Santos Neto;
- Presidente da Nova Central – José Calixto Ramos;
- Presidente da Central Autônoma de Trabalhadores – CAT - Laerte Teixeira da Costa;
- Presidente da Força Sindical – Paulo Pereira da Silva, representado pela Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos da Força Sindical - Mônica P. Oliveira Lourenço Veloso;
- Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT - Artur Henrique da Silva Santos;
- Presidente da Social Democracia Sindical – SDS - Eraldo Simeões de Mora (Alemão);
- Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores - José Carlos Tenet Shulte, representado por Luiz Seufiteli Dutra;
- Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA - José Nilson Pandelot, representado pelo Vice-Presidente da ANAMATRA, Juiz Cláudio José Montesso;
- Advogado Tributarista - Dr. Ivo Gandra Da Silva Martins;
- Advogado Trabalhista - Dr. Roberto De Figueiredo Caldas;
- Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT - Sebastião Vieira Ceixeta.

**RESULTADO: REALIZADA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 10/05/2007 – EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM N°. 01**

**APRECIAÇÃO EM TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO N°169, DE 2005**

Ementa: "Altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências".

**Autoria:** Senador PAULO PAIM.

**Relatoria:** Senador JOSÉ ALÉO PAES.

**Relatoria "Ad Hoc":** Senador FLÁVIO ARNS.

**Resultado:** NÃO TENDO SIDO APRESENTADAS EMENDAS NO TURNO SUPLEMENTAR O SUBSTITUTIVO É DADO COMO DEFENITIVAMENTE ADOTADO. (ART. 282 - RISF)

**ITEM N°. 02**

**REQUERIMENTO N° 22, DE 2007**

**Assunto:** Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de Seminário, em conjunto com a Comissão de Educação do Senado Federal e a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, com vistas a tratar da atual situação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, em data, local e convidados a serem definidos por esta Comissão. Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado.

**ITEM N°. 03**

**REQUERIMENTO N° 23, DE 2007**

**Assunto:** Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Educação, com vistas a discutir o ensino profissionalizante à luz do PLS nº 274/2003 e a PEC nº 24/2005, com reflexos nos programas do MEC nesta área. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas as seguintes autoridades relacionadas abaixo, dentre outras a serem definidas por esta Comissão: Wilson Wanderlei Vieira, Presidente da Federação Nacional dos Técnicos - FENTEC; Prof. Elicer Moreira Pacheca, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; Prof. Mariana Sartolla Barboza, Diretor Superintendente da Educação Profissional - SUEPRO; Prof. Laura Laganá, Diretora Superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza; Prof. Almério Melquiades de Araújo, Coordenador de Ensino Técnico do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e Marcos Tálio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia - CONFEA. Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado.

**ITEM N°. 04**

**REQUERIMENTO N° 24, DE 2007**

**Assunto:** Nos termos regimentais, REQUEIRO a indicação deste signatário na qualidade de Presidente desta Comissão para representá-la na Audiência Pública a realizar-se no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul - com vistas a tratar dos problemas enfrentados pela Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora - promovida pela Comissão de Serviço Público daquela Assembléia, no dia 10 de maio de 2007, com inicio às 14:30h e término às 18:30h. Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado.

**ITEM N°. 05****REQUERIMENTO N° 25, DE 2007**

Assunto: Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das QUESTÕES atinentes à diminuição da maioridade penal, com desdobramento nas causas do aumento da violência. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas entidades e pessoas compromissadas com a causa, a serem, oportunamente, encaminhadas à Secretaria desta Comissão. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**

**EXTRA-PAUTA****ITEM N°. 01****REQUERIMENTO 27, DE 2007 - CDH**

Ementa: requer nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 19/2007 -CDH, aprovado no dia 12 de abril, seja convidado a participar da audiência pública já designada para o próximo dia 17, o Subsecretário de Políticas para Comunidades Tradicionais, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Senhor CARLOS EDUARDO TRINDADE. Autor: Senador Ideli Salvatti. Resultado: **Aprovado**.

**ITEM N°. 02****REQUERIMENTO CDH N° 28, DE 2007**

Ementa: requer em editamento aos Requerimentos - CDH, nº 18 e nº 19, que também sejam convidados a participarem das audiências públicas as seguintes pessoas relacionadas em anexo. Autor: Senador Paulo Paim

Resultado: **Aprovado**

**REUNIÃO REALIZADA EM 15/05/2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA ATENDENDO AOS REQUERIMENTOS N° 20, DE 2007 – CAS E N° 17, DE 2007 – CDH** - Assunto: Dando continuidade sobre as questões atinentes à emenda nº 3, constante do Projeto de Lei nº 6272, de 2005 que cria a Receita Federal do Brasil, vetado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Autoria dos Requerimentos: Senador Paulo Paim e Senadora Ideli Salvatti. Convidados: Dr. Luiz Flávio Borges D'Urso – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Paulo; Dr. Edvaldo Pereira de Brito – Advogado Tributarista e Professor das Universidades Mackenzie e da Bahia; Dr. Sérgio Murilo Campinotto – Superintendência Jurídica da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Antônio de Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC); Clésio Andrade – Presidente da Confederação Nacional de Transportes (CNT); Daniel Pimentel – Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT); Nelson Sirotsky – Presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e Carlos José de Lima Castro – Presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Conzabeis e das Empresas em Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa (FENACOM). **RESULTADO: REALIZADA**.

## REUNIÃO REALIZADA EM 17/05/2007 – EXTRAORDINÁRIA (1ª REUNIÃO)

**ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA** - Nos termos do Requerimento CDH nº 18, de 2007 e editado pelo Requerimento CDH nº 28, de 2007. Tema: apresentação das políticas de combate ao racismo e preconceito. Autor: Senador Paulo Paim.

**CONVIDADOS:** Ministra Muiilde Ribeiro - Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Carlos Eduardo Trindade - Subsecretário de Políticas para Comunidades Tradicionais, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR; José Cristiano Martins Nunes - Superintendente do INCRA na Regional do Pará; Maria de Oliveira - Superintendente do INCRA na Regional de Pernambuco; Marcos Hélio Leoni Penna - Superintendente do INCRA na Regional de Minas Gerais; João Paulo Lujus Strapazzon - Superintendente do INCRA na Regional de Santa Catarina; Leonel Wohlfahrt - Superintendente do INCRA na Regional de Mato Grosso; Raimundo Monteiro dos Santos - Superintendente do INCRA na Regional do Maranhão; Mozar Artur Dietrich - Superintendente do INCRA na Regional do Rio Grande do Sul; Mário Lúcio Machado Melo Júnior - Superintendente do INCRA na Regional do Rio de Janeiro; José Geronimo Brumatti - Superintendente do INCRA na Regional do Espírito Santo; André Fumentel - Procurador Geral do Espírito Santo; Ana Júlia Hartmann - Procuradora Geral de Santa Catarina; Mário Lúcio Avelar - Procurador Geral do Mato Grosso; Eduardo Morato Fonseca - Procurador Geral de Minas Gerais; Daniel Sartori - Procurador Geral do Rio de Janeiro; Luiz Carlos Oliveira Júnior - Procurador Geral do Maranhão; Juliano Stella Karam - Procurador Geral do Rio Grande do Sul; Vanessa Gomes Previtera - Procuradora Geral de Pernambuco; Felipe Fritz - Procurador Geral de Santarém; Felício Pontes Jr. - Procurador Geral do Pará; Julio César Ferreira Pereira - Procurador Chefe do IBAMA; Sérgio Maurício Brito Gaudenzi - Presidente da Agência Espacial Brasileira; Carlos Roberto Bertelli - Assessor Técnico da Agência Espacial Brasileira; Luiz Alberto dos Santos - Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais Casa Civil; Adelmar de Miranda Torres - Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil; Hse Manager - RPM Mineradora; Luiz Fernando Villares e Silva - Procurador Geral da FUNAI; Luiz Fernando de Almeida - Presidente do Iphan; Cláudia Marina de Macedo Vazquez - Gerente de Registros do IPHAN; Ana Maria Oliveira - Procuradora-Geral da Fundação Cultural Palmares; Márcia Regina Sartori Damo - Secretaria de Programas Regionais Ministério da Integração Nacional; Alexandra Reschiko - Secretaria do Patrimônio da União- SPU; Orlando César da Costa Castro; Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf; Jonas Paulo - Diretor de Revitalização da Codevasf; Aderval Costa Filho - Assessor da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; José Ribamar Lobato Santana - Diretor Departamento de Políticas Sociais e Universalização do acesso a energia - Programa Luz para Todos do MME; Francisco Danilo Bastos Pente - Presidente da FUNASA; Inês da Silva Magalhães - Secretaria Nacional de Habilitação Ministério das Cidades; Heliana Kábia Tavares Campos - Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do MDS; Marcelo Cardona Rocha - Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Humberto Oliveira - Secretário Secretaria de Desenvolvimento Territorial- SDT MDA; Renata Leite - Assessora Especial do Ministro do MDA; Maria Auxiliadora

Lopes - Coordenadora de Quilombos Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional do MEC; Rolf Hackbart - Presidente INCRA; Elias de Paula Araújo - Diretor de Programas Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente do MMA; Helmut Schwarzer - Secretário de Políticas de Previdência Social - SPPS Ministério da Previdência Social; Zulá Araújo - Presidente da Fundação Cultural Palmares Ministério da Cultura; Jorge Luiz da Silva Nascimento - Coordenador-Geral de Fomento à Economia Solidária CGFES; Maria Bernadete Lopes da Silva - Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro - DPA Fundação Cultural Palmares; Ozair Ruan - Secretário Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do MDS; José Sérgio Nunes de Pinho - Coordenador do Programa de Organização Produtiva de Comunidades - PRODUDIR Ministério da Integração Nacional; Luiz Alberto dos Santos - Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais Casa Civil; Mauro Barbosa da Silva - Diretor-Geral do DNIT; Júlio César Ferreira Pereira - Procurador Chefe do DNIT; Ivair Augusto Alves dos Santos - Assessor Especial da Secretaria de Direitos Humanos - SEDH; Ricardo Henriques - Secretário Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD do MEC; Daniel Silva Balaban Presidente Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; Rui Leandro da Silva Santos - Coordenador da Coordenação Geral de Regularização de Territórios de Regularização de Territórios de Quilombolas do INCRA; Carlos Eduardo Gabas - Secretário - Executivo da Previdência Social; Camila da Costa Aguiar Agustini - Coordenadora Geral de Legislação Patrimonial - CGLEP; Márcio Augusto Freitas do Meira - Presidente da FUNAI; Marcelo França - Diretor de Unidades de Proteção Integral Instituto Chico Mendes; Boris Alexandre César - Coordenador Geral de Regularização Fundiária; Anael Aymoré Jacob - Coordenador de equipe Bioma-Amazônia Instituto Chico Mendes; Abílio do Nascimento - Ex-Servidor.

**RESULTADO: REALIZADA.**

#### **REUNIÃO REALIZADA EM 17/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA (2ª REUNIÃO)**

**ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA** - Nos termos do Requerimento CDH nº 19, de 2007 e aditado pelo Requerimento CDH nº 28, de 2007 - Tema: Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas do Brasil. Autora do Requerimento: Senadora Ideli Salvatti. CONVIDADOS: Ministra Matilde Ribeiro - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR; Carlos Eduardo Trindade - Subsecretário de Políticas para Comunidades Tradicionais, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR; José Cristiano Martins Nunes - Superintendente do INCRA na Regional do Pará; Maria de Oliveira - Superintendente do INCRA na Regional de Pernambuco; Marcos Helênia Leoni Pena - Superintendente do INCRA na Regional de Minas Gerais; João Paulo Lajus Strapazzon - Superintendente do INCRA na Regional de Santa Catarina; Leonel Wohlfahrt - Superintendente do INCRA na Regional de Mato Grosso; Raimundo Monteiro dos Santos - Superintendente do INCRA na Regional do Maranhão; Mozart Arthur Dieurich - Superintendente do INCRA na Regional do Rio Grande do Sul; Mário Lúcio Machado Melo Júnior - Superintendente do INCRA na Regional do Rio de Janeiro; José Cenário Brumatti - Superintendente do INCRA na Regional do Espírito Santo; André Pimentel - Procurador Geral do Espírito Santo; Anaúcia Hartmann - Procuradora Geral de Santa Catarina; Mário Lúcio Avelar - Procurador

Geral do Mato Grosso; Eduardo Merato Fonseca - Procurador Geral de Minas Gerais; Daniel Sarmento - Procurador Geral do Rio de Janeiro; Luiz Carlos Oliveira Júnior - Procurador Geral do Maranhão; Juliano Stella Karam - Procurador Geral do Rio Grande do Sul; Vanessa Gomes Previtella - Procuradora Geral de Pernambuco; Felipe Fritz - Procurador Geral de Santarém; Felício Pontes Jr - Procurador Geral do Pará; Júlio César Ferreira Pereira - Procurador Chefe do IBAMA; Sérgio Maurício Brito Gaudenzi - Presidente da Agência Espacial Brasileira; Carlos Roberto Bertel - Assessore Técnico da Agência Espacial Brasileira; Luiz Alberto dos Santos - Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais Casa Civil; Adelmar de Miranda Torres - Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil; Use Manager - RPM Mineradora; Luiz Fernando Villares e Silva - Procurador Geral da FUNAI; Luiz Fernando de Almeida - Presidente do Iphan; Cláudia Marina de Macedo Vasquez - Gerente de Registros do IPHAN; Ana Maria Oliveira - Procuradora-Geral da Fundação Cultural Palmares; Márcia Regina Sarteri Damo - Secretaria de Programas Regionais Ministério da Integração Nacional; Alexanulra Reschke - Secretaria do Patrimônio da União- SPU; Orlando Cézar da Costa Castro; Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Pará - Codevasf; Jonas Paulo - Diretor de Revitalização da Codevasf; Aderval Costa Filho - Assessor da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome; José Ribamar Lobato Santana - Diretor Departamento de Políticas Sociais e Universalização do acesso a energia - Programa Luz para Todos do MME; Francisco Danilo Bastos Forte - Presidente da FUNASA; Inês da Silva Magalhães - Secretária Nacional de Habitação Ministério das Cidades; Heliana Kátia Tavares Campos - Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do MDS; Marcelo Cardona Rocha - Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Humberto Oliveira - Secretário Secretaria de Desenvolvimento Territorial- SDT MDA; Renata Leite - Assessora Especial do Ministro do MDA; Maria Auxiliadora Lopes - Coordenadora de Quilombos Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional do MEC; Rolf Hackhart - Presidente INCRA; Elias de Paula Araújo - Diretor de Programas Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente do MMA; Helmut Schwarzer - Secretário de Políticas da Previdência Social - SPPS Ministério da Previdência Social; Zulá Araújo - Presidente da Fundação Cultural Palmares Ministério da Cultura; Jorge Luiz da Silva Nascimento - Coordenador-Geral de Fomento à Economia Solidária COFES; Maria Bernadete Lopes da Silva - Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro - DPA Fundação Cultural Palmares; Onair Ruan - Secretário Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAÑ) do MDS; José Sérgio Nunes de Pinho - Coordenador do Programa de Organização Produtiva de Comunidades - PRODUFZIR Ministério da Integração Nacional; Luiz Alberto dos Santos - Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais Casa Civil, Mauro Barbosa da Silva - Diretor-Geral do DNIT; Júlio César Ferreira Pereira - Procurador Chefe do DNIT; Ivair Augusto Alves dos Santos - Assessor Especial da Secretaria de Direitos Humanos - SEDH; Ricardo Henriques - Secretário Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD do MEC; Daniel Silva Bulhões Presidente Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; Rui Leandro da Silva Santos - Coordenador da Coordenação Geral de Regularização de Territórios de Regularização de Territórios de Quilombolas do INCRA; Carlos Eduardo Gabas - Secretário - Executivo da Previdência Social; Camila da Costa Aguiar Agustini -

Coordenadora Geral de Legislação Patrimonial – CGLEP; Márcio Augusto Freitas de Meira – Presidente da FUNAI, Marcelo França - Diretor de Unidades de Proteção Integral Instituto Chico Mendes; Boris Alexandre César - Coordenador Geral de Regularização Fundiária; Amael Aymoré Jacob - Coordenador da equipe Bioma-Amazônia Instituto Chico Mendes; Abdias do Nascimento - Ex-Senador. **RESULTADO: REALIZADA.**

### **REUNIÃO REALIZADA EM 23/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA** - Nos termos do Requerimento CDH nº. 21, de 2007, para instaurar Projeto de Lei da Câmara nº. 122, de 2006 que "Altera a Lei nº. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências". Autora: Senadora Fátima Cleide. CONVIDADOS PRESENTES: Dra. Lívia Nascimento Timóco – Procuradora da República, representando Dra. Ela Wiecko, Subprocuradora da República e Procuradora Federal dos Direitos da Cidadão do MPU; Jean Willys de Matos Santos – Professor Universitário; Dr. Paulo Fernando Melo da Costa - Advogado; Ivair Augusto dos Santos – Secretário Executivo de Conselho Nacional de Combate à Discriminação, representando Paulo de Tarso Vassucchi – Secretário de Direitos Humanos da Presidência da República; Dr. Paulo Leão - Presidente da Associação Católica de Juristas do Rio de Janeiro, representando o Padre José Emanuél Pinheiro, assessor para questões políticas da CNBB; Reverendo Guilhermino Cunha – Membro da Academia Evangélica de Letras do Brasil; Dr. Evandro Piza - Mestre em Direito Penal. **RESULTADO: REALIZADA**

### **REUNIÃO REALIZADA EM 24/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

#### **ITEM N°. 01 SUGESTÃO N° 9, DE 2007**

**Ementa:** Regulamenta a possibilidade de perda de bem móvel por abandono ou ausência de função social.

**Autoria:** Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul (CONDSESSUL).

**Relatoria:** Senador SÉRGIO ZAMBIAI.

**Parecer:** Pelo arquivamento da matéria.

**Resultado:** Aprovado o Parecer.

#### **ITEM N°. 02 SUGESTÃO N° 7, DE 2007**

**Ementa:** Cria requisito para o precatório.

**Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves.

**Relatoria Ad Hoc:** Senador César Borges

**Parecer:** Pelo arquivamento da matéria.

**Resultado:** Aprovado o Parecer.

**EXTRA PAUTA****ITEM N°. 01****REQUERIMENTO N° 30 - CDH, DE 2007**

Ementa: Requeiro, nos termos regimentais, a presença do Senhor Otávio Brito Lopes, Vice-Procurador Geral do Trabalho e responsável pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidade e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade), para instruir Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, que "Altera a Lei nº. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências".

Autoria: Senadores Eduardo Suplicy e Flávio Arns

Resultado: Aprovado

**ITEM N°. 02****REQUERIMENTO N° 31 - CDH, DE 2007**

Ementa: Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjuntamente com a Comissão de Assuntos Sociais, realizem Audiências Públicas para abordar projetos em tramitação no Senado que tratem de Políticas Públicas de atenção à saúde, como o PLS nº 219 de 2007, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a oferta de procedimentos terapêuticos e a dispensação de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de autoria do Senador Tião Viana e que está sendo relatado na CAS pelo Senador Paulo Paim. O fornecimento de medicações de alto custo e de dispensação continuada pelo SUS, que já está sendo acompanhado por esta Comissão, tem sido objeto de incontáveis ações judiciais, o que leva à necessidade de um amplo debate sobre o tema, no sentido de que seja garantida a Integralidade da Assistência à Saúde à população brasileira, como estabelece a Constituição Federal. Indico como convidados representantes do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, do Ministério Público, do Poder Judiciário, de Entidades de apoio a pessoas acometidas por doenças crônicas que recebem medicamentos do SUS, além de especialistas da área".

Autoria: Senadores Flávio Arns e César Borges

Resultado: Aprovado

**REUNIÃO REALIZADA EM 30/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - ASSUNTO: NOS TERMOS DO REQUERIMENTO CDH N°. 25 DE 2007, "COM VISTAS A TRATAR DAS QUESTÕES ATINENTES À DIMINUIÇÃO DA MAIORIDADE PENAL, COM DESDOBRAMENTO NAS CAUSAS DO AUMENTO DA VIOLENCIA". AUTORES: SENADOR PAULO PAIM, WILSON MATOS E LEOMAR QUINTANILHA. COM A PRESENÇA DE: MARIA DE LOURDES TRASSI TEIXEIRA - CONSELHEIRA CONSULTIVA E ESPECIALISTA NO TEMA. REPRESENTANDO CARLOS ANTÔNIO TILKIAN - COORDENADOR GERAL DO COMITÉ GESTOR DA FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; EDUARDO BEZERRA DA SILVA - ATOR DO FILME QUERÔ; NILDO FERREIRA DA SILVA - ATOR DO FILME QUERÔ; ZILDA ARNS - COORDENADORA NACIONAL DA PASTORAL DA CRIANÇA;**

PAULO DE TARSO VANNUCHI - MINISTRO DA SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS; JOSÉ GREGORI - PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS DE SÃO PAULO/SP; MÁRIO VOLPI - REPRESENTANTE DO FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF); TITO AMARAL - PROMOTOR DE JUSTIÇA; ELSON LOPES VIEITES - PAI DE JOÃO HÉLIO FERNANDES E ROSA CRISTINA FERNANDES - MÃE DE JOÃO HÉLIO FERNANDES. **RESULTADO: REALIZADA**

## **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - CDH**

**REUNIÃO REALIZADA EM 16/05/2007**

### **ITEM 01 - Organograma dos trabalhos da Subcomissão Permanente do Idoso**

**Resultado:** aprovada o organograma dos trabalhos da Subcomissão Permanente do Idoso com as seguintes sugestões: criação de uma página na Internet com informações sobre as leis existentes em favor dos idosos, as decisões das reuniões da Subcomissão, opinião dos Senhores Senadores e um e-mail da Subcomissão para receber mensagens; levantamento da legislação e dos projetos referente ao idoso no ordenamento jurídico brasileiro e propor e avaliar ações coletivas que possam apressar a efetivação da Lei 8.842, de 4 de Janeiro de 1994, que criou a política nacional do idoso, e do Estatuto do Idoso, Lei nº 10741, de 1 de outubro de 2003; publicar anualmente um livrete contendo uma síntese das audiências públicas realizadas na Subcomissão Permanente do Idoso com avaliação e recomendações para política estatal brasileira do idoso; as datas, horários, locais e lista de convidados das Audiências Públicas serão divulgados oportunamente, após a articulação com os demais membros da Subcomissão e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de se evitar a sobreposição de reuniões.

**ITEM 02 - Requerimento N° 01 de 2007 - CDH/IDO** - Assunto: requer a realização de um "ciclo de Audiências Públicas com especialistas de diversos ministérios com a finalidade de debater as políticas públicas existentes, ações e programas públicos de cada ministério, qual o orçamento para estas rubricas e como as entidades de atendimento aos idosos, bem como os Conselhos Municipais e Estaduais do Idoso têm acesso a esta política". Autor: Senador Flávio Arns. **Resultado: Aprovado.**

**ITEM 03 - Requerimento N° 02 de 2007 - CDH/IDO** - Assunto: requer a realização da "SEMANA DO IDOSO, na qual haverá a visita de grupos e Associações de Idosos ao Senado, atrações culturais e debates, conforme minuta de programação anexa (pendente de aprovação no Plenário do Senado Federal de requerimento de igual nº). Autor: Senador Leomar Quintanilha. **Resultado: Aprovado.**

**ITEM 04 - Requerimento N° 03 de 2007 - CDH/IDO** - Assunto: requer a realização de um "ciclo de Audiências Públicas a serem realizadas nos Estados, com os Senadores membros da Subcomissão do Idoso e dois Servidores da Secretaria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para secretariar a reunião, com objetivo de colher subsídios, colocar em discussão as questões do envelhecimento humano e a Política Nacional do Idoso, sua aplicação e os problemas locais envolvendo idosos. Para os debates deverão ser convidados lideranças locais

dos idosos, autoridades, entidades ligadas às questões dos idosos e profissionais liberais". Autor: Senador Leomar Quintanilha. **Resultado: Aprovado.**

### **REUNIÃO REALIZADA EM 31/05/2007 – CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA** - Assunto: Nos termos do Requerimento CDH nº. 14, de 2007, "Com vistas a tratar das melhorias nas condições de Vida, Trabalho, Salário, Segurança e Saúde dos Trabalhadores das Indústrias Produtivas de Álcool, enfocando a questão do acidente de trabalho".

Autor: Senador Paulo Paim. CONVIDADOS: Paulo Peixoto Albuquerque - Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) Coordenador da Pesquisa Sobre Doenças do Trabalhador; Ricardo Burg Ceccim - Professor Doutor na área de Educação em Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e Pesquisador do CNPq; Alfredo Gonçalves - Coordenador do Fórum Sindical de Saúde do Trabalhador do Rio Grande do Sul; Dario Theobaldo Werlang - Técnico de Segurança do Trabalho no Paraná; Manoel José dos Santos - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Artur Bueno de Camargo - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação (CNTA); Sidnei Silva de Oliveira - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação Cuitista (CONTAC); Antônio Ernesto Wenna de Salvo - Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sandra Lia Simon - Procuradora Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho; Reynold Stephanos - Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Rosa Maria Campos Jorge - Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINATT); João Vicente Silva Cayres - Presidente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconómicos (DIESE); Renígio Todeschini - Presidente da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO); Darci Pires da Rocha - Presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul (FTIARS) e Fabiano Pereira - Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **RESULTADO: REALIZADA**

### **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

#### **REUNIÃO REALIZADA EM 10/05/2007 - ORDINÁRIA**

**ITEM 01 - PROPOSTA DOS SENHORES SENADORES HIRACLITO FORTES E EDUARDO AZEREDO PARA DISCUTIR AS "ÚLTIMAS MEDIDAS TOMADAS PELO GOVERNO DA BOLÍVIA SOBRE A**

EXPLORAÇÃO DE GÁS NATURAL REALIZADA PELA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS - NAQUELE PAÍS". ESSE DEBATE JUSTIFICA-SE PELA REPERCUSSÃO DA MATÉRIA NA IMPRENSA NACIONAL E INTERNACIONAL E PELAS GRAVES CONSEQUÊNCIAS QUE TAIS MEDIDAS DO GOVERNO BOLIVIANO PODERÃO CAUSAR AOS INVESTIMENTOS DA PETROBRAS NAQUELE PAÍS E AO FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL AO BRASIL, COMO FONTE ENERGÉTICA NÃO POLUIDORA.

**RESULTADO: MATÉRIA DISCUTIDA**

**ITEM 02**

**NÃO TERMINATIVO**

**REQUERIMENTO N° 79, DE 2007**

REQUER, NOS TERMOS DO ART. 222, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A INSERÇÃO EM ATA, DE VOTO DE SOLIDARIEDADE AOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL, RENAN CALHEIROS, E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ARLINDO CIUNAGLIA, PELO TRATAMENTO DISPENSADO AO CONGRESSO NACIONAL PELO PRESIDENTE DA BOLÍVIA, EVO MORALES.

AUTORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO

RELATOR: SENADOR EDUARDO SUPlicy

PARECER: PELO ARQUIVAMENTO DA MATÉRIA COM AS JUSTIFICATIVAS FORMALMENTE EXARADAS PELO GOVERNO BOLIVIANO

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 03**

**NÃO TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 5, DE 2007**

APROVA O TEXTO DO ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA POLÔNIA, ASSINADO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, NO DIA 13 DE MARÇO DE 2000.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR PAULO DUQUE

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 04**

**NÃO TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 19, DE 2007**

APROVA O TEXTO DO TRATADO DE EXTRADICÃO, CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO CANADÁ, EM BRASÍLIA, EM 27 DE JANEIRO DE 1995.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR EDUARDO SUPlicy "AD HOC".

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 05**  
**NÃO TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 24, DE 2007**

APROVA O TEXTO DA CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE ASSISTÊNCIA MÚTUA EM MATERIA PENAL, ASSINADA EM NASSAU EM 23 DE MAIO DE 1992 E DE SEU PROTOCOLO FACULTATIVO, ASSINADO EM MANÁGUA EM 11 DE JUNHO DE 1993.

**AUTORIA:** COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CD)

**RELATORIA:** SENADOR PAULO DUQUE

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 06**  
**NÃO TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 25, DE 2007**

APROVA O TEXTO DO AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DOMINICANA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO MANEJO DA BACIA DO RIO YAQUE DO NORTE: PARQUES FLORESTAIS, ECOTURISMO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INVESTIGAÇÃO HIDROLÓGICA, CELEBRADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 2002, EM SÃO DOMINGOS.

**AUTORIA:** COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CD)

**RELATORIA:** SENADOR FLEXA RIBEIRO

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 07**  
**NÃO TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 28, DE 2007**

APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ARMÉNIA, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 7 DE MAIO DE 2002.

**AUTORIA:** COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CD)

**RELATORIA:** SENADOR PEDRO SIMON "AD HOC"

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 08  
NÃO TERMINATIVO –**

**EQUERIMENTO N° 14, DE 2007 - CRE**

REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA APRESENTADO VOTO DE SOLIDARIEDADE AOS MEMBROS DOS PARTIDOS DE OPOSIÇÃO DO ZIMBÁBUE – MOVIMENTO PARA A MUDANÇA DEMOCRÁTICA (MDC) E DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUENTE (ANC) – QUE ESTÃO SOFRENDO UM GRAVE CERCEAMENTO DE SUA LIBERDADE, MATERIALIZADO PELO TRATAMENTO DESUMANO QUE RECEBEM DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO DO GOVERNO.

AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

RESULTADO: APROVADO

**RESULTADO - EXTRAS - PAUTA**

**ITEM 01  
NÃO TERMINATIVO**

**REQUERIMENTO N° 29, DE 2007 – CRE**

REQUER, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E NO ART. 93, II, DO REGIMENTO INTERNO, SEJA CONVIDADA A SENHORA LEN ISHMAEL, DIRETORA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS DO CARIBE ORIENTAL (ORGANISATION OF EASTERN CARIBBEAN STATES), A COMPARÉCER A REUNIÃO DESTA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, PARA EXPOR SOBRE ESSA IMPORTANTE ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL, COM ÊNFASE NOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO DESENVOLVIDOS COM O BRASIL E NAS RELAÇÕES ESTRATÉGICAS COM NOSSO PAÍS.

AUTORIA: SENADOR HERÁCLITO FORTES

RESULTADO: APROVADO

**REUNIÃO REALIZADA EM 17/05/2007 - ORDINÁRIA**

**ITEM 01 - PROPOSTA DOS SENHORES SENADORES HERÁCLITO FORTES E EDUARDO AZEREDO - CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO DAS "ÚLTIMAS MEDIDAS TOMADAS PELO GOVERNO DA BOLÍVIA SOBRE A EXPLORAÇÃO DE GÁS NATURAL REALIZADA PELA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS - NAQUELE PAÍS". ESSE DEBATE JUSTIFICA-SE PELA REPERCUSSÃO DA MATERIA NA IMPRENSA NACIONAL E INTERNACIONAL E PELAS GRAVES CONSEQUÉNCIAS QUE TAIS MEDIDAS DO GOVERNO BOLIVIANO PODERÃO CAUSAR AOS INVESTIMENTOS DA PETROBRAS NAQUELE PAÍS E AO FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL AO BRASIL, COMO FONTE ENERGÉTICA NÃO POLLUTORA.**

RESULTADO: MATERIA DISCUSIDA.

**ITEM 02  
NÃO TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SE) N° 23, DE 2007**

APROVA OS TEXTOS DAS EMENDAS AOS ARTIGOS VI E XIV.A DO ESTATUTO DA AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA (AIEA), APROVADAS POR RESOLUÇÕES DA CONFERÊNCIA GERAL DA AIEA, EM 1º DE OUTUBRO DE 1999.

**AUTORIA:** COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CD)

**RELATORIA:** SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

#### **ITEM 03**

##### **NÃO TERMINATIVO**

##### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 26, DE 2007**

APROVA O TEXTO DA CONVENÇÃO PARA A REDUÇÃO DOS CASOS DE APATRIDIA, CELEBRADA EM 30 DE AGOSTO DE 1961.

**AUTORIA:** COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CD)

**RELATORIA:** SENADOR EDUARDO SUPLICY

**RELATOR:** SENADOR ROMEU TUMA "AD HOC"

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

#### **ITEM 04 -N**

##### **NÃO TERMINATIVO**

##### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 30, DE 2007**

APROVA O TEXTO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CUBA PARA COOPERAÇÃO TÉCNICA EM MATERIA DE SAÚDE ANIMAL E SANIDADE VEGETAL, CELEBRADO EM HAVANA, EM 26 DE SETEMBRO DE 2003.

**AUTORIA:** COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CD)

**RELATORIA:** SENADORA ROSALBA CIARLINI

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

#### **ITEM 05**

##### **NÃO TERMINATIVO**

##### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 31, DE 2007**

APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA E PROCEDIMENTOS NAS ÁREAS SANITÁRIA E FITOSSANITÁRIA, CELEBRADO EM MAPUTO, EM 5 DE NOVEMBRO DE 2003.

**AUTORIA:** COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CD)

**RELATORIA:** SENADOR MARCELO CRIVELLA

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 06  
NÃO TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SE) N° 33, DE 2007**

APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA ROMÉNIA SOBRE ISENÇÃO PARCIAL DE VISTOS, CELEBRADO EM BUCARESTE, EM 16 DE OUTUBRO DE 2004.

**AUTORIA:** COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CD)

**RELATORIA:** SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO

**RELATOR:** SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI "AD HOC"

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 07**

**NÃO TERMINATIVO**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 12, DE 2007**

CREA O GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-GUIANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**AUTORIA:** SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

**RELATORIA:** SENADOR AUGUSTO BOTELHO

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 08**

**NÃO TERMINATIVO**

**REQUERIMENTO N° 27, DE 2007 - CRE**

REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, COM O OBJETIVO DE ILUSTRAR AOS MEMBROS DA REFERIDA COMISSÃO SOBRE A GEOPOLÍTICA MUNDIAL, EM PALESTRA A SER PROFERIDA PELO GENERAL DE EXÉRCITO BENEDITO DE BARROS MOREIRA, INTITULADA "A NOVA GEOPOLÍTICA MUNDIAL E SEUS REFLEXOS PARA O BRASIL", COM DATA A SER ESTABELECIDA.

**AUTORIA:** SENADOR ROMEU TUMA

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 09**

**NÃO TERMINATIVO**

**REQUERIMENTO N° 28, DE 2007 - CRE**

REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, QUE SEJA CONVIDADO O MINISTRO EVANDRO DIDONET, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXPLANAR NESTA COMISSÃO SOBRE AS NEGOCIAÇÕES DO ACORDO ENTRE O MERCOSUL E A UNIÃO EUROPEIA.

**AUTORIA:** SENADOR MARCILIO CRIVELLA

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 10****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO N° 30, DE 2007 - CRE**

REQUER, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 90, INCISO V, E 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO, PARA ESCLARECER AS GRAVES INFORMAÇÕES EMANADAS PELO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO DO DIA 06 DE MAIO PRÓXIMO PASSADO, SEGUNDO O QUAL "A PRIVATIZAÇÃO DE SATÉLITES COMPROMETE A SEGURANÇA NACIONAL". Torna-se necessário discutir as áreas de atuação dos satélites BRASILSAT e a segurança nos serviços prestados pela BANDA X - usada para o tráfego de informações sigilosas e militares - após o processo de privatização ocorrido nesta estratégica área. Para tanto, indica-se como convidados os representantes dos seguintes órgãos: MINISTÉRIO DA DEFESA, MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, ANATEL e CADE.

**AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA**

**RESULTADO: APROVADO**

**EXTRA - PAUTA****ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO N° 32, DE 2007 - CRE**

REQUER NOS TERMOS DO ART. 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA CONVIDADA A DOUTORA ROSALIA ARTEAGA SERRANO, SECRETÁRIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA - OTCA, PARA DEBATER PERANTE ESTA COMISSÃO E A SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA ASSUNTOS REFERENTES AOS PROBLEMAS E SOLUÇÕES PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO AMAZÔNICA.

**AUTORIA: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI**

**RESULTADO: APROVADO**

**REUNIÃO REALIZADA EM 24/05/2007 - ORDINÁRIA****ITEM 01****PROPOSTA DOS SENHORES SENADORES HERÁCLITO FORTES E EDUARDO AZEREDO**

TERCEIRA SESSÃO DE DISCUSSÃO DAS "ÚLTIMAS MEDIDAS TOMADAS PELO GOVERNO DA BOLÍVIA SOBRE A EXPLORAÇÃO DE GÁS NATURAL REALIZADA PELA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS - NAQUELE PAÍS". ESSE DEBATE JUSTIFICA-SE PELA REPERCUSSÃO DA MATERIA NA IMPRENSA NACIONAL E INTERNACIONAL E PELAS GRAVES CONSEQUÊNCIAS QUE TAIS MEDIDAS DO GOVERNO BOLIVIANO PODERÃO CAUSAR AOS INVESTIMENTOS DA PETROBRAS NAQUELE PAÍS E AO FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL AO BRASIL, COMO FONTE ENERGÉTICA NÃO POLUÍDORA.

OBS: A MATERIA FOI DEBATIDA NAS REUNIÕES DOS DIAS 10/05/2007 E 17/05/2007.

**RESULTADO: MATERIA DISCUSIDA**

**ITEM 02****NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SE) N° 6, DE 2007**

APROVA O TEXTO DO ACORDO SOBRE REGULARIZAÇÃO MIGRATÓRIA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SURINAME, CELEBRADO EM PARAMARIBO, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2004.

**AUTORIA:** COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CD)

**RELATORIA:** SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

**RELATOR:** SENADOR AUGUSTO BOTELHO "AD HOC"

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 03****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO (SE) N° 378, DE 2007**

REQUER, NOS TERMOS DO ARTIGO 222 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA APRESENTADO VOTO DE CONGRATULAÇÕES AO PVO DO TIMOR LESTE, BEM COMO AO PRESIDENTE XANANA GUSMÃO E AO PRIMEIRO MINISTRO RAMOS HORTA.

**AUTORIA:** SENADOR RENATO CASAGRANDE

**RELATORIA:** SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

**RELATOR:** SENADOR EDUARDO AZEREDO "AD HOC"

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 04****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO N° 26, DE 2007 - CRE**

REQUER, NOS TERMOS DO INCISO II DO ARTIGO 93, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA PERANTE ESTA DOUTA COMISSÃO, A FIM DE OUVIR O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO LUIZ NUNES AMORIM, PARA DEBATER A APELAÇÃO APRESENTADA NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO - OMC, PELA UNIÃO EUROPEIA CONTRA O GOVERNO BRASILEIRO, PLEITEANDO A ABERTURA DO MERCADO BRASILEIRO À IMPORTAÇÃO DE CARCAÇAS DE PNEUS OU DE PNEUMÁTICOS REFORMADOS.

**AUTORIA:** SENADOR CÉSAR BORGES

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 05****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO N° 31, DE 2007 - CRE**

REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS E CONSTITUCIONAIS, QUE SEJA REALIZADA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR A VENDA, PELA PETROBRAS, DAS DUAS REFINARIAS QUE POSSUI NA BOLÍVIA PARA A ESTATAL BOLIVIANA YPFB POR US\$ 112 MILHÕES E A POSSÍVEL INFLUÊNCIA DO PRESIDENTE LULA NA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DA OPERAÇÃO. SOLICITA SEJAM CONVIDADAS AS SEGUINTE AUTORIDADES: MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, MINISTRO DE ESTADO DAS MINAS E ENERGIA, SILAS RONDEAU, PRESIDENTE DA PETROBRAS, JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO.

**AUTORIA:** SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (SUBSCRITO PELO SENADOR CÉSAR BORGES)

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 06**

**PARA CONHECIMENTO DOS MEMBROS DESSA COMISSÃO, DAS INFORMAÇÕES ENCAMINHADAS PELO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES REFERENTE AO REQUERIMENTO ABAIXO: REQUERIMENTO (SF) Nº 1.178, DE 2006 - (REQUERIMENTO Nº 38, DE 2006 - CRE)**

NOS TERMOS DO ART. 50, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O DISPOSTO NO ART. 216 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO SEJAM SOLICITADAS AO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, AS SEGUINTES INFORMAÇÕES QUANTO A CONVENÇÃO DO CONSELHO DA EUROPA SOBRE O CIBERCRIME, CELEBRADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2001 NA CIDADE DE BUDAPESTE, HUNGRIA:

- 1 - O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE O BRASIL SE TORNE UM DOS SIGNATÁRIOS DESTA CONVENÇÃO;
- 2 - QUAIS AS PROVIDÊNCIAS QUE JÁ FORAM TOMADAS PARA QUE ISTO OCORRA;
- 3 - QUAIS AS RAZÕES ALLEGADAS POR PARTE DO GOVERNO BRASILEIRO CASO NÃO TENHA SIDO TOMADA NENHUMA PROVIDÊNCIA;
- 4 - QUAIS SÃO OS OUTROS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NO ESTUDO DO ASSUNTO E DE COMO ESTÁ SENDO CONDUZIDA POR ELES ESTA MATÉRIA RELEVANTE.

**AUTORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO**

**RESULTADO: DADO CONHECIMENTO**

**RESULTADO - EXTRATO - PAUTA****ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 33, DE 2007 - CRE**

REQUER, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NO ART. 90, V, DO REGIMENTO INTERNO, SEJA CONVIDADO SUA EXCELENCIA O MINISTRO-CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL, GENERAL JORGE ARMANDO FELIX, A VIR A REUNIÃO DESTA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, PARA TRATAR A ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE INTELLIGÊNCIA EM VIRTUDE DOS RECENTES ACONTECIMENTOS DE INVASÃO E VANDALISMO CONTRA A USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ, NO PARÁ.

**AUTORIA: SENADOR HERÁCLITO FORTES**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 02****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 34, DE 2007 - CRE**

REQUER NOS TERMOS REGIMENTAIS QUE SEJA ENVIADO AO PRESIDENTE HUGO CHAVES DA REPÚBLICA FEDERAL DA VENEZUELA, APPELLO NO SENTIDO QUE SEJA MANEJADO EM FUNCIONAMENTO A REDE PRIVADA RCTV, CUJA LICENÇA NÃO ESTÁ SENDO RENOVADA.

**AUTORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO**

**RESULTADO: APROVADO**

**REUNIÃO REALIZADA EM 31/05/2007 - ORDINÁRIA****ITEM 01****PROPOSTA DOS SENHORES SENADORES HERÁCLITO FORTES E EDUARDO AZEREDO**

QUARTA SESSÃO DE DISCUSSÃO DAS "ÚLTIMAS MEDIDAS TOMADAS PELO GOVERNO DA BOLÍVIA SOBRE A EXPLORAÇÃO DE GÁS NATURAL, REALIZADA PELA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS - NAQUELE PAÍS". ESSA DEBATE JUSTIFICA-SE PELA REPERCUSSÃO DA MATERIA NA IMPRENSA NACIONAL E INTERNACIONAL E PELAS GRAVES CONSEQUÊNCIAS QUE TAIS MEDIDAS DO GOVERNO BOLIVIANO PODERÃO CAUSAR AOS INVESTIMENTOS DA PETROBRAS NAQUELE PAÍS E AO FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL AO BRASIL, COMO FONTE ENERGÉTICA NÃO POLUIDORA.

OBS: A MATERIA FOI DEBATIDA NAS REUNIÕES DOS DIAS 10/05/2007, 17/05/2007 E 24/05/2007.

**RESULTADO: MATERIA DISCUSIDA**

**EXTRA-PAUTA****ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO N° 36, DE 2007 - CRE**

REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA RESERVADA NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A QUESTÃO DA DEFESA NACIONAL EM FACE DOS PROBLEMAS QUE OCORREM NA BOLÍVIA, E TAMBÉM, UMA VISÃO GERAL DA SITUAÇÃO DAS NOSSAS FRONTEIRAS, E DAS FORÇAS ARMADAS. SERÃO CONVIDADOS PARA EXPOREM NA AUDIÊNCIA RESERVADA, O EXMO. SENHOR WALDIR PIRES, MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, O EXMO. SR. TENENTE BRIGADEIRO-DO-AR, JUNIUS SAITO, COMANDANTE DA AERONÁUTICA, O EXMO. SR. ALMIRANTE DE ESQUADRA, JULIO SOARES DE MOURA NETO, COMANDANTE DA MARINHA E EXMO. SR. GENERAL DE EXÉRCITO, ENZO MARTINS PERI, COMANDANTE DO EXÉRCITO.

**AUTORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 02****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO N° 37, DE 2007 - CRE**

REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA RESERVADA NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A QUESTÃO DA DEFESA NACIONAL EM FACE DOS PROBLEMAS QUE OCORREM NA BOLÍVIA, E TAMBÉM, UMA VISÃO GERAL DA SITUAÇÃO DAS NOSSAS FRONTEIRAS, E DAS NOSSAS FORÇAS ARMADAS. SERÁ CONVIDADO PARA EXPOR NA AUDIÊNCIA RESERVADA, O EXMO. SENHOR CELSO AMORIM, MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

**AUTORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO**

**RESULTADO: APROVADO**

# COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

## REUNIÃO REALIZADA EM 02/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA

### ITEM 1

#### Projeto de Lei do Senado, nº 155, de 2005

##### Decisão Terminativa

"Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências".

Autor: Senador Celson Camara

Relator: Senador Cícero Lucena

Parecer: Pela declaração de Prejudicialidade do PLS nº 155, de 2005, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Resultado: Aprovado

### ITEM 2

#### Projeto de Lei do Senado, nº 264, de 2004

##### Decisão Terminativa

"Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infra-estrutura urbana básica, e dá outras providências"

Autor: Senador Augusto Belchior

Relator: Senador Adelmir Santana

Parecer: Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. Foram aprovadas as emendas ao projeto dos Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro.

Resultado: Aprovado.

**ITEM 3****Projeto de Lei do Senado, nº 22, de 2004****Declaração Terminativa**

"Incluir o trecho rodoviário compreendido entre as cidades de Pedro Canário (ES) e Nanaque (MG), na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 1973."

**Autor:** Senador Magno Malta

**Relator:** Senador Delcídio Amaral

**Parceiro:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. Foi designado Relator Ad Hoc o Senador Wellington Salgado. A matéria irá a Turno Suplementar na próxima reunião da Comissão.

**Resultado:** Aprovado

**ITEM 4****Projeto de Lei da Câmara, nº 67, de 2006****Não Terminativo**

**Ementa:** "Incluir no anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário de ligação entre a BR-222, na localidade de Chapadinha/MA, e a BR-343, na cidade de Buriti dos Lopes/PI."

**Autor:** Deputado Pedro Fernandes

**Relator:** Senador Heráclito Fortes

**Parceiro:** Favorável à aprovação da matéria, com as emendas que apresenta. Foi designado Relator Ad Hoc o Senador Cícero Lucena.

**Resultado:** Aprovado.

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 1 - Requerimento, nº 32, de 2007-CI,** que "requer, na forma do artigo 73, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja criada uma Subcomissão Permanente destinada a examinar e debater os temas relacionados à Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano."

**Autor:** Senador Inácio Arruda

**Resultado:** Aprovado

**ITEM 2 - Requerimento, nº 33, de 2007-CI,** que "requer, na forma do artigo 90, inciso V e 93 inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal e do Art. 58 da Constituição Federal, que seja convidado o Ministro de Estado da Integração Nacional, Sr. Cidêlio Vieira Lima, a fim de que exponha sobre as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no âmbito do Ministério."

**Autor:** Senador Inácio Arruda

**Resultado:** Aprovado

**REUNIÃO REALIZADA EM 10/05/2007 – EXTRAORDINÁRIA (1ª REUNIÃO)**

REUNIDA A COMISSÃO, NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO DO PROJETO CONSTANTE NA PAUTA.

**REUNIÃO REALIZADA EM 10/05/2007 – EXTRAORDINÁRIA (2ª REUNIÃO)**

**ITEM ÚNICO:** Audiência Pública com a presença dos Senhores Senhores José Alexandre Nogueira Rezende, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; Gregório Rubelo, Diretor da ANTT e Autor do "Projeto Brasil Central"; Profº Amir Mattar Valente, Chefe do Laboratório de Transporte da Universidade Federal de Santa Catarina e Ursela B.S. Vieira, Engenheira da UFSC, Representando o Dr. Antônio Galvão com a finalidade de debaterem no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura acerca do projeto de desenvolvimento regional "Brasil Central", de iniciativa da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em atendimento ao Requerimento nº 019/2007-CI, de autoria da Senadora Serys Shiessarenko e do Senador Jayme Campos.

**RESULTADO: REALIZADA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 16/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

REUNIDA A COMISSÃO, NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO DO PROJETO CONSTANTE NA PAUTA.

**REUNIÃO REALIZADA EM 24/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM 1**  
**Requerimento nº 34, de 2007**  
**Não Terminativo**

"Requer nos termos regimentais, a realização de Seminário, em conjunto com a Comissão Permanente de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, destinada a debater questões relacionadas às perspectiva e participação do setor do carvão mineral nacional e das demais fontes fósseis, face à necessidade de diversificação da matriz energética brasileira." Autor: Senador Marconi Perillo. **Resultado: Aprovado.**

**ITEM 2**  
**Requerimento nº 35, de 2007**  
**Não Terminativo**

"Requer a realização de Audiência Pública para debater a matéria constante do PLS nº 137, de 2006, com a participação dos componentes da Comissão Interministerial, do Ministério da Justiça: Dr. Pedro Vieira Abramovay – Secretário de Assuntos Legislativos do MJ; Dr. Maurício Kuehne – Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional; Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rivas – Subprocurador Geral da República; Dr. Maximiliano Salvadori Murtinho – Gerente-Geral de Certificação e Engenharia de Espectro da Superintendência de Rádio-Freqüência e Fiscalização da ANATEL, e Ten. Cel. Benedito Domízeli Marques – Representante da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo." Autor: Senador Demóstenes Torres. **Resultado: Aprovado**

**REUNIÃO REALIZADA EM 31/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA****ITEM 1****Projeto de Lei do Senado, nº 264, de 2004**  
**Decisão Terminativa**

"Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbanas à prévia instalação das redes de infra-estrutura urbana básica, e dá outras providências.

**Autor:** Senador Augusto Botelho

**Relator:** Senador Adelmir Santana

**Observações:** Em 02.05.2007 foi aprovado o Projeto e a Emenda nº 01-CL, com as modificações sugeridas pelos Senadores Cícero Lucena e Flexa.

Em 15.05.2007 o Relator apresenta nova Emenda para adequação do texto original do Projeto.

**Resultado:** Aprovado

**ITEM 2****Projeto de Lei do Senado, nº 184, de 2007**  
**Decisão Terminativa**

"Altera e acrescenta as hidrovias do Tapajós, Teles Pires e Juruena na Revisão Descritiva do Sistema Hidroviário Nacional, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 1973".

**Autor:** Senador Flexa Ribeiro

**Relator:** Senador Marconi Perillo

**Parecer:** Pela aprovação do Projeto com as duas emendas que apresenta.

**Resultado:** Aprovado

**ITEM 3****Projeto de Lei do Senado, nº 189, de 2006**  
**Não Terminativo**

"Disciplina a utilização do espectro de radiofrequências destinado aos serviços de televisão."

**Autor:** Senador Flávio Arns

**Relator:** Senador Garibaldi Alves

**Parecer:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 01, 02 e 03, que apresenta.

**Resultado:** Aprovado

**ITEM 4****Projeto de Decreto Legislativo, nº 389, de 2005**  
**Não Terminativo**

"Autoriza o Poder Executivo a implantar o aproveitamento Hidrelétrico do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, inclusive as usinas hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio e a hidrovia do Rio Madeira."

**Autor:** Senador Valdir Raupp

**Relator:** Senador Expedito Júnior

**Parecer:** Pela aprovação da matéria.

**Resultado:** Aprovado

## COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

### REUNIÃO REALIZADA EM 10/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

**ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA** com a finalidade de discutir o TSI - Programa Turismo Sustentável e Infância, com a presença das seguintes convidadas: Paloma Gorenstein, Consultora do Ministério do Turismo quando da criação do Programa; Iara Lúcia Gomes Brasileiro, Integrante do Centro de Desenvolvimento Sustentável e do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília. **RESULTADO: REALIZADA**

### REUNIÃO REALIZADA EM 17/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA

**ITEM ÚNICO** - Audiência Pública, "com objetivo de expor os critérios de liberação de recursos do Ministério e debater a questão dos planos Diretores Urbanos dos Municípios", em atendimento ao requerimento nº 04, de 2007 - CDR, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, com a presença do Sr. MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA, Ministro de Estado das Cidades. **RESULTADO:** A Presidente fez leitura do Ofício nº 6968/2007/GM, do Ministro de Estado das Cidades, Senhor Márcio Fortes de Almeida, informando a impossibilidade de comparecer a esta Reunião pelo motivo de ter sido convocado a participar da Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES no Palácio do Planalto, nesta manhã, com a presença do Presidente da República. E oportunamente, renovará contato com a Presidente para remarcar a sua presença nesta Comissão.

### REUNIÃO REALIZADA EM 24/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA

**1º PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA, "COM OBJETIVO DE EXPOR OS CRITÉRIOS DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS DO MINISTÉRIO E DEBATER A QUESTÃO DOS PLANOS DIRETORES URBANOS DOS MUNICÍPIOS", EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO N° 04, DE 2007 – CDR, DE AUTORIA DO SENADOR FLEXA RIBEIRO, COM A PRESENÇA DO SR. MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA, MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES.**  
**RESULTADO: REALIZADA.**

### 2º PARTE

### NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO DOS ITENS CONSTANTES NA PAUTA

### REUNIÃO REALIZADA EM 31/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA

#### ITEM N° 1

#### AVISO N° 5, DE 2007

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 297 de 2007 - TCU (Plenário), bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, para consolidar as atividades de Acompanhamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional TC 004.375/2005-7.

Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador ANTÓNIO CARLOS VALADARES. Relator AD HOC: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e posterior arquivamento da mesma. Apresenta, também, Requerimento de Audiência Pública para debater sobre a revitalização e transposição do Rio São Francisco.

**Resultado: Aprovado o Parecer e o Requerimento nº 12, de 2007 - CDR**

**ITEM N° 2**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 295, DE 2006**  
**TERMINATIVO**

Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores.

**Autoria:** Senador MOZARILDO CAVALCANTI

**Relator:** Senador DEMÓSTENES TORRES

**Parecer:** Concluído pelo encaminhamento da matéria à Mesa Diretora para a devida redistribuição, nos termos do art. 133, V, d, do RISF, tendo em vista que esta Comissão não tem competência regimental para manifestar-se sobre esta matéria.

**Resultado:** Aprovado o Parecer.

**ITEM N° 3**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 350, DE 2005**  
**TERMINATIVO**

Altera o Estatuto da Cidade, de forma a incluir a elaboração de plano de circulação de veículos não-motorizados como item obrigatório do plano diretor.

**Autoria:** Senador ANTÓNIO CARLOS VALADARES

**Relator:** Senador VALTER PEREIRA

**Parecer:** Peia aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

**Observação:** Aprovado o Substitutivo a matéria será submetida a turno suplementar (Art. 282 combinado com o 284 – RISF).

**Resultado:** Aprovado o Substitutivo. Fica prejudicado o Projeto

**ITEM N° 4**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 39, DE 2003**  
**TERMINATIVO**

Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

**Autoria:** Senador PAULO PADIM

**Relator:** Senador PEDRO SIMON

**Parecer:** Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta.

**OBS:** Em reunião realizada no dia 26.04.07, foi concedida vista ao Senador João Pedro, que até a presente data não se manifestou.

**Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 01- CDR.

**REQUERIMENTOS APROVADOS:**

**Requerimento nº 08, de 2007 – CDR**

Requer, nos termos do disposto no art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com os arts. 50 e 58, § 2º, III da Constituição Federal, que a Ministra de Estado do Turismo, Senhora Marta Suplicy seja convidado para Audiência Pública nesta Comissão, visando apresentar suas propostas para o turismo nacional, durante seu período de gestão à frente do Ministério.

**Autoria:** Senadora Lúcia Vânia.

**Requerimento nº 09, de 2007 – CDR**

Requer, nos termos do disposto no art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com os arts. 50 e 58, § 2º, V da Constituição Federal, que o

Presidente do BNDES, Senhor Luciano Coutinho seja convidado para Audiência Pública nesta Comissão, a fim de fazer uma explanação sobre os Programas de apoio ao desenvolvimento regional, como, por exemplo, o Programa de Dinamização Regional (PDR) e o Programa de Investimentos Coletivos Produtivos (PROINCO), forma de atuação, o prazo de vigência, os municípios atendidos, os critérios para a escolha desses municípios e os setores contemplados, bem como as aplicações do BNDES por regiões.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

**Requerimento nº 10, de 2007 – CDR**

Requer, nos termos do art. 93, II do RISF a realização de audiência pública nesta Comissão, em conjunto com a Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, com a presença do Secretário de Política Econômica, Dr. Bernardo Appy, sobre a proposta de reforma tributária com enfoque no desenvolvimento regional e a chamada guerra fiscal entre os estados.

Autoria: Senador Tasso Jereissati e Senadora Lúcia Vânia.

**Requerimento nº 11, de 2007 – CDR**

Requer, nos termos do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de analisar a evolução regionalizada das consolidações tributárias promovidas pelo governo federal, com a presença das seguintes autoridades: Sr. Raimundo Elio de Carvalho – Coordenador de Previsão e Análise das Receitas – COPAN, da Secretaria da Receita Federal do Brasil; Dra. Tânia Bucellar de Araújo – Diretora da Consultoria Econômica e Planejamento e ex-Secretária de Políticas de Desenvolvimento Regional – SDR, do Ministério da Integração Nacional; Dr. José Aroudo Mota – Diretor Interino de Estudos Regionais e Urbanos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; um representante da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – SDR, do Ministério da Integração Nacional e; um representante do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

Autoria: Senador João Temório.

**Requerimento nº 12, de 2007 – CDR**

Requer nos termos dos incisos I e II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para realização de audiência pública visando tratar de relevante interesse público relativo à revitalização do Rio São Francisco e o respectivo projeto de transposição de águas; para a oitiva dos representantes legais das seguintes instituições: Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Integração Nacional, Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBH/SF); Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do estado de Sergipe e Dom Luiz Flávio Cappio, de Município de Barra/BA.

Autoria: Senador João Vicente Claudino.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 10/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA - ASSUNTO:** Informações sobre o funcionamento e aportes financeiros referentes ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, além de esclarecimentos acerca dos programas de sanidade animal, andamento,

execução e orçamento destes programas para 2007, especialmente sobre o Programa Nacional de Erradicação da Fôtre Afrosa - PNFA, explicitando as ações que tornou no sentido de adotar uma política sanitária homogênea para os países produtores de bovinos que mantêm fronteira com o nosso país. **AUTOR DO REQUERIMENTO N° 1, DE 2007 - CRA:** Senador Osmar Dias, com adendo da Senadora Kátia Abreu, que requer informações relativas ao concurso público para admissão de fiscais federais agropecuários, especialmente sobre um texto de autoria do Presidente da ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas especialidades, que trata do registro de defensivos genéricos, no qual serviu de base para a prova de português. Autoridade Convocada: Ministro Reinhold Stephanes - Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Membros da Equipe: Edilson Guimarães - Secretário de Política Agrícola; Inácio Alonso Kretz - Secretário de Defesa Agropecuária; Wellington Soares de Almeida - Diretor do Departamento de Gestão de Risco Rural; Jamil Gomes de Souza - Diretor do Departamento de Saúde Animal; Luiz Eduardo Pacifi Rangel - Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins.

**RESULTADO: REALIZADA.**

#### **REUNIÃO REALIZADA EM 15/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PRESENÇA DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, SR. ROLF HACKBART - PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA PELO SENADOR OSMAR DIAS, DA FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ, DATADA DE 27/3/2007, REFERENTE AO OBJETIVO DO INCRA, O QUAL PRETENDE VISTORTAR PROPRIEDADES RURAIS SUJEITAS A RATIFICAÇÃO DE SEUS TÍTULOS DE DOMÍNIO LOCALIZADAS NA FAIXA DE FRONTEIRA DOS ESTADOS DE SANTA CATARINA, PARANÁ, MATO GROSSO DO SUL E MATO GROSSO, SOB OS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 27/06, CONFORME O REQUERIMENTO N° 7, DE 2007-CRA, DE AUTORIA DOS SENADORES JOAQUIM RORIZ, OSMAR DIAS E SIBÁ MACHADO, APROVADO EM 28/03/2007.**

**RESULTADO: REALIZADA.**

#### **REUNIÃO REALIZADA EM 30/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado n° 325, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto do Produtor Rural, em cumprimento ao Requerimento n° 11, de 2007-CRA, de autoria dos Senadores Sibá Machado e Antônio Carlos Valadares, aprovado em 11/04/07, com adendo da Senadora Kátia Abreu, no sentido de substituir membro do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, por representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - FETRAF, bem como incluir a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA. Convocados: Luciano Marcos de Carvalho - Assessor

Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Márcio Antonio Portocarrero – Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Roberto Vizentin – Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial da Secretaria de Extensão e Desenvolvimento Rural Sustentável (SDR) – MMA; Francisco Lucena – Assessor Geral da FETRAF Brasil – FETRAF; Carlos Roberto Fonseca – Coordenador Geral de Produtos Agrícolas e Agroindustriais da Secretaria de Acompanhamento Econômico – MF; Zeke Bene – Assessor de Política Agrícola da CONTAG E Marcos Kowarick – Diretor de Programas INCRA/MDA.

**RESULTADO: REALIZADA.**

## **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS - CRA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 09/07/2007 - CRA**

**ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - ASSUNTO: DISCUSSÃO DAS PERSPECTIVAS DE MERCADO E AS PROJEÇÕES E CENÁRIOS FUTUROS PARA O SETOR DE BIOCOMBUSTÍVEIS, COM A PRESENÇA DAS SEGUINTE AUTORIDADES: SR. SILLAS OLIVA FILHO – GERENTE DE COMÉRCIO DE ÁLCOOL E OXIGENADAS DO ABASTECIMENTO – PETROBRAS; SR. ROBERTO GIANETTI DA FONSECA - DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR DA FIESP E PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR – FUNCEX; SR. ÂNGELO BRESSAN FILHO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CANA DE AÇÚCAR E ENERGIA – DCAA/SPAE - SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA – MAPA.** AUTOR DO REQUERIMENTO N° 2, DE 28/07/CRA-BIO: SENADOR JOÃO TENÓRIO. **RESULTADO: REALIZADA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 30/05/2007**

**ITEM 1 - REQUERIMENTO N° 6, DE 2007-CRA-BIO, QUE REQUER A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DESTA SUBCOMISSÃO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS, COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL, REFERENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL E DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A QUESTÃO DO AQUECIMENTO GLOBAL, COM A PRESENÇA DO SR. AL GORE, EX-VICE-PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.**

**AUTOR: SENADOR JOÃO TENÓRIO**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 2 - REQUERIMENTO N° 7, DE 2007-CRA-BIO, QUE REQUER A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR PROPOSTAS PARA ESTIMULAR, APRIMORAR E VIABILIZAR A**

**IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DO BIODIESEL NA REGIÃO NORDESTE, COM A PARTICIPAÇÃO DAS SEGUINTE AUTORIDADES:**  
MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO;  
MINISTRO DE ESTADO DAS MINAS E ENERGIA;  
PRESIDENTE DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB;  
PRESIDENTE DO PETRÓLEO BRASILIEN S/A - PETROBRAS  
AUTOR: SENADOR CÉSAR BORGES  
RESULTADO: APROVADO

## **COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**REUNIÃO REALIZADA EM 09/07/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

### **ITEM 01**

#### **NÃO TERMINATIVO**

#### **REQUERIMENTO N° 1.302, DE 2004**

"REQUER, COM FUNDAMENTO NO ART. 215 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA INSTITUÍDA, NO ÂMBITO DO SENADO FEDERAL, A SEMANA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, A SER CELEBRADA ANUALMENTE NO MÊS DE OUTUBRO, COM O OBJETIVO DE MOBILIZAR A POPULAÇÃO BRASILEIRA PARA QUESTÕES CIENTÍFICAS, ENFATIZANDO O PAPEL DA CIÊNCIA NO NOSO DIA-A-DIA E DEMONSTRANDO A SUA IMPORTÂNCIA PARA A SAÚDE E O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS."

AUTORIA: SENADORA SERYS SLHESSARENKO

RELATORIA: SENADOR VALTER PEREIRA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

OBS: APROVADO REQUERIMENTO DE URGÊNCIA PARA A MATERIA (ITEM 01-EXTRA PAUTA)

### **ITEM 02**

#### **TERMINATIVO**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 49, DE 2007**

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO AMPARENSE PARA O DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE AMPARO, ESTADO DE SÃO PAULO."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

### **ITEM 03**

#### **TERMINATIVO**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 47, DE 2007**

"APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO ECOLÓGICA NATUREZA E VIDA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE BARRA DOS COQUEIROS, ESTADO DE SERGIPE."

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**  
**RELATORIA: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES**  
**PARECER: FAVORÁVEL**  
**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 04**  
**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 58, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGА CONCESSÃO À FUNDAÇÃO DIALMA MARINHO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE LAGOA NOVA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.”

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**  
**RELATORIA: SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO**  
**PARECER: FAVORÁVEL**  
**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 05**  
**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 460, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGА PERMISSÃO À RÁDIO CACARÉ FM LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NA CIDADE DE UIRACUÁ, ESTADO DA PARAÍBA.”

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**  
**RELATORIA: SENADOR CÍCERO LUCENA**  
**PARECER: FAVORÁVEL**  
**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 06**  
**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 50, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGА AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL NOVA BASSANO - ACNB PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE NOVA BASSANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.”

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**  
**RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO**  
**PARECER: FAVORÁVEL**  
**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 07**  
**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 43, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGА AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO CRISTÃ SHALLON PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE APARECIDA DE GOIÂNIA, ESTADO DE GOIÁS.”

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**  
**RELATORIA AD HOC: SENADOR FRANCISCO DORNELLES**  
**PARECER: FAVORÁVEL**  
**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 08  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 356, DE 2006**

"APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA AO SISTEMA XAXIM DE RADIODIFUSÃO LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE XAXIM, ESTADO DE SANTA CATARINA."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADORA IDELI SALVATTI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 09  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 401, DE 2006**

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA IMBUIENSE - ARCI A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE IMBUIA, ESTADO DE SANTA CATARINA."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADORA IDELI SALVATTI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 10  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 11, DE 2007**

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO REAL FM LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NA CIDADE DE RIO REAL, ESTADO DA BAHIA."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR RENATO CASAGRANDE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 12  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 37, DE 2007**

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO CHICO FLORENTINO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA FM FREQUÊNCIA MODULADA, NA CIDADE DE OURICURI, ESTADO DE PERNAMBUCO."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCELO CRIVELLA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**EXTRA-PAUTA****ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO DE URGÊNCIA N° 09, DE 2007 - CCT**

"REQUEIRO, NOS TERMOS DO ART. 336, II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, URGÊNCIA PARA O REQUERIMENTO N.º 1302, DE 2004, QUE "REQUER, COM FUNDAMENTO NO ART. 215 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA INSTITUÍDA, NO ÂMBITO DO SENADO FEDERAL, A SEMANA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, A SER CELEBRADA ANUALMENTE NO MÊS DE OUTUBRO, COM O OBJETIVO DE MOBILIZAR A POPULAÇÃO BRASILEIRA PARA QUESTÕES CIENTÍFICAS, ENFATIZANDO O PAPÉL DA CIÊNCIA NO NOSSO DIA-A-DIA E DEMONSTRANDO A SUA IMPORTÂNCIA PARA A SAÚDE E O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS."

**AUTORIA: SENADORA IDELI SALVATTI**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 02****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO N° 10, DE 2007 - CCT**

"NOS TERMOS DO INCISO II DO § 2º DO ART. 58 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O INCISO II DO ART. 90 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT), PARA DEBATER SOBRE O TEMA "CONTÉUDO AUDIOVISUAL EM TEMPOS DE CONVERGÊNCIA TECNOLÓGICA". DEVERÃO SER CONVIDADOS A EXPOR SEUS PONTOS DE VISTA AS AUTORIDADES E REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NOMINADAS A SEGUIR, SEM PREJUÍZO À EXPEDIÇÃO DE OUTROS CONVITES, A CRITÉRIO DOS MEMBROS DA OCT: 1 - SENADOR HÉLIO COSTA, MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES; 2 - SENHOR GILBERTO GIL MOREIRA, MINISTRO DA CULTURA; 3 - PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR, PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL); 4 - LEOPOLDO NUNES, DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA (ANCINE); 5 - DANIEL PIMENTEL SILVIERO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO (ABERT); 6 - AMILCAR DE DALLEVO JÚNIOR, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSORES (ABRA); 7 - ANTÔNIO ALBERTO VALENTE TAVARES, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PROVEDORES DE ACESSO, SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DA REDE INTERNET (ABRANET); 8 - ALEXANDRE ANNEMBERG, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES POR ASSINATURA (ABTA); 9 - JOSÉ FERNANDES PAULETTI, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DO SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO CONSOLIDADO (ABRAFIX); 10 - ÉRCIO ALBERTO ZILLI, PRESIDENTE-EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS OPERADORAS CELULARES (ACEL); 11 - CÉSAR RÔMULO SILVEIRA NETO, SUPERINTENDENTE-EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES (TELEBRASIL); 12 - FERNANDO DIAS, PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES INDEPENDENTES DE TELEVISÃO (ABPI-TV)."

**AUTORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 03  
NÃO TERMINATIVO  
REQUERIMENTO N° 11, DE 2007 - CCT**

"REQUEIRO, NOS TERMOS DO ART. 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NESTA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INovaÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT, DEVENDO SER CONVIDADO O SR. ANTONIO CARLOS VALENTE DA SILVA, PRESIDENTE DO GRUPO TELEFÔNICA, COM O OBJETIVO DE QUE SEJAM PRESTADOS ESCLARECIMENTOS ACERCA DO IMPACTO E DOS REFLEXOS DAS VENDAS E FUSÕES INTERNACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO DO MERCADO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES, POR SER UM TEMA DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO".

**AUTORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**

**RESULTADO: APROVADO**

**REUNIÃO REALIZADA EM 16/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM 01  
NÃO TERMINATIVO  
OFÍCIO "S" N° 03, DE 2007**

"EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 3º DA LEI N° 10.610, DE 2002, ENCAMINHA AO CONGRESSO NACIONAL DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO SOCIAL E ALTERAÇÕES SOCIETÁRIAS OCORRIDAS NA EMPRESA JORNALÍSTICA "DIÁRIO DO GRANDE ABC S/A"."

**AUTORIA: EVERSON ROBLES DOTTI E OUTROS**

**RELATORIA: SENADOR ROMEO TUMA**

**PARECER: CONCLUINDO PELA CIÊNCIA E ENCAMINHAMENTO DA MATERIA AO ARQUIVO**

**OBS: A MATERIA CONSTOL NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 09/05/07**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 02  
TERMINATIVO  
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 54, DE 2007**

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO NOBRES FM LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE NOBRES, ESTADO DE MATO GROSSO".

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA: SENADOR VALTER PEREIRA**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 03  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 51, DE 2007**

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ESTRELA AZUL PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MIRAS ESTRELA, ESTADO DE SÃO PAULO."

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA: SENADOR ROMÉU TUMA**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 04  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 69, DE 2007**

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. - ME PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ARIATAL DO CABO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO."

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA AD HOC: SENADOR EXPEDITO JÚNIOR**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 05  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 59, DE 2007**

"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO FORTALEZA LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM Onda MÉDIA NA CIDADE DE RIO PARDÔ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL."

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATOR: SENADOR SÉRGIO ZAMBiasi**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 06  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 75, DE 2007**

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO FM SABIA LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CAMAÇARI, ESTADO DA BAHIA."

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 07**  
**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 68, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO AO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, PARA EXPLORAR POR INTERMÉDIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE FORTALEZA, ESTADO DO CEARÁ.”

**AUTORIA:** PODER EXECUTIVO

**RELATORIA:** SENADOR GILVAN BORGES

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 08**  
**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 36, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DO MUNICÍPIO DE UIRAUÁ PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE UIRAUÁ, ESTADO DA PARAÍBA.”

**AUTORIA:** PODER EXECUTIVO

**RELATORIA:** SENADOR CÍCERO LUCENA

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 09**  
**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 46, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO BELO HORIZONTE - AMBH PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PIANCÓ, ESTADO DA PARAÍBA.”

**AUTORIA:** PODER EXECUTIVO

**RELATORIA:** SENADOR CÍCERO LUCENA

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 10**  
**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 441, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO SÃO CARLOS LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM Onda MÉDIA, NA CIDADE DE SÃO CARLOS, ESTADO DE SANTA CATARINA.”

**AUTORIA:** PODER EXECUTIVO

**RELATORIA:** SENADORA IDELISALVATTI

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 11  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 447, DE 2006**

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE SAUDADES A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SAUDADES, ESTADO DE SANTA CATARINA."

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA: SENADORA IDELI SALVATTI**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 12  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 44, DE 2007**

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA XLCURUS PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS, ESTADO DE ALAGOAS."

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA AD HOC: SENADOR FLEXA RIBEIRO**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**EXTRA-PAUTA**

**ITEM 01  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 64, DE 2007**

"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO COION LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA, NA CIDADE DE JOINVILLE, ESTADO DE SANTA CATARINA."

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA: SENADORA IDELI SALVATTI**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**REUNIÃO REALIZADA EM 23/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM UM - AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**ASSUNTO: PRESTAR ESCLARECIMENTOS ACERCA DO IMPACTO E DOS REFLEXOS DAS VENDAS E FUSÕES INTERNACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO DO MERCADO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES.**

**AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.**

**CONVIDADO: ANTONIO CARLOS VALENTE DA SILVA, PRESIDENTE DO GRUPO TELEFÔNICA.**

**RESULTADO: REALIZADA.**

**EXTRA-PAUTA****ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****ADITAMENTO N° 01 AO REQUERIMENTO N° 10, DE 2007 - CCT**

REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, QUE SEJA ACRESCIDO AO REQUERIMENTO DE N° 10 DE MINHA AUTORIA, OS NOMES ABAIXO DESIGNADOS: ILMº. SENHOR LUIS CUZA - PRESIDENTE EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES COMPETITIVAS (TELCOMP); ILMº. SENHOR ICARO C. MARTINS - DIRETOR DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CINEASTAS (APACI); ILMº. SENHOR PAULO RUFINO - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS PRODUTORAS DE CINEMA (ABEPC); ILMº. SENHOR GUSTAVO STARLING LEONARDOS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (ABPI).

**RESULTADO: APROVADO.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 30/05/2007 - EXTRAORDINÁRIA****ITEM 01****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 53, DE 2007**

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO INTERIOR FM PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SANTA CLARA D'OESTE, ESTADO DE SÃO PAULO".

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 02****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 78, DE 2007**

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ROSA MÍSTICA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ESTIVA GERBI, ESTADO DE SÃO PAULO".

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 03****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 74, DE 2007**

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE APOIO SOCIAL DO CONGO - ADECASC PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CONGO, ESTADO DA PARAÍBA".

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA: SENADOR CÍCERO LUCENA**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 04****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 84, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À RÁDIO COMUNITÁRIA CIDADE LIVRE FM PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE COELHO NETO, ESTADO DO MARANHÃO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 05****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 61, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À FUNDAÇÃO EDUCACIONAL UNIÃO DA SERRA PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE MARAU, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATOR: SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 06****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 60, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ECOLÓGICA DE RADIODIFUSÃO DE GUAIRACÁ - PR - ACERG PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GUAIRACÁ, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA IDELI SALVATTI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 07****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 65, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA CONCESSÃO OUTORGADA À FUNDAÇÃO SÃO BENEDITO DA LAPA PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DA LAPA, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA IDELI SALVATTI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 08****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 457, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MELEIRO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MELEIRO, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

**AUTORIA:** PODER EXECUTIVO

**RELATORIA:** SENADORA IDELI SALVATTI

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 09****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 73, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA UNIÃO SANTA TEREZA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SANTA TEREZA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS”.

**AUTORIA:** PODER EXECUTIVO

**RELATORIA AD HOC:** SENADOR EDUARDO AZEREDO

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 10****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 96, DE 1996**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA A RÁDIO COMUNICADORA GRANDE RIO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE ITAGUAÍ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

**AUTORIA:** PODER EXECUTIVO

**RELATORIA AD HOC:** SENADOR MARCELO CRIVELLA

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 11****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 86, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO AO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, SOCIAL, CULTURAL E COMUNITÁRIO DE SÃO GERALDO EM MINAS GERAIS PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO GERALDO, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

**AUTORIA:** PODER EXECUTIVO

**RELATORIA:** SENADOR EDUARDO AZEREDO

**PARECER:** FAVORÁVEL

**RESULTADO:** APROVADO

**ITEM 12  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 71, DE 2007**

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS IRRIGANTES E PESCADORES DO CASTANHÃO - ACIPESCA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ALTO SANTO, ESTADO DO CEARÁ".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR RENATO CASAGRANDE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 13  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 45, DE 2007**

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA UNIÃO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE UNIÃO DOS PALMARES, ESTADO DE ALAGOAS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**ITEM 14  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 72, DE 2007**

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO FRANCISCO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ITAPAJÉ, ESTADO DO CEARÁ".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE  
INFORMÁTICA - CCT**

**REUNIÃO REALIZADA EM 24/05/2007**

INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO PARA O BIÊNIO 2007/2008. RESULTADO: INSTALADOS OS TRABALHOS, FORAM ELEITOS PRESIDENTE, O SENADOR EDUARDO AZEREDO, COM 04 VOTOS E PARA VICE-PRESIDENTE, O SENADOR RENATO CASAGRANDE TAMBÉM COM 04 VOTOS

**CONGRESSO NACIONAL**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 373, adotada em 24 de maio de 2007 e publicada no dia 25 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios".

<b>CONGRESSISTAS</b>	<b>EMENDA NºS.</b>
Deputado Fernando Coruja	003, 006
Deputado Gervásio Silveira	007
Deputado Gilmar Machado	011
Senadora Lúcia Vânia	001, 002, 005, 010
Deputado Manoel Salvianno	009
Deputado Mário Junqueira	008
Deputado Olávio Leite	004

**SSACM**

**Total de Emendas: 011**

**EMENDA N°**  
(à MPV n° 373, de 2007)

**MPV 373  
00001**

Dê-se à emenda da Medida Provisória n° 373, de 2007, a seguinte redação:

“Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas à isolamento e internação compulsórios e às vítimas do acidente nuclear ocorrido no Município de Goiânia, Estado de Goiás.”

### **JUSTIFICAÇÃO**

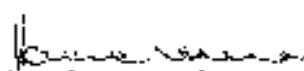
O maior acidente nuclear da história do Brasil ocorreu na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, em setembro de 1987. Na época, uma peça de aparelho de radioterapia foi apanhada, por catadores de sucata e papel, nas antigas dependências do Instituto Goiano de Radioterapia. Aberta a golpes de marreta, a cápsula liberou cerca de 20g de cloreto de césio.

A radiação espalhou-se por diversos pontos da cidade e somente vários dias depois a contaminação foi detectada pelas autoridades sanitárias. As providências foram então tomadas para controlar a situação. A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) identificou 249 pessoas com nível de contaminação acima do normal, das quais quatro faleceram nos primeiros dias.

A exposição à radiação deixou seqüelas importantes em grande número de vítimas inocentes que, inadvertidamente, estiveram em contato com o material radioativo.

O objetivo desta emenda é equiparar as vítimas do acidente com o Césio 137 aos portadores de hanseníase submetidos à internação forçada em hospitais-colônia, considerando que ambos os grupos são incapacitados para o trabalho e sofrem discriminação decorrente de suas condições de saúde.

Sala das Sessões,

  
Senadora LÚCIA VÂNIA

**EMENDA N°**  
(nº MPV nº 373, de 2007)

**MPV 373**  
**00002**

Dê-se ao *caput* do art. 1º da Medida Provisória nº 373, de 2007, a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível, a título de indenização especial, correspondente a R\$ 750,00 (setecentos e cinqüenta reais), às:

I – pessoas atingidas pela hanseníase e que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia, até 31 de dezembro de 1986, que a requererem;

II – vítimas do acidente com a substância radioativa Césio 137, ocorrido no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

### **JUSTIFICAÇÃO**

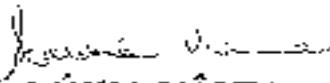
O maior acidente nuclear da história do Brasil ocorreu na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, em setembro de 1987. Na época, uma peça de aparelho de radioterapia foi apanhada, por catadores de sucata e papel, nas antigas dependências do Instituto Goiano de Radioterapia. Aberta a golpes de marreta, a cápsula liberou cerca de 20g de cloreto de césio.

A radiação espalhou-se por diversos pontos da cidade e somente vários dias depois a contaminação foi detectada pelas autoridades sanitárias. As providências foram então tomadas para controlar a situação. A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) identificou 249 pessoas com nível de contaminação acima do normal, das quais quatro faleceram nos primeiros dias.

A exposição à radiação deixou sequelas importantes em grande número de vítimas innocentas que, inadvertidamente, estiveram em contato com o material radioativo.

O objetivo desta emenda é equiparar as vítimas do acidente com o Césio 137 aos portadores de hanseníase submetidos à internação forçada em hospitais-colônia, considerando que ambos os grupos são incapacitados para o trabalho e sofrem discriminação decorrente de suas condições de saúde.

Sala das Sessões,

  
Senadora LÚCIA VÂNIA

MPV 373

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00003

data 31/05/2007	Proposição MP 373/2007
--------------------	---------------------------

Autor FERNANDO CORUJA - PPS/SC	nº do prontuário 478
-----------------------------------	-------------------------

1.( ) Supressiva 2.(X) substitutiva 3.( ) modificativa 4.( ) aditiva 5.( ) Substitutivo global

## TEXTO / JUSTIFICATIVA

## EMENDA SUBSTITUTIVA

O § 4º do Art. 1º da Medida Provisória 373, de 24 de maio de 2007, passa a ter a seguinte redação:

§ 4º Caberá ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS o processamento e a manutenção, e ao Tesouro Nacional, o pagamento da pensão, observado o art. 6º.

## JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa impedir que os gastos inerentes ao pagamento da pensão sejam incorporados ao déficit associado à Previdência Social.

Sala das Comissões, em

de maio de 2007.

Dep. FERNANDO CORUJA

PPS/SC

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 373

00004

data

31/05/2007

propositura

Medida Provisória nº 373 de 2007

sócio  
Deputado Otávio Leite

nº do protocolo

1.  Supressiva 2.  Subsidiária 3.  Indiferença 4.  Aditiva 5.  Substitutiva global

Página

Art.  
1º

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta a expressão "ou por transtornos mentais" ao Art. 1º da MP 373, de 24 de maio de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o poder Executivo autorizado a conceder pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível, às pessoas atingidas pela hanseníase ou por transtornos mentais e que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-culônia, até 31 de dezembro de 1986, que a requererem, a título de indenização especial, correspondente a R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)."

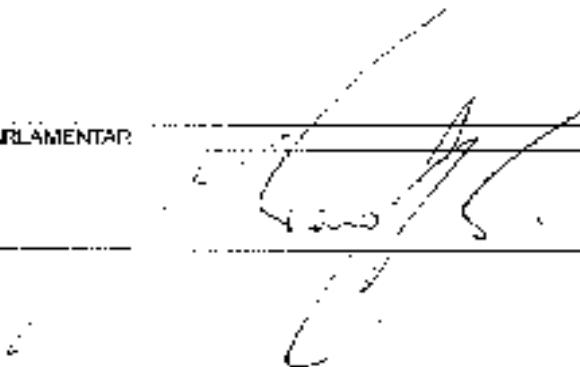
## JUSTIFICAÇÃO

Esta MP vêm corrigir grave falha em nossa sociedade aos que por força alheia a sua vontade foram cercados do convívio social, e, ao retornarem ao mesmo, sofrem discriminação que inviabilizam seu próprio sustento.

Mas, ciente de que os que sofrem de Transtornos Mentais, passaram e passam pelas mesmas dificuldades que os indivíduos atingidos pela hanseníase, não posso me furtar ao dever de inseri-los nesta proposta.

PARLAMENTAR

Deputado Otávio Leite



MPV 373

EMENDA N°

00005

(a MPV n° 373, de 2007)

Acresça-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 373, de 2007, o seguinte §5º:

“Art. 1º .....

§ 5º As vítimas de que trata o inciso II que, na data de início da vigência desta Lei, forem beneficiárias da pensão instituída pela Lei nº 9.425, de 24 de dezembro de 1996, passarão a receber automaticamente a pensão de que trata o *cópia*, sem necessidade de obtenção do parecer a que se refere o art. 2º.”

### JUSTIFICAÇÃO

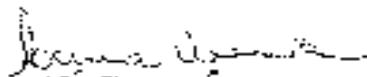
O maior acidente nuclear da história do Brasil ocorreu na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, em setembro de 1987. Na época, uma peça de aparelho de radioterapia foi apanhada, por catadores de sucata e papel, nas antigas dependências do Instituto Goiano de Radioterapia. Aberta a golpes de mureta, a cápsula liberou cerca de 20g de cloreto de césio.

A radiação espalhou-se por diversos pontos da cidade e somente vários dias depois a contaminação foi detectada pelas autoridades sanitárias. As providências foram então tomadas para controlar a situação. A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) identificou 249 pessoas com nível de contaminação acima do normal, das quais quatro faleceram nos primeiros dias.

A exposição à radiação deixou seqüelas importantes em grande número de vítimas inocentes que, inadvertidamente, estiveram em contato com o material radioativo.

O objetivo desta emenda é equiparar as vítimas do acidente com o Césio 137 aos portadores de hanseníase submetidos à internação forçada em hospitais-colônias, considerando que ambos os grupos são incapacitados para o trabalho e sofrem discriminação decorrente de suas condições de saúde.

Sala das Sessões,

  
Senadora LUCIA VÂNIA

MPV 373

00006

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	31/05/2007	Proposição	MP 373/2007
------	------------	------------	-------------

Autor	FERNANDO CORUJA - PPS/SC	nº do prontuário	478
-------	--------------------------	------------------	-----

<input type="checkbox"/> 1. ( ) Supressiva <input checked="" type="checkbox"/> 2. (X) substitutiva <input type="checkbox"/> 3. ( ) modificativa <input type="checkbox"/> 4. ( ) aditiva <input type="checkbox"/> 5. ( ) Substitutivo global
---

## TEXTO / JUSTIFICATIVA

## EMENDA SUBSTITUTIVA

O Art. 3º da Medida Provisória 373, de 24 de maio de 2007, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A pensão especial de que trata esta Medida Provisória é acumulável com indenizações que a União venha a pagar decorrentes de responsabilização civil sobre os mesmos fatos.

## JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa garantir aos ex-internos de colônias para portadores de hanseníase que porventura julgarem insuficiente o benefício pago a título de pensão especial, o direito de também exigir judicialmente indenização compatível com o preconceito, privações e sequelas físicas e emocionais a que foram submetidos.

Busca também impedir interpretações equivocadas de que tão sobre atitude tenha sido tomada somente para barrar ações judiciais movidas por ex-internos.

Sala das Comissões, em

de maio de 2007.

Dep. FERNANDO CORUJA  
PPS/SC

MPV 373

00007

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2007	proposição Medida Provisória nº 373/07			
autor Deputado Gervásio Silva		Nº do protocolo		
<input checked="" type="checkbox"/> 1. Supressiva <input type="checkbox"/> 2. substitutiva <input type="checkbox"/> 3. modificativa <input checked="" type="checkbox"/> 4. X aditiva <input type="checkbox"/> 5. Substitutiva global				
Página 3	Artigo 7º	Parágrafo Único	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se à Medida Provisória nº 373, de 2007, o seguinte artigo, renombrando-se os demais, com a seguinte redação:

“Art. 6º Estende-se ao portador de diabetes crônico e incurável os dispostos nesta Medida Provisória.

## JUSTIFICATIVA

O diabetes é uma doença crônica e degenerativa causada pela insuficiência ou ausência de insulina no organismo e se divide em tipo 1 (também chamado de juvenil ou insulino-dependente) e tipo 2 (senil ou não insulino-dependente). “Com o tempo a doença vai provocando várias lesões no sistema neurovascular, afetando olhos, rins, coração e membros do corpo.” É por isso que o diabetes é, no mundo, a principal causa de problemas cardiovasculares, a segunda causa de problemas renais, a terceira causa de cegueira e a segunda causa de amputações de membros. A busca da cura visa diminuir o número de infartos, derrames, cegueira e amputações ANTES da instalação dos fatos causadores no organismo. Ocorre, entretanto, que há casos incuráveis (a fase de amputações de membros, deixando o portador inválido para o trabalho. Desse modo, a presente emenda pretende amparar essa classe de brasileiros que não têm condições de arcar com seu sustento e de sua família.

PARLAMENTAR

MPV 373

00008

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data  
30/05/2007proposito  
Medida Provisória nº 373/07autor  
Deputado Márcio Junqueira

Nº do prontuário

1. Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. X aditiva 5. Substitutiva global

Página 3 Artigo 7º Parágrafo Único Inciso Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à Medida Provisória nº 373, de 2007, o seguinte artigo, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

Art. 6º O valor pago a título de pensão previdenciária aos portadores de Insuficiência Renal Crônica será o fixado no artigo 1º desta Medida Provisória.

## JUSTIFICATIVA

A insuficiência renal crônica (IRC) é o resultado das lesões renais irreversíveis e progressivas provocadas por doenças que tornam o rém incapaz de realizar as suas funções, necessitando o doente de dialisar 3 (três) vezes por semana, tornando-o incapaz para o trabalho.

Em razão disso, o portador de insuficiência renal crônica fatalmente caminhará para a invalidez, não tendo condições de arcar com o sustento seu e de sua família. Desse modo, a emenda pretende amparar a classe brasileiro acometida por essa enfermidade que se encontram em estágio terminal (invalído para o trabalho).

PARLAMENTAR




MPV 373

00009

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data  
30.05.07

Proposição

Medida Provisória nº 373, de 24 de maio de 2007

Autor  
DEP. MANOEL SALVIANO

nº da proposta

1 Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutiva global
Página 1 de 2	Art. 7º	Parágrafo	Inciso	Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A MP nº 373, de 24 de maio de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º, renumerando-se o atual art. 7º para art. 8º:

*"Art. 7º Os subitens descritos no item 4.3 do Anexo da Medida Provisória 2.190-34, de 2001, que altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, instituído "Certificação de Boas Práticas de Fabricação para cada estabelecimento ou unidade fabril/linha de produção de medicamento", terão o prazo para renovação alterado para dois anos.*

*Parágrafo único. A qualquer tempo, a autoridade sanitária competente poderá realizar inspeções nas indústrias farmacêuticas e, caso seja identificado o não cumprimento das normas técnicas de boas práticas de fabricação, cancelar o respectivo certificado."*

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo ampliar de 1 para 2 anos o prazo de validade do Certificado de Boas Práticas de Fabricação, constante do Anexo da MP nº 2190-34, de 2001. Esta alteração, sem dúvida, poderá trazer reflexos positivos para o setor de medicamentos do país, tanto para os produtores quanto para as autoridades sanitárias. A Certificação de Boas Práticas de Fabricação no setor farmacêutico, concedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, segundo determinações legais vigentes no momento, deve ser renovado anualmente.

No entanto, apesar de considerarmos que esta é uma das formas de assegurar confiabilidade maior ao processo de produção, algumas ponderações são bastante eloquentes para embasar esta proposta.

Em primeiro lugar, temos de considerar a suficiência dos órgãos fiscalizadores. Por outro lado, a rotina dos produtores de medicamentos já pressupõe uma série de cuidados, que incluem a auto-inspeção periódica com constante observação e correção dos problemas porventura identificados. Assim, estendendo-se a

validade do Certificado para dois anos, as inspeções poderiam ser aprimoradas sem haver prejuízo para o produto colocado à venda.

Além disto, as normas vigentes no Mercosul adotam igualmente o prazo de dois anos. Por último, temos de reconhecer o alto custo das taxas exigidas, que oneram as empresas, ano a ano.

É imperioso ressaltar que a ampliação do prazo de validade do Certificado de Boas Práticas de Fabricação não impede que, a qualquer momento, as indústrias farmacêuticas sejam inspecionadas e que sofram as penalidades inerentes ao descumprimento das normas impostas pela legislação sanitária. Lembramos que as penas, cominadas pela Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, podem ir desde advertência, multa, até cancelamento de autorização para funcionamento de empresa, interdição ou cancelamento de registro de produto.

Cabe mencionar que a presente proposta foi submetida à apreciação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, mediante o PL 5.800, de 2005, que se manifestou favorável à alteração, conforme Nota Técnica nº 030/2005 – GFIMP/GGIMP, de 08.12.05, que assim aduz:

*"Como a proposição legislativa em apreço tem por único escopo a alteração do prazo de renovação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação de estabelecimento ou unidade sujeita/linha de produção de medicamentos, não havendo, portanto, discussão quanto ao mérito da certificação de boas práticas, entendemos não haver motivos de ordem técnica que pudesse oponer à medida proposta."*

Na Nota Técnica, também, foi sugerido a inclusão de um parágrafo único "... no sentido de tornar expressa a possibilidade de os órgãos de inspeção realizarem a qualquer tempo novas visitas de inspeção e de cancelarem o Certificado de Boas Práticas de Fabricação se as condições sanitárias de funcionamento da empresa não mais atendam os requisitos da norma técnica e a empresa não mais fizer jus ao Certificado."

Sendo assim, não há como ignorar a importância da alteração que propomos para ampliar o prazo concedido no Certificado de Boas Práticas de Fabricação. Por este motivo, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares para que esta iniciativa prospere com celeridade.

FAROL

Agência Nacional  
de Vigilância Sanitária

NOTA TÉCNICA nº. 030/2005 - CPTMP/GGIMP

Brasília, 08 de dezembro de 2005.

**Proposição:** Projeto de Lei nº. 5.500, de 2005

**Encaminhamento:** Gerência Geral de Inspeção e Controle de Institutos, Medicamentos e Produtos - GGIMP.

**Exemplar:** Altera a Medida Provisória nº. 2.734-31, de 21 de junho de 2001, que altera a Lei nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

**Posição da ANVISA:** Favorável, com ressalvas.

Em atendimento à solicitação de Parecer Técnico sobre o Projeto de Lei nº. 5.500, de 2005, que altera o prazo de renovação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação de estabelecimento ou unidade fabril/mínima de produção de medicamentos para dois anos, temos a observar os seguintes pontos:

1. Como a proposição legislativa em apreço tem por único escopo a alteração do prazo de renovação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação de estabelecimento ou unidade fabril/mínima de produção de medicamentos, não havendo, portanto, discussão quanto ao mérito da certificação de boas práticas, entendemos não haver motivos de ordem técnica que se possam opor à medida proposta.

2. Cumpre ressaltar que as visitas de inspeção não se restringem à concessão do Certificado de Boas Práticas de Fabricação, sendo sempre possível aos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária realizar visitas de inspeção para atender às mais diferentes demandas no controle sanitário sobre a produção de medicamentos.

3. Portanto, o fato de as inspeções para a certificação das boas práticas de fabricação só ocorrerem a cada dois anos não significa um menor controle sanitário sobre os medicamentos produzidos.

4. Mesmo porque, se verificar que uma empresa certificada não mais cumpre boas práticas de fabricação, terá de ser o seu Certificado de Boas Práticas de fabricação cassado.

5. Nesse sentido, sugerimos a inclusão de um parágrafo único no art. 1º do PL nº. 5.800/2005, em debate no Congresso nacional, no sentido de trazer expressa a possibilidade de os órgãos de inspeção realizarem a qualquer tempo novas visitas de inspeção e de cancelarem o Certificado de Boas Práticas de Fabricação se as condições sanitárias de funcionamento da empresa não mais atendam aos requisitos da norma técnica e a empresa não mais fizer jus ao Certificado.

6. Por todo o exposto, esta Nota Técnica mostra-se favorável à aprovação do PL nº. 5.800/2005, observando-se a ressalva desta Nota Técnica, de maneira a registrar expressamente a garantia do controle sanitário pelos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

A apreciação superior da Gerência.

Para o que couber.

  
Rubens de Faria  
Especialista em Regulação  
e Vigilância Sanitária  
CPTMP/GGIMP/ANVISA/MS

Agência Nacional  
de Vigilância Sanitária

DESPACITO N.º 02/2006-PROJCR/ANVISA

Ref.: Projeto de Lei nº 5.800, de 2005

DATAVISÁ 518340056  
SIPAR 25000.146383/2006-73

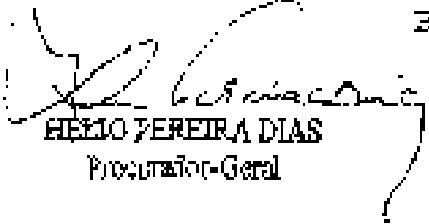
Assente: Altera a Medida Provisória nº 2.194-31, de 21 de junho de 2001, que altera a Lei nº. 9.782, de 26 de junho de 1999, que estabelece o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária criado a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Secretário-Diretor-Presidente, Substituto.

O Projeto de Lei nº. 5.800, de 2005, merece parecer favorável à área técnica competente desta Agência, com reservas constantes da Nota Técnica nº 30/2005-CEMP/CGD/CP, anexa, visando o aperfeiçoamento da proposição.

Esta Procuradoria adota a mesma posição acima.

Brasília, 5 de janeiro de 2006.

  
SÉRGIO PEREIRA DIAS  
Procurador-Geral

À Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde, opinando favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº. 5.800, de 2005, em face das manifestações das áreas técnica e jurídica desta Agência que me antecederam.

Brasília, 4 de janeiro de 2006.

  
FRANKLIN RUBINSTEIN  
Diretor-Presidente, Substituto  
Franklin Rubinstein  
Diretor-Presidente  
Substituto

**EMENDA N°**  
(à MPV n° 373, de 2007)

**MPV 373**

**00010**

Acrescenta-se o seguinte art. 8º à Medida Provisória nº 373, de 2007:

**"Art. 8º Fica revogada a Lei nº 9.425, de 24 de dezembro de 1996."**

### **JUSTIFICAÇÃO**

O maior acidente nuclear da história do Brasil ocorreu na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, em setembro de 1987. Na época, uma peça de aparelho de radioterapia foi apanhada, por catadores de sucata e papel, nas antigas dependências do Instituto Goiano de Radioterapia. Aberta a golpes de marreta, a cápsula liberou cerca de 20g de cloreto de césio.

A radiação espalhou-se por diversos pontos da cidade e somente vários dias depois a contaminação foi detectada pelas autoridades sanitárias. As providências foram então tomadas para controlar a situação. A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) identificou 249 pessoas com nível de contaminação acima do normal, das quais quatro faleceram nos primeiros dias.

A exposição à radiação deixou sequelas importantes em grande número de vítimas inocentes que, inadvertidamente, estiveram em contato com o material radioativo.

O objetivo desta emenda é equiparar as vítimas do acidente com o Césio 137 aos portadores de hanseníase submetidos à internação forçada em hospitais-colônias, considerando que ambos os grupos são incapacitados para o trabalho e sofrem discriminação decorrente de suas condições de saúde.

Sala das Sessões,

*Lúcia Vânia*  
Senadora LÚCIA VÂNIA

## MEDIDA PROVISÓRIA N° 373, DE 2007

MPV 373  
00011EMENDA ADITIVA  
(Dep. Gilmar Machado)

Incluir-se onde couher:

Art.... O § 3º do art. 4º da Lei 11.354, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º Para os fins do disposto neste artigo, o valor da prestação mensal é o recebido pelo anistiado a título de reparação econômica no mês de competência do pagamento da parcela, excluído o correspondente ao décimo terceiro salário, preservados, para os efeitos de forma e prazo de quitação do passivo, a remuneração definida na respectiva Portaria do Ministério da Justiça.

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006 foi precedida de ampla negociação entre o Governo, Comissão dos interlocutores dos anistiados políticos, e, com a participação da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP, da Câmara dos Deputados, com vistas a evitar um contencioso judicial com milhares de demandas e insustentáveis processos, conforme restou ajustado por meio de ata assinada pelas autoridades citadas.

Em todos os momentos da negociação, elaboração do ato normativo e conclusão dos trabalhos, ficou evidenciada a necessidade de se preservar os direitos dos anistiados políticos, de forma que uma vez firmado o Termo de Adesão, o anistiado não viesse a ter alterações de regras que pudessem caracterizar quebra de contrato.

Não obstante, o Poder Executivo, no que diz respeito aos prazos de pagamento e a forma, está interpretando de forma divergente o § 3º do art. 4º da referida Lei, permitindo com isso, que a firma e os prazos de pagamento constantes do Termo de Adesão sejam dilatados, sempre em prejuízo do anistiado político, o que é injustificável e inadmissível.

Citamos como exemplo a situação do anistiado político que percebia R\$ 1.999,00 de indenização mensal e que no mês seguinte à assinatura do Termo de Adesão, teve sua remuneração alterada para R\$ 2.013,00. Neste caso, o anistiado não será contemplado com a quitação total para quem percebe acr R\$ 2.000,00.

Sendo assim a presente emenda objetiva tornar mais claro o direito do anistiado político, fazendo com que as condições e prazos contidos nos Termos de Adesão sejam devidamente cumpridos pela administração pública, sem qualquer aumento de despesa, já que os recursos para tal finalidade estão incluídos no Orçamento Geral da União, contemplando o universo dos pagamentos constantes das respectivas Portarias do Ministério da Justiça sobre o assunto.

É importante ressaltar que a aprovação dessa Emenda evitaria demandas administrativas e judiciais sobre o tema, oferecendo segurança jurídica à relação consagrada entre o anistiado político e o Governo, mediante o Termo de Adesão de que trata a Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006.

Sala das Sessões, 30 de maio de 2007



Deputado GILMAR MACHADO  
PT/MS

## ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 3847 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do processo nº 17.015/87-1 e anexos.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 256, de 1987, que manteve aposentado o servidor **EURICO COSTA MACEDO**, para incluir as vantagens previstas na Resolução SF nº 74/94, a partir de 1/7/1994.

Senado Federal, em 01 de junho de 2007.



AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

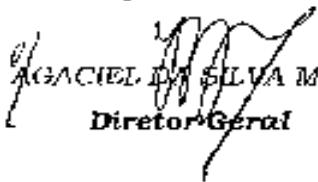
## ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 3848 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 010054/07-3,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão temporária a **RENATO BRITO COSTA**, **FERNANDO BRITO COSTA**, **GUSTAVO BRITO COSTA** e **BIANCA BRITO COSTA**, na condição de filhos menores, no percentual de 12,5% (doze e meio por cento) para cada e pensão vitalícia a **MARIA AURILENE BRITO GOMES**, na condição de cônjuge, no percentual de 50% (cinquenta por cento), dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor **ANTÔNIO DA COSTA SOBRINHO**, matrícula 18342-ERCON, a partir da data do óbito, 14/04/2007.

Senado Federal, 31 de junho de 2007.



AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53<sup>a</sup> LEGISLATURA

### Bahia

**PFL** – Antonio Carlos Magalhães \*  
**PFL** – César Borges\*  
**PDT** – João Durval \*\*

### Rio de Janeiro

**PRB** – Marcelo Crivella\*  
**PMDB** – Regis Fichtner\*<sup>S</sup>  
**PP** – Francisco Dornelles \*\*

### Maranhão

**PFL** – Edison Lobão\*  
**PMDB** – Roseana Sarney \*  
**PTB** – Epitácio Cafeteira \*\*

### Pará

**PSOL** – José Nery\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Flexa Ribeiro\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**PFL** – Marco Maciel\*  
**PSDB** – Sérgio Guerra\*  
**PMDB** – Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**BLOCO-PT** – Aloizio Mercadante\*  
**PFL** – Romeu Tuma\*  
**BLOCO-PT** – Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**PSDB** – Eduardo Azeredo\*  
**PMDB** – Wellington Salgado de Oliveira\*<sup>S</sup>  
**PFL** – Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**PFL** – Demóstenes Torres \*  
**PSDB** – Lúcia Vânia\*  
**PSDB** – Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**PFL** – Jonas Pinheiro \*  
**BLOCO-PT** – Serys Slhessarenko\*  
**PFL** – Jayme Campos \*\*

### Rio Grande do Sul

**BLOCO-PT** – Paulo Paim\*  
**PTB** – Sérgio Zambiasi\*  
**PMDB** – Pedro Simon\*\*

### Ceará

**BLOCO-PSB** – Patrícia Saboya Gomes\*  
**PSDB** – Tasso Jereissati\*  
**PC do B** – Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**PFL** – Efraim Moraes\*  
**PMDB** – José Maranhão\*  
**PSDB** – Cícero Lucena \*\*

### Espírito Santo

**PMDB** – Gerson Camata\*  
**PR** – Magno Malta\*  
**PSB** – Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**PFL** – Heráclito Fortes\*  
**PMDB** – Mão Santa \*  
**PTB** – João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**PMDB** – Garibaldi Alves Filho \*  
**PFL** – José Agripino\*  
**PFL** – Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**BLOCO-PT** – Ideli Salvatti\*  
**PMDB** – Neuto de Conto \*<sup>S</sup>  
**PFL** – Raimundo Colombo \*\*

### Alagoas

**PMDB** – Renan Calheiros\*  
**PSDB** – João Tenório\*<sup>S</sup>  
**PRTB** – Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**PMDB** – Almeida Lima\*  
**BLOCO-PSB** – Antônio Carlos Valadares\*  
**PFL** – Maria do Carmo Alves \*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011 \*\*: Período 2007/2015

### Amazonas

**PSDB** – Arthur Virgílio\*  
**PDT** – Jefferson Péres\*  
**PR** – Alfredo Nascimento\*\*

### Paraná

**BLOCO-PT** – Flávio Arns\*  
**PDT** – Osmar Dias \*  
**PSDB** – Alvaro Dias \*\*

### Acre

**PMDB** – Geraldo Mesquita Júnior\*  
**BLOCO-PT** – Sibá Machado\*<sup>S</sup>  
**BLOCO-PT** – Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**PT** – Delcídio Amaral \*  
**PMDB** – Valter Pereira\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**PDT** – Cristovam Buarque \*  
**PFL** – Adelmir Santana \*<sup>S</sup>  
**PMDB** – Joaquim Roriz\*\*

### Tocantins

**PR** – João Ribeiro \*  
**PMDB** – Leomar Quintanilha\*  
**PFL** – Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**PMDB** – Gilvam Borges\*  
**PSDB** – Papaléo Paes\*  
**PMDB** – José Sarney \*\*

### Rondônia

**BLOCO-PT** – Fátima Cleide\*  
**PMDB** – Valdir Raupp\*  
**PR** – Expedito Júnior\*\*

### Roraima

**BLOCO-PT** – Augusto Botelho\*  
**PMDB** – Romero Jucá\*  
**PTB** – Mozarildo Cavalcanti\*\*

## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

- 1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

**(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)**  
**(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)**

- 2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007.

**(Requerimento nº 401, de 2007)**

**(13 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)**

**Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)**

**Relator: Senador Demóstenes Torres – (PFL-GO)**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</b>	
<b>(PFL/PSDB)</b>	
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães (PFL)	1.Raimundo Colombo (PFL)
Demóstenes Torres (PFL)	2.Romeu Tuma (PFL)
José Agripino (PFL)	
<b>PSDB</b>	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO</b>	
<b>(PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)</b>	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
<b>PDT</b>	
(vago) <sup>1</sup>	

<sup>1</sup> O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

**Leitura: 25.4.2007**

**Designação: 15.5.2007**

**Instalação: 17.5.2007**

**Prazo Final: 26.11.2007**

## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

**(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)**

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

**Leitura: 8.2.2007**

**Designação: 13.2.2007**

**Instalação:**

**Prazo Final:**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente:** Senador Aloizio Mercadante – PT

**Vice-Presidente:** Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. Rosalba Ciarlini - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [scomcae@senado.gov.br](mailto:scomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS**  
**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB <sup>(1)</sup>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Jayme Campos - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Raimundo Colombo - PFL	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>(PMDB, PSDB, PDT) <sup>(2)</sup></b>	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

<sup>(1)</sup> Vaga do PMDB cedida ao PSB

<sup>(2)</sup> Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Raimundo Colombo - PFL	1. João Tenório – PSDB <sup>(2)</sup>
Osmar Dias – PDT <sup>(1)</sup>	2. Cícero Lucena – PSDB <sup>(2)</sup>
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT

<sup>(2)</sup> Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Kátia Abreu - PFL	1. José Agripino - PFL
Eliseu Resende - PFL	2. Romeu Tuma - PFL
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
<b>PDT</b>	
João Durval	1. Cristovam Buarque
<b>PSOL</b>	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
 E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT  
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
<b>PMDB e PDT</b>	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB  
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
<b>PMDB e PDT</b>	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,  
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
<b>PFL ou PDT</b>	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
<b>PSOL</b>	
<b>José Nery</b>	

Secretaria: Gildete Leite de Melo  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
 E – Mail: [scomccj@senado.gov.br](mailto:scomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES  
(5 titulares)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT  
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. Joaquim Roriz
(vago)	7. Neuto De Conto
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Wilson Matos - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Presidente: Senador Demóstenes Torres - PFL**  
**Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB**

**(12 titulares e 12 suplentes)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Francisco Dornelles - PP
<b>PMDB</b>	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres - PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Romeu Tuma - PFL	2. Marco Maciel - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	3. Raimundo Colombo - PFL
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA** **(9 titulares e 9 suplentes)**

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO** **(7 titulares e 7 suplentes)**

#### **4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE** **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB  
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho – PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. César Borges – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
 E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB**

**Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
<b>PMDB</b>	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	1. Adelmir Santana – PFL
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT**  
**Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Wilson Matos – PSDB	7. Papaléo Paes
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. (vago)
<b>PSOL</b>	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
 E – Mail: [scomcdh@senado.gov.br](mailto:scomcdh@senado.gov.br).

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. (vago)
Heráclito Fortes – PFL	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente: Senador José Nery - PSOL**  
**Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
<b>PMDB</b>	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
<b>PSOL</b>	
José Nery	

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Wilson Matos – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
 E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS  
BRASILEIROS NO EXTERIOR  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB  
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [scomcre@senado.gov.br](mailto:scomcre@senado.gov.br)

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL  
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Fernando Collor - PTB**

**Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [scomcre@senado.gov.br](mailto:scomcre@senado.gov.br)

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E  
REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB**  
**Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Fátima Cleide – PT
Ideli Salvatti – PT	3. Aloizio Mercadante – PT
Francisco Dornelles – PP	4. João Ribeiro – PR
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor – PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior – PR	7. Renato Casagrande – PSB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PDT</b>	
João Durval	1. (vago)

Secretaria: Dulcídia Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail : [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A  
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB  
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
<b>PMDB</b>	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
<b>PSOL</b>	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: [scomcdr@senado.gov.br](mailto:scomcdr@senado.gov.br)

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB**  
**Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
<b>PMDB</b>	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
César Borges – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella  
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
 Telefone: 3311-3506 Fax:  
 E – Mail: [marcello@senado.gov.br](mailto:marcello@senado.gov.br)

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente – Senador João Tenório - PSDB**  
**Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
<b>PMDB</b>	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Jonas Pinheiro – PFL	1. Raimundo Colombo – PFL – PFL
	2. Rosalba Ciarlini – PFL – PFL
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -  
CCT  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB**

**Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

Secretaria: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: [scomcct@senado.gov.br](mailto:scomcct@senado.gov.br).

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**  
 (5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**  
**Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
<b>PMDB</b>	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO  
 DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**  
 (5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente –**  
**Vice-Presidente –**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**  
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

<b>1<sup>a</sup> Eleição Geral:</b> 19.04.1995	<b>4<sup>a</sup> Eleição Geral:</b> 13.03.2003
<b>2<sup>a</sup> Eleição Geral:</b> 30.06.1999	<b>5<sup>a</sup> Eleição Geral:</b> 23.11.2005
<b>3<sup>a</sup> Eleição Geral:</b> 27.06.2001	<b>6<sup>a</sup> Eleição Geral:</b> 06.03.2007

**Presidente: Senador Sibá Machado<sup>3</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana<sup>3</sup>**

<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) <sup>2</sup>	AM	1166
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2. (vago)		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) <sup>2</sup>	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) <sup>1</sup>	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
<b>PMDB</b>					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
<b>PFL</b>					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
<b>PSDB</b>					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 30.5.2007)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

<sup>2</sup> Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

<sup>3</sup> Eleitos em 30.5.2007, na 1<sup>a</sup> Reunião de 2007 do CEDP.

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO**

Senador Romeu Tuma <sup>1</sup> (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

(Vago) <sup>1</sup>	
Demóstenes Torres <sup>2</sup> (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias <sup>2 4</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide <sup>3</sup> (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

**Notas:**

<sup>1</sup> Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

<sup>2</sup> Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

<sup>3</sup> Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

<sup>4</sup> O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1<sup>a</sup> Designação Geral: 03.12.2001  
2<sup>a</sup> Designação Geral: 26.02.2003  
3<sup>º</sup> Designação Geral: 03.04.2007

<b>PMDB</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PFL</b>
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PR</b>
(vago)
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (DF)
<b>PSB</b>
Senadora Patrícia Saboya (CE)
<b>PC do B</b>
Senador Inácio Arruda (CE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>PP</b>
(vago)
<b>PSOL</b>
(vago)

(Atualizada em 04.04.2007)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b>PRESIDENTE</b> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<b>PRESIDENTE</b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<b>1º SECRETÁRIO</b> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<b>1º SECRETÁRIO</b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b>2º SECRETÁRIO</b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b>2º SECRETÁRIO</b> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<b>3º SECRETÁRIO</b> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Senador César Borges (PFL-BA)
<b>4º SECRETÁRIO</b> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<b>4º SECRETÁRIO</b> Senador Magno Malta (PR-ES)
<b>LÍDER DA MAIORIA</b>	<b>LÍDER DA MAIORIA</b>
<b>LÍDER DA MINORIA</b>	<b>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</b> Senador Demóstenes Torres (PFL-GO)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</b> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 7.5.2007)

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL  
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho<sup>1</sup>

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO <sup>2</sup>	EMANUEL SOARES CARNEIRO <sup>2</sup>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO <sup>2</sup>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE <sup>2</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT <sup>2</sup>	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER <sup>3</sup>	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	<b>EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO</b>	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA <sup>2</sup>	STEPAN NERCESSIAN <sup>2</sup>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS <sup>2</sup>	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO <sup>2</sup>	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1<sup>a</sup> Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2<sup>a</sup> Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

<sup>1</sup> Eleito na 2<sup>a</sup> Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

<sup>1</sup> Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

<sup>1</sup> Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6<sup>a</sup> Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL  
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)  
**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>1</sup>**

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)<sup>5</sup>

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

<sup>1</sup> Constituída na 11<sup>a</sup> Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

<sup>5</sup> Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
**(Representação Brasileira)**

**COMPOSIÇÃO**

**18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)**

**Designação: 27/04/2007**  
**SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>PFL</b>	
EFRAIM MORAIS (PFL/PB)	1. ADELMIR SANTANA (PFL/DF)
ROMEU TUMA (PFL/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (PFL/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

**DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
CEZAR SCHIMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURAO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PT/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENmann (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
<b>PSDB/PFL/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)
GERMANO BONOW (PFL/RS)	3. JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**  
**(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

**COMPOSIÇÃO**

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES PFL-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 216 PÁGINAS